



TJ PA

CARTÓRIOS

PROVA COMENTADA

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 11/01/2026, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Cartórios do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJ-PA)**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou apenas 3 (três) questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas. Em nosso material, trata-se das questões 17, 25 e 95. Eventualmente, poderão surgir outras questões e você acompanhará tudo através do nosso blog.

<https://cj.estrategia.com/portal/concurso-cartorio-pa-recursos-possiveis/>

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **Cartórios do TJ-PA** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/f2889c4b-1eea-4b00-b54c-2f0c1141c021>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/0799c45b-a9c9-43f5-9b30-7fb4d691aed3>



Estratégia Carreira Jurídica – YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contém sempre conosco.

Vinicius Militão,

Coordenador do Sistema de Questões e Cast do Estratégia Carreiras Jurídicas.

CARTÓRIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

QUESTÃO 01. Conforme a resolução 583 do CNJ é correto afirmar:

- a) Na hipótese de declaração de inexistência de pacto antenupcial, devem os cônjuges firmar declaração, acompanhados de 3(três) testemunhas, sob pena de responsabilidade, quanto à inexistência de excepcionalidade ao regime de bens aplicável.**
- b) Conforme a resolução 583 para fins de referida averbação complementar, o regime de bens não deverá indicar o país cuja legislação se aplica.**
- c) A declaração complementar deverá ser registrada junto ao registro de imóveis competente.**
- d) Faculta-se a averbação do regime de bens posteriormente, sem a necessidade de autorização judicial, mediante apresentação de documentação comprobatória.**
- e) É obrigatória a averbação do regime de bens posteriormente, sem a necessidade de autorização judicial, mediante apresentação de documentação comprobatória.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos temas Casamento e Regime de Bens.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 13, § 3º-B, da Resolução 155/2012 do CNJ, incluído pela Resolução 583/2024 do CNJ: “§ 3º-B. Na hipótese de declaração de inexistência de pacto antenupcial, deve ao menos 1 (um) dos cônjuges firmar declaração, sob pena de responsabilidade, quanto a inexistência de excepcionalidade ao regime de bens aplicável.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 13, § 3º, da Resolução 155/2012 do CNJ, modificado pela Resolução 583/2024 do CNJ: “§ 3º Faculta-se a averbação do regime de bens posteriormente, sem a necessidade de autorização judicial, mediante apresentação de documentação comprobatória. Para fins de referida averbação complementar, o regime de bens deverá indicar o país cuja legislação se aplica, sendo adotado o respectivo nomen juris de origem, o qual será comprovado pela apresentação de documento comprobatório do domicílio dos nubentes, no momento da celebração do casamento, quando domiciliados no mesmo estado, ou do primeiro domicílio conjugal, após a celebração do casamento mediante ao menos um dos documentos abaixo identificados:”

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 13, § 3º-B, da Resolução 155/2012 do CNJ, já transcrito na explicação da alternativa B, não se faz tal exigência.

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 13, § 3º-B, da Resolução 155/2012 do CNJ, já transcrito na explicação da alternativa B, de fato, é facultada a averbação do regime de bens posteriormente, sem a necessidade de autorização judicial, mediante apresentação de documentação comprobatória.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 13, § 3º-B, da Resolução 155/2012 do CNJ, já transcrito na explicação da alternativa B, tal averbação é facultativa.

QUESTÃO 02. Conforme a previsão da Constituição Federal de 1988 sobre os serviços notariais e de registro, assinale a alternativa correta:

a) Lei estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

b) Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.

c) A delegação da atividade notarial e registral decorre de um ato do poder legislativo.

d) A fiscalização dos atos praticados por notários e registradores é realizada pelo poder executivo.

e) O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de dois anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre os serviços notariais e de registro.

A alternativa A está incorreta. Conforme dispõe a CF/88, art. 236, §2º: “Lei Federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro”. Assim, não é por Lei estadual como prescreve a alternativa.

A alternativa B está correta. É literalmente o disposto no art. 236, *Caput*, da CF/88: “Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público”. Portanto, nosso gabarito.

A alternativa C está incorreta. Porque conforme o já citado art. 236, *Caput* da CF/88, os serviços notariais e de registro ocorrem por delegação do Poder Público e não por ato do Poder Legislativo.

A alternativa D está incorreta. Porque está dissonante ao que dispõe o § 1º do art. 236 da CF/88 que aponta que a fiscalização dos atos dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos será realizada pelo poder Judiciário e não pelo poder Legislativo.

A alternativa E está incorreta. Pois nos termos do art. 236 § 3º da CF/88: “O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses”. Portanto, o erro da alternativa é apontar o prazo máximo por mais de 2 anos.

QUESTÃO 03. Sobre a resolução 228 do CNJ, assinale a alternativa correta:

- a) Conforme a resolução 228, as Corregedorias Extrajudiciais estaduais definirão os padrões de segurança, validade e eficácia para a aposição da apostila em documento assinado eletronicamente e da emissão de apostila em meio eletrônico.**
- b) Conforme a resolução 228 do CNJ, entende-se como legalização, ou chancela consular, a formalidade pela qual se atesta a autenticidade da assinatura, da função ou do cargo exercido pelo signatário do documento e, quando cabível, a autenticidade do selo ou do carimbo nele apostado.**
- c) Conforme a resolução 228, as apostilas emitidas deverão conter mecanismo que permita a verificação eletrônica de existência e de autenticidade, assim como conexão com o documento apostilado.**
- d) Conforme a resolução 228, será aposta apostila em documento que evidentemente consubstancie ato jurídico contrário à legislação brasileira.**
- e) Conforme a resolução 228, o apostilamento de documentos assinados fisicamente não dependerá da apresentação do original.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. No entanto, também deve ser considerada como correta a letra C. A questão trata sobre a Resolução do CNJ nº 228.

A alternativa A está incorreta. Porque é a Corregedoria Nacional de Justiça que “A Corregedoria Nacional de Justiça definirá os padrões de segurança, validade e eficácia para a aposição da apostila em documento assinado eletronicamente e da emissão de apostila em meio eletrônico” (Resolução do CNJ nº 228/16, art. 7º, § 2º).

A alternativa B está correta. Pois corresponde ao disposto no parágrafo único do art. 1º da Resolução do CNJ nº 228/16: “Para os fins desta Resolução, entende-se como legalização, ou chancela consular, a formalidade pela qual se atesta a autenticidade da assinatura, da função ou do cargo exercido pelo signatário do documento e, quando cabível, a autenticidade do selo ou do carimbo nele apostado.

A alternativa C está correta. Apesar da banca apontar no gabarito preliminar essa alternativa como incorreta, acreditamos que ela também está correta pois traduz exatamente o disposto no §4º do art. 8º da Resolução nº 228 do CNJ: “As apostilas emitidas deverão conter mecanismo que permita a verificação eletrônica de existência e de autenticidade, assim como conexão com o documento apostilado”. Frisa-se que o art. 13 foi revogado pela Resolução 392/21 e, portanto, as apostilas serão emitidas e registradas em sistema eletrônico como prescreve o art. 8º *Caput*, daquela Resolução.

A alternativa D está incorreta. Pois nos termos do art. 4º da Resolução nº 228 do CNJ: “Não será aposta apostila em documento que evidentemente consubstancie ato jurídico contrário à legislação brasileira.

A alternativa E está incorreta. Porque ao contrário que aduz a alternativa: “o apostilamento de documentos assinados fisicamente dependerá da apresentação do original” (CNJ, Resolução nº 228).

QUESTÃO 04. Sobre a lei 9492/1997, assinale a alternativa correta:

- a) Nos tabelionatos de protesto, o atendimento ao público será, no mínimo, de cinco horas diárias.**
- b) Não poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, mesmo que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado.**
- c) Os títulos e documentos de dívida destinados a protesto somente estarão sujeitos à prévia distribuição obrigatória nas localidades onde houver mais de um Tabelionato de Protesto de Títulos.**
- d) Antes da lavratura do protesto, não poderá o apresentante retirar o título ou documento de dívida, mesmo que pagos os emolumentos e demais despesas.**
- e) O protesto será registrado dentro de três dias corridos contados da protocolização do título ou documento de dívida.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre lavratura de protesto.

A alternativa A está incorreta. O erro está no número de horas. De acordo com o Art. 4º, o atendimento ao público nos Tabelionatos de Protesto deve ser de, no mínimo, 6 horas diárias (e não 5).

A alternativa B está incorreta. Títulos estrangeiros podem, sim, ser protestados. Nos termos do Art. 10 da lei 9492/1997: “Poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, desde que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado.”

A alternativa C está correta. Consoante o disposto no artigo 7º da LP “Os títulos e documentos de dívida destinados a protesto somente estarão sujeitos à prévia distribuição obrigatória nas localidades onde houver mais de um Tabelionato de Protesto de Títulos.”

A alternativa D está incorreta. Nos termos do Art. 16 “Antes da lavratura do protesto, poderá o apresentante retirar o título ou documento de dívida, pagos os emolumentos e demais despesas.”

A alternativa E está incorreta. Aqui está a pegadinha clássica de prazos: a lei usa dias úteis, não corridos. Nos termos do Art. 12 “O protesto será registrado dentro de três dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida.”

QUESTÃO 05. Conforme o provimento 149 do CNJ, assinale a alternativa correta:

- a) A Comissão Consultiva Permanente do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça — Foro Extrajudicial será indicada em Portaria do Corregedor Nacional de Justiça,**

preferencialmente com a participação de cinco membros, sendo eles quatro juristas e um representante do Conselho Nacional do Ministério Público.

b) A Comissão Consultiva Permanente do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça — Foro Extrajudicial será indicada em Portaria do Corregedor Nacional de Justiça, preferencialmente com a participação de seis membros, sendo eles quatro juristas e dois juízes auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça.

c) A Comissão Consultiva Permanente do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça — Foro Extrajudicial será indicada em Portaria do Corregedor Nacional de Justiça, preferencialmente com a participação de seis membros, sendo eles três juristas e três juízes auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça.

d) A Comissão Consultiva Permanente do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça — Foro Extrajudicial será indicada em Portaria do Corregedor Nacional de Justiça, preferencialmente com a participação de cinco membros, sendo eles quatro juristas e um juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça.

e) A Comissão Consultiva Permanente do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça — Foro Extrajudicial será indicada em Portaria do Corregedor Nacional de Justiça, preferencialmente com a participação de sete membros, sendo eles quatro juristas e três juízes auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata sobre a Comissão Consultiva Permanente do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça conforme provimento 149 do CNJ.

A alternativa A está incorreta. Pois peca ao mencionar o dentre os integrantes da Comissão Consultiva Permanente do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça, um representante do Conselho Nacional do Ministério Público quando na verdade, é o quinto membro é um juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ, Provimento nº 149, art. 2º, §1º).

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 2º, §1º do Provimento 149, a Comissão Consultiva Permanente do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça é constituída por 5 membros. 4 juristas e 1 juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça.

A alternativa C está incorreta. Porque como vimos, a citada comissão, será constituída por 5 membros: 4 juristas e 1 juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ, Provimento nº 149, art. 2º, §1º).

A alternativa D está correta. É exatamente o que dispõe o art. 2º § 1º do Provimento nº 149, do CNJ: “A composição da CCP-CNN/CN/CNJ-Extra será indicada em Portaria do corregedor nacional de Justiça, preferencialmente com a participação de cinco membros, sendo eles quatro juristas e um juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça.

A alternativa E está incorreta. Pois a Comissão será constituída por 5 membros: 4 juristas e 1 juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ, Provimento nº 149, art. 2º, §1º).

QUESTÃO 06. Sobre a Ata Notarial, assinale a alternativa correta:

- a) Não é possível a lavratura de ata notarial sobre conteúdo de aplicativos de mensagens.**
- b) Advogados, mesmo que munidos de instrumentos de procuração, não podem solicitar ata notarial sem a presença física do cliente para convalidar o instrumento de procuração.**
- c) A ata notarial não é considerada como elemento de prova para uso em processos judiciais.**
- d) Qualquer pessoa física ou jurídica (por meio de seu representante legal) pode solicitar a lavratura de ata notarial.**
- e) Não é possível a lavratura de ata notarial sobre conteúdo de sites e blog de internet.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou da Ata Notarial.

A alternativa A está incorreta, porque é plenamente possível a lavratura de ata notarial sobre conteúdo de aplicativos de mensagens. A ata notarial é o instrumento que confere fé pública a fatos, inclusive os ocorridos em meio eletrônico. O Código de Processo Civil prevê expressamente essa possibilidade, nos termos do art. 384, parágrafo único: “Art. 384. A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião. Parágrafo único. Dados representados por imagem ou som gravados em arquivos eletrônicos poderão constar da ata notarial”. Veja também a literalidade da Lei 8.935/94: “Art. 6º Aos notários compete: I - formalizar juridicamente a vontade das partes; II - intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo; III - autenticar fatos. Art. 7º Aos tabeliães de notas compete com exclusividade: I - lavrar escrituras e procurações, públicas; II - lavrar testamentos públicos e aprovar os cerrados; III - lavrar atas notariais;”. Neste sentido, entendeu o TRT-6, no Recurso Ordinário Trabalhista: ROT 1184522024506000: “Prints de conversas de WhatsApp desacompanhados de ata notarial (art. 384 do CPC e arts. 6º e 7º da Lei 8.935/94) não possuem eficácia probatória suficiente, dada a ausência de garantias de autenticidade, integridade e preservação da cadeia de custódia”.

A alternativa B está incorreta. A fundamentação para a incorreção da alternativa B está no instituto do mandato, previsto no Código Civil. O mandato é o contrato pelo qual uma pessoa concede a outra poderes para, em seu nome, praticar atos da vida civil. A procuração é o instrumento desse mandato. A base legal principal é o artigo 653 do Código Civil: “Art. 653. Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses. A procuração é o instrumento do mandato”. Isso significa que o advogado, ao portar uma procuração, está legalmente autorizado a agir em nome do cliente. Para atos que excedem a simples administração, como é o caso da solicitação de uma ata notarial para a constituição de prova, a procuração deve conter poderes especiais e expressos para o ato específico. Isso está previsto no § 1º do artigo 661 do Código Civil: “Art. 661. § 1º Para alienar, hipotecar, transigir, ou praticar outros quaisquer atos que exorbitem da administração ordinária, depende a procuração de poderes especiais e expressos”. Portanto, um advogado munido de uma procuração com poderes específicos para solicitar uma ata notarial pode perfeitamente realizar o ato sem a presença física do cliente, pois ele atua como seu representante legal para aquela finalidade.

A alternativa C está incorreta, porque a ata notarial é expressamente reconhecida como um meio de prova pelo Código de Processo Civil. A sua previsão legal está inserida justamente no Título sobre "Das Provas", nos termos do artigo 384 do Código de Processo Civil: "Art. 384. A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião. Parágrafo único. Dados representados por imagem ou som gravados em arquivos eletrônicos poderão constar da ata notarial". O próprio texto do artigo estabelece que a finalidade da ata notarial é "atestar ou documentar" a existência de um fato, o que a caracteriza inequivocamente como um instrumento probatório à disposição das partes para uso em processos judiciais. Ademais, veja que a principal função dos serviços notariais é justamente garantir a eficácia e a autenticidade dos atos jurídicos, o que lhes confere valor de prova. A ata notarial, lavrada por um tabelião dotado de fé pública, é um instrumento que materializa essa função. A base está no artigo 1º e no artigo 3º da Lei nº 8.935/94: "Art. 1º Serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos. Art. 3º Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro".

A alternativa D está correta, porque a ata notarial pode ser solicitada por qualquer pessoa, física ou jurídica, que tenha interesse em documentar um fato. A legislação não impõe restrições quanto à capacidade de ser parte solicitante de uma ata notarial, bastando que o interessado (ou seu representante legal, no caso de pessoa jurídica) procure um tabelião de notas. O próprio artigo 384 do CPC menciona que o ato pode ser realizado "a requerimento do interessado".

A alternativa E está incorreta, pois, assim como o conteúdo de aplicativos de mensagens, fatos ocorridos em sites e blogs na internet também podem ser objeto de ata notarial. O parágrafo único do artigo 384 do CPC é claro ao permitir que dados em arquivos eletrônicos, o que inclui páginas da web, constem na ata.

QUESTÃO 07. Em relação ao Registro Central de Testamentos online- RCTO, assinale a alternativa correta:

a) O Registro Central de Testamentos On-Line é utilizado para o registro de óbitos de brasileiros natos, ocorridos no exterior.

b) Aos titulares de serventias é facultado promover a alimentação do Registro Central de Testamentos On Line.

c) Para o processamento dos inventários e partilhas judiciais, bem como para lavrar escrituras públicas de inventário extrajudicial, é facultada a juntada de certidão acerca da inexistência de testamento deixado pelo autor da herança, expedida pela CENSEC – Central Notarial de Serviços Compartilhados.

d) Os membros do Ministério Público devem se manifestar sobre os documentos inseridos no Registro Central de Testamentos On-Line.

e) Os Juízes de Direito, para o processamento dos inventários e partilhas judiciais, e os Tabeliães de Notas, para a lavratura das escrituras públicas de inventário extrajudicial, deverão acessar o

Registro Central de Testamentos On-Line (RCTO), para buscar a existência de testamentos públicos e instrumentos de aprovação de testamentos cerrados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou do Registro Central de Testamentos online- RCTO.

A alternativa A está incorreta. O RCTO destina-se ao registro de informações sobre a existência de testamentos, não de óbitos. O registro de óbitos de brasileiros ocorridos no exterior é uma atribuição dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais, conforme a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73): “Art. 32. Os assentos de nascimento, óbito e de casamento de brasileiros em país estrangeiro serão considerados autênticos, nos termos da lei do lugar em que forem feitos, legalizadas as certidões pelos cônsules ou quando por estes tomados, nos termos do regulamento consular. § 1º Os assentos de que trata este artigo serão, porém, trasladados nos cartórios de 1º Ofício do domicílio do registrado ou no 1º Ofício do Distrito Federal, em falta de domicílio conhecido, quando tiverem de produzir efeito no País e quando o registrado for brasileiro”.

A alternativa B está incorreta. A alimentação do sistema é um dever dos tabeliães de notas, não uma faculdade. A comunicação sobre a lavratura de testamentos é obrigatória para garantir a eficácia e a segurança jurídica do sistema, nos termos do Provimento nº 149/2023 do CNJ: “Art. 18. Os tabeliães de notas encaminharão à Censec, por meio do RCTO, exclusivamente por meio eletrônico, no máximo até o 5º dia útil de cada semana, as informações de todos os testamentos públicos e dos instrumentos de aprovação de testamentos cerrados lavrados na semana anterior nos livros de notas da serventia”.

A alternativa C está incorreta. A consulta ao RCTO e a obtenção da certidão sobre a existência de testamento são obrigatórias, não facultadas. A existência de um testamento é fato determinante para definir a via (judicial ou extrajudicial) e a forma da partilha, nos termos do Provimento nº 149/2023 do CNJ: “Art. 20. Os juízes de direito, para o processamento dos inventários e partilhas judiciais, e os tabeliães de notas, para a lavratura das escrituras públicas de inventário extrajudicial, deverão acessar o RCTO, para buscar a existência de testamentos públicos e instrumentos de aprovação de testamentos cerrados”.

A alternativa D está incorreta. Não há dispositivo legal ou normativo que atribua essa função ao Ministério Público. O MP tem a prerrogativa de consultar o banco de dados para subsidiar sua atuação como fiscal da ordem jurídica nos processos de inventário, especialmente se houver testamento ou interesse de incapaz, mas sua manifestação ocorre nos autos do processo, e não sobre os registros na base de dados de forma genérica.

A alternativa E está correta. Esta é a descrição exata da obrigação imposta a juízes e tabeliães, sendo o principal objetivo do RCTO: servir como um ponto de consulta obrigatório para garantir a segurança jurídica nos inventários e partilhas. Veja a literalidade do Provimento nº 149/2023 do CNJ: “Art. 20. Os juízes de direito, para o processamento dos inventários e partilhas judiciais, e os tabeliães de notas, para a lavratura das escrituras públicas de inventário extrajudicial, deverão acessar o RCTO, para buscar a existência de testamentos públicos e instrumentos de aprovação de testamentos cerrados”.

QUESTÃO 08. Sobre a ata notarial de Usucapião Extrajudicial, assinale a alternativa correta:

- a) A ata notarial para usucapião extrajudicial será gratuita, conforme previsão constitucional.**
- b) A ata notarial para usucapião extrajudicial facultativamente indicará o tempo de posse.**
- c) A ata notarial para usucapião extrajudicial pode ser lavrada em idioma estrangeiro, desde que apresente tradução juramentada.**
- d) A ata notarial para Usucapião Extrajudicial será lavrada pelo tabelião, atestando o tempo de posse do requerente e de seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias.**
- e) A ata notarial para usucapião extrajudicial dispensa a assinatura de advogado, caso o solicitante seja menor de 18 anos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre Usucapião Extrajudicial.

A alternativa A está incorreta. A ata notarial é um ato remunerado por meio de emolumentos, conforme as tabelas estaduais. A gratuidade constitucional mencionada na alternativa geralmente se refere aos atos de registro civil (nascimento e óbito) para hipossuficientes, não se aplicando automaticamente à usucapião extrajudicial.

A alternativa B está incorreta. A indicação do tempo de posse não é facultativa, mas obrigatória, nos termos do art. 216-A, IV: “IV - justo título ou quaisquer outros documentos que demonstrem a origem, a continuidade, a natureza e o tempo da posse, tais como o pagamento dos impostos e das taxas que incidirem sobre o imóvel.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com a Lei de Registros Públicos e as normas da Corregedoria, os atos notariais devem ser lavrados obrigatoriamente em língua portuguesa, consoante o art. 148, parágrafo único: “Parágrafo único. Para o registro resumido, os títulos, documentos ou papéis em língua estrangeira, deverão ser sempre traduzidos.”

A alternativa D está correta. Esta alternativa reflete exatamente o que dispõe o Art. 216-A, inciso I, da Lei nº 6.015/73 (incluído pelo CPC/2015). A ata notarial é o documento fundamental onde o tabelião declara a existência e o tempo da posse, fundamentado em documentos, testemunhas e, muitas vezes, em diligência no local. Vejamos: “Art. 216-A. Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião, que será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, representado por advogado, instruído com: I - ata notarial lavrada pelo tabelião, atestando o tempo de posse do requerente e de seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias, aplicando-se o disposto no art. 384 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015.”

A alternativa E está incorreta. A presença de um advogado é obrigatória em todo o procedimento de usucapião extrajudicial, conforme o caput do Art. 216-A da Lei 6.015/73: “Art. 216-A. Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião, que será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o

imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, representado por advogado [...]”. Não há dispensa para menores; pelo contrário, se houver interesse de menores ou incapazes, o procedimento pode até ser vedado na via extrajudicial se houver conflito de interesses.

QUESTÃO 09. Assinale a alternativa que apresenta um livro que NÃO é do Tabelionato de Notas:

a) Livro de Reconhecimento de Firma.

b) Livro de Protocolo.

c) Livro Indicador Real.

d) Livro de Procurações.

e) Livro de Testamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre os livros pertencentes à especialidade cartorária de Tabelionato de Notas.

A alternativa A está incorreta. Embora o principal controle seja o "cartão de autógrafos" ou "ficha de firma", onde a assinatura do cliente é depositada, muitos Códigos de Normas estaduais exigem um livro para registrar os reconhecimentos de firma feitos por autenticidade (aqueles em que a pessoa assina na presença do tabelião ou preposto). Portanto, é um livro ligado à atividade do Tabelionato de Notas. A atividade de reconhecimento de firma é atribuição exclusiva do Tabelião de Notas. Veja a literalidade da Lei 8.935/94: Art. 7º. Aos tabeliães de notas compete com exclusividade: IV - reconhecer firmas”.

A alternativa B está incorreta. O Livro de Protocolo é utilizado para anotar, em ordem cronológica, todos os títulos, documentos e requerimentos apresentados ao tabelionato para a prática de algum ato. Ele serve para garantir a ordem de prioridade e o controle dos serviços solicitados. Sua existência é um princípio básico da atividade notarial e registral. Embora a Lei nº 8.935/94 não detalhe os livros, a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73), que se aplica subsidiariamente e estabelece os princípios da atividade, prevê este livro como obrigatório para os Registros, sendo sua prática estendida aos Tabelionatos por organização e segurança: Art. 174. O livro nº 1 - Protocolo - servirá para apontamento de todos os títulos apresentados diariamente, (...)”.

A alternativa C está correta. O Livro Indicador Real é um livro exclusivo do Registro de Imóveis. Sua função é listar todos os imóveis registrados naquela serventia, indicando, para cada um, o número de matrícula e os demais livros onde há registros pertinentes. Ele funciona como um índice por imóvel. O Tabelionato de Notas lida com o ato (a escritura), mas não com o registro e controle da propriedade imobiliária em si. Veja a literalidade da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos): “Art. 172 - No Registro de Imóveis serão feitos, nos termos desta Lei, o registro e a averbação dos títulos ou atos constitutivos, declaratórios, translativos e extintos de direitos reais sobre imóveis reconhecidos em lei, "inter vivos" ou " mortis causa" quer para sua constituição, transferência e extinção, quer para sua validade em relação a terceiros, quer para a sua disponibilidade. Art. 179. São livros do Registro de

Imóveis: I - Livro nº 1 - Protocolo; II - Livro nº 2 - Registro Geral; III - Livro nº 3 - Registro Auxiliar; IV - Livro nº 4 - Indicador Real; V - Livro nº 5 - Indicador Pessoal”.

A alternativa D está incorreta. A lavratura de procurações públicas é uma das competências exclusivas do Tabelião de Notas. Devido ao volume e à importância desses atos, eles são registrados em um livro próprio, separado do livro geral de escrituras, nos termos da Lei nº 8.935/94 (Lei dos Notários e Registradores): “Art. 7º Aos tabeliães de notas compete com exclusividade: I - lavrar escrituras e procurações, públicas;”.

A alternativa E está incorreta. Assim como as procurações, a lavratura de testamentos públicos e a aprovação de testamentos cerrados são atos de competência exclusiva do Tabelião de Notas. Devido à sua natureza solene e sigilosa, os testamentos são obrigatoriamente registrados em um livro específico e de acesso restrito. Veja a literalidade da Lei nº 8.935/94 (Lei dos Notários e Registradores): “Art. 7º Aos tabeliães de notas compete com exclusividade: II - lavrar testamentos públicos e aprovar os cerrados;”.

QUESTÃO 10. Sobre a responsabilidade civil dos notários e registradores, assinale a alternativa correta:

a) A responsabilidade civil dos notários e registradores fica condicionada e depende da condenação criminal.

b) Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.

c) Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.

d) A responsabilidade criminal será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a honra.

e) Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Responsabilidade Civil e Criminal dos notários e oficiais de registro nos termos da Lei nº 8.935/94 (Lei dos Cartórios).

A alternativa A está incorreta. Porque ao contrário do que afirma a alternativa, a responsabilidade civil dos notários e oficiais de registro independe da criminal, conforme dispõe o art. 23 da Lei nº 8.935/94 (Lei dos Cartórios).

A alternativa B está incorreta. Pois os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, não somente por dolo, mas por culpa também conforme art. 22 da Lei nº 8.935/94 (Lei dos Cartórios).

A alternativa C está incorreta. Porque os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros tanto por culpa quanto também por dolo (art. 22 da Lei nº 8.935/94).

A alternativa D está incorreta. Conforme dispõe o art. 24 da Lei nº 8.935/94 (Lei dos Cartórios): “A responsabilidade criminal será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a administração pública” e não legislação relativa aos crimes contra a honra.

A alternativa E está correta. Corresponde literalmente ao disposto no art. 22 da Lei nº 8.935/94 (Lei dos Cartórios), vejamos: “Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso”. Portanto, é o nosso gabarito.

QUESTÃO 11. Sobre a solução negocial prévia ao protesto, assinale a alternativa correta:

a) A proposta de solução negocial prévia ao protesto não pode oferecer desconto ao devedor do montante constante do protesto.

b) O tabelião de protesto ou o responsável interino pelo tabelionato expedirá comunicação com o teor da proposta ao devedor por carta simples, por correio eletrônico, por aplicativo de mensagem instantânea ou por qualquer outro meio idôneo.

c) Para aquelas medidas de incentivo à solução negocial prévia apresentadas após 60 (sessenta) dias, contados do vencimento do título ou documento de dívida, será exigido do apresentante ou credor o depósito prévio dos emolumentos, dos acréscimos legais e das demais despesas.

d) O prazo de resposta do devedor para a proposta de solução negocial será de até 60 (sessenta) dias, segundo o que vier a ser fixado pelo apresentante, facultada a estipulação do valor ou percentual de desconto da dívida, bem como das demais condições de pagamento, se for o caso.

e) A proposta de solução negocial prévia não exitosa e a sua conversão em protesto será considerada ato complexo, conforme regulado pelo direito administrativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre proposta de negociação de protesto.

A alternativa A está incorreta. O Art. 11-A, I, da LP (Lei 9492/1997) deixa claro que o credor pode, sim, oferecer descontos no valor da dívida e estipular novas condições de pagamento para incentivar o devedor a quitar o débito. Vejamos: “Art. 11-A. I - o prazo de resposta do devedor para a proposta de solução negocial será de até 30 (trinta) dias, segundo o que vier a ser fixado pelo apresentante, facultada

a estipulação do valor ou percentual de desconto da dívida, bem como das demais condições de pagamento, se for o caso;”

A alternativa B está correta. Conforme o Art. 11-A, II, a comunicação pode ser feita de forma ampla: desde a tradicional carta até meios digitais modernos como e-mail e WhatsApp (aplicativos de mensagem), garantindo que o devedor saiba da proposta rapidamente. A saber: “LP – art. 11-A, II - o tabelião de protesto ou o responsável interino pelo tabelionato expedirá comunicação com o teor da proposta ao devedor por carta simples, por correio eletrônico, por aplicativo de mensagem instantânea ou por qualquer outro meio idôneo;”

A alternativa C está incorreta. Consoante o Art. 11-A, § 4º, nesses casos, o que se exige é antecipadamente o pagamento do preço devido à central nacional de serviços eletrônicos, e não o depósito total de emolumentos e acréscimos legais. Vejamos: “art. 11-A, § 4º Para aquelas medidas de incentivo à solução negocial prévia apresentadas entre 31 (trinta e um) e 120 (cento e vinte) dias, contados do vencimento do título ou documento de dívida, será exigido do apresentante ou credor o pagamento antecipado do preço devido à central nacional de serviços eletrônicos compartilhados pelos serviços prestados.”

A alternativa D está incorreta. O prazo máximo para o devedor responder à proposta é de até 30 dias (Art. 11-A, I), e não 60 dias como afirma a questão. Vejamos: “LP, Art. 11-A. I - o prazo de resposta do devedor para a proposta de solução negocial será de até 30 (trinta) dias, segundo o que vier a ser fixado pelo apresentante, facultada a estipulação do valor ou percentual de desconto da dívida, bem como das demais condições de pagamento, se for o caso;”

A alternativa E está incorreta. Segundo o Art. 11-A, § 6º, se a negociação não der certo e virar um protesto, isso será considerado um ato único para fins de cobrança de taxas: “Art. 11-A, § 6º A proposta de solução negocial prévia não exitosa e a sua conversão em protesto serão consideradas ato único, para fins de cobrança de emolumentos, observado o disposto no § 3º e no inciso III do caput deste artigo.”

QUESTÃO 12. Em relação ao Tabelionato de Notas e a Proteção de Dados, conforme previsto no provimento 149 do CNJ, é INCORRETO afirmar:

- a) Nos atos protocolares e nas escrituras públicas, não haverá necessidade de inserção da condição de pessoa exposta politicamente.**
- b) Após o falecimento, a certidão de testamento poderá ser fornecida ao solicitante que apresentar a certidão de óbito.**
- c) A certidão de testamento poderá ser fornecida ao próprio testador ou a terceiro, independente de ordem judicial.**
- d) A emissão e o fornecimento de certidão de ficha de firma e dos documentos depositados por ocasião de sua abertura somente poderão ser realizados a pedido do titular referido nos documentos, seus representantes legais e mandatários com poderes especiais ou mediante decisão judicial.**

e) O fornecimento de certidões para os solicitantes legitimados pode ocorrer por meio de cópia reprográfica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Código Nacional de Normas (Provimento nº 149/2023 do CNJ).

A alternativa A está incorreta, pois seu teor está totalmente correto, conforme art. 109 do Provimento nº 149/2023 do CNJ (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 109. Nos atos protocolares e nas escrituras públicas, não haverá necessidade de inserção da condição de pessoa exposta politicamente.”

A alternativa B está incorreta, pois seu teor está totalmente correto, conforme art. 110, parágrafo único, do Provimento nº 149/2023 do CNJ (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Parágrafo único. Após o falecimento, a certidão de testamento poderá ser fornecida ao solicitante que apresentar a certidão de óbito.”

A alternativa C está correta, pois é a única de teor incorreto, indo contra o disposto no art. 110, caput, do Provimento nº 149/2023 do CNJ (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 110. A certidão de testamento somente poderá ser fornecida ao próprio testador ou mediante ordem judicial.”

A alternativa D está incorreta, pois seu teor está totalmente correto, conforme art. 106 do Provimento nº 149/2023 do CNJ (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 106. A emissão e o fornecimento de certidão de ficha de firma e dos documentos depositados por ocasião de sua abertura somente poderão ser realizados a pedido do titular referido nos documentos, seus representantes legais e mandatários com poderes especiais ou mediante decisão judicial.”

A alternativa E está incorreta, pois seu teor está totalmente correto, conforme art. 107 do Provimento nº 149/2023 do CNJ (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 107. O fornecimento de certidões para os solicitantes legitimados pode ocorrer por meio de cópia reprográfica.”

QUESTÃO 13. Em relação ao Registro de Imóveis e a Proteção de Dados, conforme previsto no provimento 149 do CNJ, é INCORRETO afirmar:

a) Dependem de identificação do requerente e de indicação da finalidade, os pedidos de certidão de registros em sentido estrito, averbações, matrículas, transcrições ou inscrições específicas, expedidas em qualquer modalidade.

b) As certidões dos imóveis que já forem objeto de matrícula eletrônica, após a “primeira qualificação eletrônica”, serão expedidas, independentemente de indicação de finalidade, em formato nato-digital estruturado, contendo a situação jurídica atual do imóvel, ou seja, a sua descrição, a titularidade e os ônus reais não cancelados.

c) Serão formados prontuários físicos ou digitais contendo os dados de identificação e indicação de finalidade em todas as hipóteses em que estas tenham sido exigidas.

d) A expedição de certidão de atos anteriores da cadeia filiatória do imóvel depende de identificação segura do requerente e de indicação da finalidade.

e) O fornecimento, pelo registrador, por qualquer meio, de informações sobre o registro não veiculadas por certidão dependerá da segura identificação do solicitante e da indicação da sua finalidade, exceto nos casos em que o solicitante figure no registro em questão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre certidões de matrícula, transcrições ou registros. Atente-se que o examinador requer a indicação da alternativa incorreta.

A alternativa A está correta. Esta alternativa afirma que as certidões de matrícula, transcrições ou registros específicos dependem de identificação e finalidade. Contudo, o Art. 123, caput, do Provimento 149 diz o contrário: Art. 123. Dependem de identificação do requerente e independem de indicação da finalidade os pedidos de certidão de registros em sentido estrito, averbações, matrículas, transcrições ou inscrições específicas, expedidas em qualquer modalidade.

A alternativa B está incorreta. Reflete o Art. 125, parágrafo único: “Art. 125. As certidões dos imóveis que já forem objeto de matrícula eletrônica, após a “primeira qualificação eletrônica”, serão expedidas, independentemente de indicação de finalidade, em formato nato-digital estruturado, contendo a situação jurídica atual do imóvel, ou seja, a sua descrição, a titularidade e os ônus reais não cancelados. Parágrafo único. A expedição de certidão de atos anteriores da cadeia filiatória do imóvel depende de identificação segura do requerente e de indicação da finalidade.”

A alternativa C está incorreta. Conforme o Art. 124, sempre que a lei exigir identificação, o cartório deve manter um prontuário (físico ou digital) para controle e rastreabilidade, em conformidade com a LGPD. Vejamos: “Art. 124. Ressalvadas as hipóteses que tenham previsão legal ou normativa expressa, como as certidões de filiação de imóveis, ou de propriedade com negativa de ônus e alienações, ou outras compatíveis com as finalidades dos registros de imóveis e com os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) não serão expedidas certidões cujo conteúdo envolva informações sobre dados pessoais extraídos de mais de uma matrícula, assentamento do registro auxiliar, transcrição ou inscrição.”

A alternativa D está incorreta. Conforme o Art. 123, § 2º. Enquanto a matrícula atual é livre, o acesso a atos anteriores da cadeia (histórico antigo) exige identificação e finalidade para evitar “vazamentos” desnecessários de dados de pessoas que nem possuem mais vínculo com o imóvel. A saber: “§ 3.º Pedidos de certidão, de busca e de informações apresentados em bloco, ainda que instruídos com a numeração dos atos a serem certificados, dependem de identificação do requerente e indicação da finalidade.”

A alternativa E está incorreta. Conforme o Art. 123, §3º, as informações que não são certidões formais exigem identificação e finalidade, a menos que o próprio dono do imóvel esteja pedindo. Vejamos: “§ 3.º Pedidos de certidão, de busca e de informações apresentados em bloco, ainda que instruídos com a numeração dos atos a serem certificados, dependem de identificação do requerente e indicação da finalidade.”

QUESTÃO 14. Em relação a atividade notarial e registral, o Conselho Nacional de Justiça atua como:

- a) Órgão legislativo e julgador.**
- b) Órgão normativo e fiscalizador.**
- c) Órgão revisor das decisões de mérito proferidas por notários e registradores.**
- d) Órgão administrativo responsável pelas correições.**
- e) Órgão normativo e julgador.**

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata sobre a atuação do CNJ na atividade notarial e registral.

A alternativa A está incorreta. O CNJ é dentro de suas competências possui função de controle administrativo e financeiro dentro do Poder Judiciário portanto não é órgão do poder legislativo e não exerce jurisdição, sendo um órgão administrativo. (CF/88, art. 103-B, § 4º).

A alternativa B está correta. O CNJ, possui como atribuição, expedir, atos regulamentares nos termos do art. 103-B, § 4º, I da CF/88 (sendo assim, órgão normativo) e como órgão fiscalizador, ao que tange à atividade notarial e registral pode receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados (CF/88, art. 103-B, § 4º, III).

A alternativa C está incorreta. Pois o CNJ não possui função judiciária, ou seja, não é órgão jurisdicional e sim, administrativo apesar de pertencer ao Poder Judiciário, não tem o condão de alterar decisões de mérito proferidas pelos notários ou registradores.

A alternativa D está incorreta. Pois o CNJ não se limita em fiscalizar e ser responsável pelas correições ele também detém competência para proferir normas como os provimentos e resoluções. Além disso, a atividade correcional *a priori* caberá às Corregedorias.

A alternativa E está incorreta. O CNJ não possui jurisdição. Ele atua em processos administrativos. Inclusive não analisa o mérito das decisões proferidas pelos notários ou registradores.

QUESTÃO 15. Em relação ao Registro Civil de Pessoas Naturais e a Proteção de Dados, conforme previsto no provimento 149 do CNJ, é correto afirmar:

- a) É facultado somente aos herdeiros, independentemente de justificação ou de requerimento, realizar buscas nos índices dos Registros Cíveis das Pessoas Naturais, respeitados os emolumentos estabelecidos pelas legislações estaduais.**

b) O reconhecimento de firma não será dispensado mesmo quando o requerimento for firmado na presença do oficial ou de preposto.

c) É livre o acesso às informações constantes nos livros de Registro Civil das Pessoas Naturais, por meio de certidões de breve relato, com as informações regulamentadas em lei, neste Código de Normas e em outras normas compatíveis, independentemente de requerimento ou de identificação do requerente.

d) As certidões de registro civil em geral, inclusive as de inteiro teor, requeridas pelos próprios interessados, seus representantes legais, mandatários com poderes especiais, serão expedidas dependentemente de autorização do juiz corregedor permanente.

e) É necessário requerimento ou autorização judicial para emissão de certidão de óbito em nenhuma de suas modalidades.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata dos temas Registro Civil de Pessoas Naturais e Proteção de Dados.

A alternativa A está incorreta. É facultado a qualquer interessado, e não somente aos herdeiros. De acordo com o art. 121 da Resolução 149/2023 do CNJ: “Art. 121. É facultado a qualquer interessado, independentemente de justificação ou de requerimento, realizar buscas nos índices dos Registros Cíveis das Pessoas Naturais, respeitados os emolumentos estabelecidos pelas legislações estaduais.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 117, § 1º, da Resolução 149/2023 do CNJ: “§ 1.º O reconhecimento de firma será dispensado quando o requerimento for firmado na presença do oficial ou de preposto.”

A alternativa C está correta. De acordo com o art. 113 da Resolução 149/2023 do CNJ: “Art. 113. É livre o acesso às informações constantes nos livros de Registro Civil das Pessoas Naturais, por meio de certidões de breve relato, com as informações regulamentadas em lei, neste Código de Normas e em outras normas compatíveis, independentemente de requerimento ou de identificação do requerente.”

A alternativa D está incorreta. Independentemente de autorização do juiz. De acordo com o art. 114 da Resolução 149/2023 do CNJ: “Art. 114. As certidões de registro civil em geral, inclusive as de inteiro teor, requeridas pelos próprios interessados, seus representantes legais, mandatários com poderes especiais, serão expedidas independentemente de autorização do juiz corregedor permanente.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 118 da Resolução 149/2023 do CNJ: “Art. 118. Não é necessário requerimento ou autorização judicial para emissão de certidão de óbito em nenhuma de suas modalidades.”

QUESTÃO 16. Em relação ao testamento cerrado, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O testamento cerrado é escrito pelo testador, ou por outra pessoa, a seu rogo, e por aquele assinado, será válido se aprovado pelo tabelião ou seu substituto legal, sendo que uma das formalidades que o testador o entregue ao tabelião em presença de três testemunhas.

b) O testamento cerrado é escrito pelo testador, ou por outra pessoa, a seu rogo, e por aquele assinado, será válido se aprovado pelo tabelião ou seu substituto legal, sendo que uma das formalidades que o testador o entregue ao tabelião em presença de duas testemunhas.

c) O testamento cerrado é escrito somente pelo testador e por aquele assinado, será válido se aprovado pelo tabelião ou seu substituto legal, sendo que uma das formalidades que o testador o entregue ao tabelião em presença de duas testemunhas.

d) O testamento cerrado é escrito pelo testador, ou por outra pessoa, a rogo do titular da serventia, e por aquele assinado, será válido se aprovado pelo tabelião ou seu substituto legal, sendo que uma das formalidades que o testador o entregue ao tabelião em presença de duas testemunhas.

e) O testamento cerrado é escrito pelo testador, ou por outra pessoa, a seu rogo, e por aquele assinado, será válido se aprovado pelo tabelião ou seu substituto legal, sendo que uma das formalidades que o testador o entregue ao tabelião em presença de cinco testemunhas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Testamento.

A alternativa A está incorreta. Basta a presença de 2 testemunhas, conforme art. 1868, I, do CC/02: “Art. 1.868. O testamento escrito pelo testador, ou por outra pessoa, a seu rogo, e por aquele assinado, será válido se aprovado pelo tabelião ou seu substituto legal, observadas as seguintes formalidades: I - que o testador o entregue ao tabelião em presença de duas testemunhas;”

A alternativa B está correta, conforme art. 1868, I, do CC/02, já transcrito na explicação da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Pode ser escrito pelo testador, ou por outra pessoa, a seu rogo, conforme art. 1868, I, do CC/02, já transcrito na explicação da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Não é a rogo do titular da serventia, e sim a rogo do testador, conforme art. 1868, I, do CC/02, já transcrito na explicação da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Basta a presença de 2 testemunhas, conforme art. 1868, I, do CC/02, já transcrito na explicação da alternativa A.

QUESTÃO 17. Assinale a alternativa que apresenta um documento que não pode ser objeto de protesto em tabelionato:

a) Duplicata.

b) Contrato de Aluguel.

c) Certidão de Dívida Ativa.

d) Dívida Prescrita.

e) Conta de Energia Elétrica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre dívida prescrita.

Essa questão é passível de recurso. O tabelião não analisa a prescrição, então a dívida prescrita, em tese, pode ser protestada, ficando o apresentante responsável pelas declarações prestadas. Vejamos: “Art. 9º da Lei de protestos: Todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, não cabendo ao Tabelião de Protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade.”. O examinador considera que a Dívida Prescrita não pode ser objeto de protesto porque, embora o Tabelião não a verifique de ofício, o protesto de título prescrito é considerado indevido e gera dano moral presumido (in re ipsa) segundo o STJ.

As demais alternativas estão incorretas. Se a dívida prescreveu, o credor perdeu o direito de usar o Estado para forçar o pagamento e, conseqüentemente, perde o direito de utilizar o protesto como meio de coerção. Vide o comentário da alternativa D.

QUESTÃO 18. Sobre a apresentação e protocolização do protesto, assinale a alternativa correta:

a) Irregularidade formal observada pelo Tabelião não obstará o registro do protesto.

b) Não poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil.

c) Todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, cabendo ao Tabelião de Protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade.

d) Todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, não cabendo ao Tabelião de Protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade.

e) Tratando-se de títulos ou documentos de dívida sujeitos a qualquer tipo de correção, o pagamento será feito pela conversão vigorante no dia anterior ao pagamento, no valor indicado pelo apresentante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre prescrição e caducidade de títulos.

A alternativa A está incorreta. O erro da alternativa é afirmar que a irregularidade "não obstará" (não impedirá) o registro do protesto, quando, na verdade, consoante a determinação legal, impedirá. Vejamos: "Lei 9492/1997 (LP) – art. 9º Parágrafo único. Qualquer irregularidade formal observada pelo Tabelião obstará o registro do protesto."

A alternativa B está incorreta. Como vimos em questões anteriores, o Brasil aceita títulos estrangeiros. Aqui, o erro reside em afirmar que "não poderão" ser protestados. Nesses casos, eles podem ser protestados, desde que acompanhados de tradução feita por tradutor público juramentado. Vejamos: "Art. 10. Poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, desde que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado."

A alternativa D está correta. Esta alternativa copia exatamente o texto do Artigo 9º da Lei ao definir o papel do Tabelião: ele verifica se o documento está em ordem (caracteres formais), mas não entra no mérito de prazos prescricionais. "LP – art. 9º Todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, não cabendo ao Tabelião de Protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade."

A alternativa C está incorreta. Ele não é juiz para decidir se a dívida já "venceu no tempo" (prescrição ou caducidade). Vide o comentário da alternativa D.

A alternativa E está incorreta. O pagamento deve ser feito pela conversão/correção vigente no dia da apresentação, conforme o valor indicado por quem apresenta o título (apresentante). Vejamos: "LP - Art. 11. Tratando-se de títulos ou documentos de dívida sujeitos a qualquer tipo de correção, o pagamento será feito pela conversão vigente no dia da apresentação, no valor indicado pelo apresentante."

QUESTÃO 19. Aos tabeliães de notas não compete, com exclusividade:

a) Lavrar testamentos públicos e aprovar os cerrados.

b) Reconhecer firmas.

c) Lavrar atas notariais.

d) Lavrar escrituras e procurações, públicas.

e) Autenticar fatos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Notários e Registradores, mais precisamente sobre suas atribuições.

A alternativa A está incorreta. Esta é, sim, uma competência exclusiva dos tabeliães de notas, conforme art. 7º, II, da Lei 8.935/94: "Art. 7º Aos tabeliães de notas compete com exclusividade: II - lavrar testamentos públicos e aprovar os cerrados;"

A alternativa B está incorreta. Esta é, sim, uma competência exclusiva dos tabeliães de notas, conforme art. 7º, IV, da Lei 8.935/94: “Art. 7º Aos tabeliães de notas compete com exclusividade: IV - reconhecer firmas;”

A alternativa C está incorreta. Esta é, sim, uma competência exclusiva dos tabeliães de notas, conforme art. 7º, III, da Lei 8.935/94: “Art. 7º Aos tabeliães de notas compete com exclusividade: III - lavrar atas notariais;”

A alternativa D está incorreta. Esta é, sim, uma competência exclusiva dos tabeliães de notas, conforme art. 7º, I, da Lei 8.935/94: “Art. 7º Aos tabeliães de notas compete com exclusividade: I - lavrar escrituras e procurações, públicas;”

A alternativa E está correta. Esta, de fato, não é uma competência exclusiva dos tabeliães de notas. A alternativa tentou confundir o candidato ao trazer “autenticação de fatos” ao invés da “autenticação de cópias”. Conforme art. 7º, V, da Lei 8.935/94: “Art. 7º Aos tabeliães de notas compete com exclusividade: V - autenticar cópias.”

QUESTÃO 20. Conforme a Súmula 475 do STJ é correto afirmar:

a) Responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco, ficando ressalvado seu direito de regresso contra o endossante.

b) Responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito não contendo vício formal extrínseco ou intrínseco, sendo garantido direito de regresso contra o endossante.

c) Responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o terceiro de boa-fé que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco, não havendo direito de regresso contra os avalistas.

d) Não responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco.

e) Responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco, ficando ressalvado seu direito de regresso contra os endossantes e avalistas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre vícios formais em protestos.

A alternativa E está correta. Súmula 475 STJ diz: Responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco, ficando ressalvado seu direito de regresso contra os endossantes e avalistas.

Devido ao fundamento da letra E, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 21. Um título de crédito poderá ser protestado por:

- a) Para consolidação da dívida trabalhista.**
- b) Por excesso de formalidades para o pagamento.**
- c) Para fins de pagamento de dívida ativa**
- d) Para fins de homologação de partilha em inventário judicial.**
- e) Por falta de pagamento.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre protesto de créditos.

A alternativa A está incorreta. A dívida trabalhista possui ritos próprios de execução na Justiça do Trabalho. Embora sentenças trabalhistas possam ser protestadas após o trânsito em julgado, o protesto não serve para "consolidar" a dívida, mas para provar a inadimplência. Vide o comentário da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. O excesso de formalidades não é motivo para protesto; pelo contrário, o protesto exige que as formalidades do título sejam rigorosamente seguidas. Vide o comentário da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. O termo "para fins de pagamento" está mal-empregado aqui. A Certidão de Dívida Ativa (CDA) pode ser protestada para fins de prova de inadimplência e para incentivar o pagamento, mas o título em si (título de crédito) não é o instrumento usado para pagar a dívida ativa. Vide o comentário da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Homologação de partilha é um ato de direito de família/sucessões, realizado por sentença judicial ou escritura pública, não tendo relação com o ato de protestar um título de crédito. Vide o comentário da alternativa E.

A alternativa E está correta. A lei é taxativa: o protesto será tirado por falta de pagamento, de aceite ou de devolução. Vejamos: "Lei 9492/1997 – Art. 21. O protesto será tirado por falta de pagamento, de aceite ou de devolução."

QUESTÃO 22. Sobre a CESDI – Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários, é correto afirmar:

- a) Pessoa física que responde a processo judicial não poderá acessar a CESDI.**

b) A consulta é paga, sendo o valor dos emolumentos fixados por lei estadual.

c) A função da CESDI é reunir e disponibilizar informações sobre escrituras de separação, divórcio e inventário feitas em tabelionatos de notas.

d) Ao cessar a CESDI, poderão ser consultados processos em serventias extrajudiciais e tribunais de justiça.

e) O acesso é permitido somente para advogados, magistrados e membros do Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários - CESDI.

A alternativa A está incorreta. O Provimento nº 149/2023 do CNJ determina que qualquer interessado (independente de responder ou não processo judicial) poderá acessar o sítio eletrônico para obter informações cadastradas na CESDI.

A alternativa B está incorreta. Pelo contrário, a CESDI é uma pesquisa gratuita, conforme dispõe o próprio site do Colégio Notarial do Brasil: “A CESDI - Central de Separações, Divórcios e Inventários extrajudiciais é uma pesquisa gratuita de atos inerentes a Lei 11.441/07, lavrados em todos os estados do Brasil, exceto São Paulo. Para consultar os atos de São Paulo, acesse canp.org.br.”

A alternativa C está correta. De fato, essa é a função da CESDI. “A CESDI - Central de Separações, Divórcios e Inventários extrajudiciais é uma pesquisa gratuita de atos inerentes a Lei 11.441/07, lavrados em todos os estados do Brasil, exceto São Paulo. Para consultar os atos de São Paulo, acesse canp.org.br. Os atos de inventários existentes na CESDI são aqueles que possuem escritura pública lavrada em um cartório, ou seja, já consumados. Vale ressaltar que a CESDI não contempla declarações de inventários protocolares ou inventários realizados judicialmente.”.

A alternativa D está incorreta. A pesquisa apenas se dará apenas nas serventias extrajudiciais e não contempla declarações judiciais (dos Tribunais). “Os atos de inventários existentes na CESDI são aqueles que possuem escritura pública lavrada em um cartório, ou seja, já consumados. Vale ressaltar que a CESDI não contempla declarações de inventários protocolares ou inventários realizados judicialmente.”.

A alternativa E está incorreta. Como visto no comentário da Letra A, o Provimento nº 149/2023 do CNJ determina que qualquer interessado poderá acessar o sítio eletrônico para obter informações cadastradas na CESDI.

QUESTÃO 23. Sobre o reconhecimento de firma por semelhança e autenticidade é correto afirmar:

a) O reconhecimento de firma por autenticidade ocorre quando a assinatura a ser reconhecida é confrontada com outra que consta nos arquivos da Serventia.

b) O reconhecimento de firma por autenticidade ocorre quando o autor da assinatura é identificado e praticado a assinatura na presença do tabelião ou de seus prepostos.

c) Em todas as hipóteses, o reconhecimento de firma por semelhança ou autenticidade são gratuitos.

d) Ao autor, independente da previsão legal, é permitido escolher entre o reconhecimento de firma por semelhança ou autenticidade.

e) O reconhecimento de firma por semelhança ocorre quando o autor assina o documento na presença do tabelião.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o reconhecimento de firma por semelhança e autenticidade.

A alternativa A está incorreta. Aqui é confundido com o conceito do reconhecimento de firma por semelhança. O Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará determina, no seu art. 369, o conceito de ambos (por autenticidade ou por semelhança). “Art. 369. O reconhecimento de firma poderá ser feito por autenticidade ou por semelhança. §1º Reputa-se autêntico o reconhecimento de firma em que o autor que possua autógrafo em cartão ou livro arquivado na serventia, após ser devidamente identificado pelo tabelião de notas, seu substituto ou escrevente, assinar o documento em presença do tabelião ou declarar-lhe que é sua assinatura já lançada, repetindo-a no cartão ou livro de autógrafos. §2º Reputa-se semelhante o reconhecimento em que o tabelião de notas, seu substituto ou escrevente, confrontando a assinatura com outra existente em seus cartões ou livros de autógrafos, verificar a similitude e declarar a circunstância no instrumento.”.

A alternativa B está correta. De fato, é o conceito correto de reconhecimento de firma por autenticidade. “Art. 369. O reconhecimento de firma poderá ser feito por autenticidade ou por semelhança. §1º Reputa-se autêntico o reconhecimento de firma em que o autor que possua autógrafo em cartão ou livro arquivado na serventia, após ser devidamente identificado pelo tabelião de notas, seu substituto ou escrevente, assinar o documento em presença do tabelião ou declarar-lhe que é sua assinatura já lançada, repetindo-a no cartão ou livro de autógrafos.”.

A alternativa C está incorreta. A regra não é a gratuidade para o reconhecimento de firma. Há necessidade de pagamento de emolumentos, conforme dispõe a tabela de emolumentos dos serviços notariais e de registro do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (PROVIMENTO Nº 009/2024 – CGJ).

A alternativa D está incorreta. A determinados documentos que exigem o reconhecimento por autenticidade (que é considerado mais seguro). Portanto, há hipóteses em que a lei determina o tipo de reconhecimento de firma, tornando incorreta a alternativa.

A alternativa E está incorreta. No caso, não é por semelhança, mas por autenticidade em que o reconhecimento será feito na presença do tabelião. “Art. 369. O reconhecimento de firma poderá ser feito por autenticidade ou por semelhança. §1º Reputa-se autêntico o reconhecimento de firma em que o autor que possua autógrafo em cartão ou livro arquivado na serventia, após ser devidamente

identificado pelo tabelião de notas, seu substituto ou escrevente, assinar o documento em presença do tabelião ou declarar-lhe que é sua assinatura já lançada, repetindo-a no cartão ou livro de autógrafos.”.

QUESTÃO 24. Sobre a escritura de separação é correto afirmar que:

- a) Para a lavratura da escritura de separação é necessária a oitiva do Ministério Público.**
- b) Para lavratura da escritura de separação deverá ser apresentada a certidão de casamento atualizada, com prazo de 180 dias entre a emissão e o protocolo do pedido de separação extrajudicial.**
- c) Pode ser praticada pelo titular da serventia mesmo em casos em que não exista consenso entre as partes.**
- d) Para lavratura da escritura de separação é necessário a presença de advogado ou defensor público.**
- e) A lavratura da escritura de separação é gratuita, mesmo que existam bens para dividir.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a escritura de separação.

A alternativa A está incorreta. Não há essa previsão no código de normas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

A alternativa B está incorreta. A certidão de casamento deverá ser expedida há no máximo 90 (noventa) dias e não 180 (cento e oitenta) dias. Conforme determina o art. 307, I, do Código de Normas. Art. 307. Para a lavratura da escritura pública de divórcio consensual, deverá ser apresentado e arquivado, além dos documentos previstos nos arts. 259 e 263 deste Código, se for o caso, também os seguintes: I – certidão de casamento expedida há no máximo 90 (noventa) dias;”.

A alternativa C está incorreta. Não poderá ser praticado quando não exista consenso entre as partes. É requisito para a celebração da escritura que conste a declaração das partes de que estão cientes das consequências do divórcio, portanto, exige-se consenso. Caso não exista esse consenso, o tabelião poderá se recusar a lavrar a respectiva escritura pública. “Art. 310. Da escritura pública, deve constar declaração das partes de que estão cientes das consequências do divórcio, firmes no propósito de pôr fim à sociedade conjugal ou ao vínculo matrimonial, respectivamente, sem hesitação, com recusa de reconciliação. Art. 320. O tabelião de notas poderá se recusar a lavrar a escritura pública de divórcio se houver fundados indícios de prejuízo a um dos cônjuges ou em caso de dúvidas sobre a declaração de vontade, fundamentando a recusa por escrito.”.

A alternativa D está correta. A presença de advogado ou defensor público no ato notarial é obrigatória. O advogado ou defensor público será qualificado e, ao final, assinará a escritura juntamente com as partes e o tabelião, dispensando-se a apresentação de procuração. A inobservância desse pressuposto acarreta a nulidade do ato, com fundamento no art. 166, V do Código Civil. “Art. 166. É nulo o negócio

jurídico quando: [...] V – for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;”. “Art. 284. É necessária a presença do advogado, que assim será nominado, dispensada a procuração, ou do defensor público, na lavratura das escrituras decorrentes do §1º do art. 610 e do art. 733 [divórcio consensual] do Código de Processo civil, nelas constando seu nome e número de registro na OAB.”. “Art. 733. O divórcio consensual, a separação consensual e a extinção consensual de união estável, não havendo nascituro ou filhos incapazes e observados os requisitos legais, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições de que trata o art. 731. § 1º A escritura não depende de homologação judicial e constitui título hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras. § 2º O tabelião somente lavrará a escritura se os interessados estiverem assistidos por advogado ou por defensor público, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.”

A alternativa E está incorreta. As escrituras públicas não são gratuitas como regra, há de se pagar emolumentos, inclusive naquelas em que há bens a partilhar. Apenas serão gratuitos nos casos em que as partes se declararem pobres, sob as penas da lei. O valor dos emolumentos deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.169/2000, que regula o §2º do art. 236 da Constituição Federal, observando-se, quanto a sua fixação, as regras previstas no art. 2º da citada lei, sendo vedada a fixação de emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro. “Art. 2º Para a fixação do valor dos emolumentos, a Lei dos Estados e do Distrito Federal levará em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro, atendidas ainda as seguintes regras:”.

QUESTÃO 25. Sobre o procedimento de dúvida, assinale a alternativa que apresenta pessoa apta a realizá-lo:

- a) O interessado que solicitou a prática do ato.**
- b) Magistrado competente para realizar a correição na serventia.**
- c) Ordem dos Advogados do Brasil.**
- d) Sindicatos e associações de classe.**
- e) Qualquer pessoa física ou jurídica.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre Procedimento de Dúvida. Essa questão é passível de recurso.

A alternativa A está correta. Juridicamente o interessado (o apresentante do título) é a pessoa legítima para provocar o procedimento. Quando ele não se conforma com as exigências feitas pelo Oficial de Registro, ele requer que o Oficial submeta a dúvida ao juiz competente, conforme o art. 198, VI, L6015: “VI - caso não se conforme ou não seja possível cumprir a exigência, o interessado requeira que o título e a declaração de dúvida sejam remetidos ao juízo competente para dirimi-la” Essa questão é passível

de recurso pela redação confusa, pois o interessado requer ao Oficial que este suscite a dúvida registral ao Juiz - logo, quem realiza peça da dúvida é o Registrador e não o interessado - salvo na dúvida inversa.

A alternativa B está incorreta. O Magistrado é quem julga a dúvida. Ele não a realiza ou a suscita, pois o procedimento tem natureza administrativa e serve justamente para que o juiz controle a legalidade do ato do registrador após a provocação do interessado, nos termos do art. 198, §1º, IV: "IV - certificado o cumprimento do disposto no inciso III deste parágrafo, serão remetidos eletronicamente ao juízo competente as razões da dúvida e o título."

As alternativas C e D estão incorretas. OAB, sindicatos ou associações não possuem legitimidade universal para suscitar dúvida em registros de terceiros. A dúvida é um procedimento restrito àquele que apresentou um título específico para registro e teve sua pretensão negada ou sobrestada.

A alternativa E está incorreta. Não é "qualquer pessoa". Apenas o interessado direto no registro do título, nos termos do art. 198, V: "Art. 198. Se houver exigência a ser satisfeita, ela será indicada pelo oficial por escrito, dentro do prazo previsto no art. 188 desta Lei e de uma só vez, articuladamente, de forma clara e objetiva, com data, identificação e assinatura do oficial ou preposto responsável, para que: V - o interessado possa satisfazê-la;"

QUESTÃO 26. Os oficiais de registro exercem função pública por delegação do Poder Público, nos termos do art. 236 da Constituição Federal e da Lei nº 8.935/94, atuando com fé pública e sob fiscalização do Poder Judiciário. Sobre os titulares dos serviços notariais e de registro, assinale a alternativa INCORRETA:

a) São investidos na função após aprovação em concurso público de provas e títulos, mas nem por isso são considerados servidores públicos.

b) Exercem suas atribuições em caráter privado, por delegação do Poder Público.

c) São profissionais do direito, dotados de fé pública.

d) São investidos na função após aprovação em concurso público de provas e títulos.

e) São considerados servidores públicos para todos os fins e efeitos de direito.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata sobre os titulares dos serviços notariais e de registro.

A alternativa A está correta. Os titulares dos serviços notariais e de registro são investidos após aprovação de concurso público, mas exerce função de caráter privado mediante delegação do Poder Público conforme dispõe o art. 236 da CF/88 portanto, não são servidores públicos.

A alternativa B está correta. É exatamente o que dispõe o art. 236 da CF/88: "Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público".

A alternativa C está correta. Conforme art. 3º da Lei nº 8.935/94: “Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro”.

A alternativa D está correta. Porque nos termos do §3º do art. 236 da CF e do art. 14, I da Lei nº 8.935/94, para a para ingresso na atividade notarial e de registro depende da habilitação em concurso público de provas e títulos.

A alternativa E está incorreta. Pois os titulares dos serviços notariais e de registro não são servidores públicos são profissionais do direito que exercem em caráter privado por delegação do Poder Público conforme preceitua o art. 236 da CF/88: “Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público”.

QUESTÃO 27. Sobre o local de prestação dos serviços notariais e de registro, conforme as diretrizes da Lei nº 8.935/94, assinale a alternativa correta:

a) O funcionamento será definido exclusivamente pelo titular da serventia.

b) É permitida a abertura de sucursais sem autorização.

c) O atendimento ao público poderá ser inferior a quatro horas diárias.

d) Somente é permitida a abertura de sucursais com autorização das Corregedorias Estaduais, atendidas as peculiaridades locais.

e) Os serviços serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Lei nº 8.935/94, referente ao local e horário de atendimento dos serviços notariais e de registro.

A alternativa A está incorreta. Porque quem define o horário de funcionamento da serventia não é o titular e sim, pelo juízo competente, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.935/94.

A alternativa B está incorreta. Pois é vedada a abertura de Sucursais, cada Serventia funciona em um único local conforme estabelece o art. 43 da Lei nº 8.935/94.

A alternativa C está incorreta. Conforme estabelece o art. 4º da Lei nº 8.935/94, os horários de funcionamento de atendimento ao público deverá ser de no mínimo 6 horas diárias (art. 4º, § 2º da Lei nº 8.935/94).

A alternativa D está incorreta. Pois: “Cada serviço notarial ou de registro funcionará em um só local, vedada a instalação de sucursal” (Lei nº 8.935/94, art. 43).

A alternativa E está correta. Corresponde exatamente ao disposto no art. 4º da Lei nº 8.935/94, vejamos: “Os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos”.

QUESTÃO 28. A Lei no 6.015/73 estabelece normas rigorosas sobre a guarda, conservação e apresentação dos livros e documentos dos serviços de registro. Analise os itens I a IV, atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

I. Os oficiais devem manter em segurança permanente os livros e documentos.

II. Os papéis referentes ao serviço do registro serão arquivados em cartório, facultada a utilização de microfilmagem e de outros meios de reprodução autorizados em lei.

III. Os livros e papéis pertencentes ao arquivo do cartório poderão ser eliminados após a digitalização integral do acervo.

IV. Os livros e fichas que os substituam somente sairão do cartório mediante autorização judicial.

a) F – F – F – F

b) F – V – F – V

c) V – F – V – V

d) V – V – F – V

e) V – V – V – V

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre custódia de acervo.

O Item I está correto. O titular da serventia responde civil e criminalmente pela guarda do acervo, nos termos do art. 24, L6015: “Art. 24. Os oficiais devem manter em segurança, permanentemente, os livros e documentos e respondem pela sua ordem e conservação.”

O Item II está correto. A lei permite o uso da tecnologia para facilitar a busca e garantir o backup do acervo físico, conforme autoriza o art. 25, L6015: “Art. 25. Os papéis referentes ao serviço do registro serão arquivados em cartório mediante a utilização de processos racionais que facilitem as buscas, facultada a utilização de microfilmagem e de outros meios de reprodução autorizados em lei.”

O Item III está incorreto. Este é o erro comum. Mesmo que o cartório digitalize 100% dos documentos, ele não pode eliminar os livros originais, conforme determina o art. 26, L6015: “Art. 26. Os livros e papéis pertencentes ao arquivo do cartório ali permanecerão indefinidamente.”

O Item IV está correto. Se o juiz precisar analisar um livro original em uma perícia, o oficial só pode retirá-lo da serventia com essa autorização. Caso contrário, qualquer pessoa que precise consultar o livro deve ir até o cartório ou solicitar uma certidão. Vejamos o art. 22, L6015: “Art. 22. Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judicial.”

QUESTÃO 29. A Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73) disciplina a forma, o conteúdo e o prazo para expedição das certidões do Registro Civil das Pessoas Naturais. Analise os itens I a IV, atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), e escolha a alternativa que indica a sequência correta, conforme a legislação pátria:

I. As certidões do registro civil poderão ser lavradas em inteiro teor, em resumo ou em relatório, conforme quesitos.

II. As certidões do registro civil deverão mencionar expressamente a circunstância de ser legítima, ou não, a filiação.

III. A certidão de inteiro teor poderá ser extraída por meio reprográfico ou eletrônico.

IV. As certidões de nascimento mencionarão a data do registro, a data, por extenso, do nascimento e a naturalidade.

a) V – V – V – V

b) F – F – F – F

c) V – F – V – V

d) F – F – V – V

e) V – F – F – V

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Lei de Registros Públicos e suas Disposições Gerais, mais precisamente sobre a Publicidade.

O Item I está correto. Conforme art. 19, caput, da Lei 6.015/73: “Art. 19. A certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 5 (cinco) dias.”

O Item II está incorreto. Conforme art. 19, § 3º, da Lei 6.015/73: “§ 3º Nas certidões de registro civil, não se mencionará a circunstância de ser legítima, ou não, a filiação, salvo a requerimento do próprio interessado, ou em virtude de determinação judicial.”

O Item III está correto. Conforme art. 19, § 1º, da Lei 6.015/73: “§ 1º A certidão de inteiro teor será extraída por meio reprográfico ou eletrônico.”

O Item IV está correto. Conforme art. 19, § 4º, da Lei 6.015/73: “§ 4º As certidões de nascimento mencionarão a data em que foi feito o assento, a data, por extenso, do nascimento e, ainda, expressamente, a naturalidade”

QUESTÃO 30. A Lei nº 6.015/73 disciplina os assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros lavrados no exterior e as condições para sua eficácia no Brasil. Analise os itens I a IV, atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), e escolha a alternativa que indica a sequência correta

I. Os assentos lavrados no exterior serão considerados autênticos, conforme a lei local, quando legalizadas as certidões por autoridade consular brasileira.

II. Para produzir efeitos no Brasil, os assentos deverão ser transladados no Cartório do 1º Ofício do domicílio do registrado ou, inexistindo domicílio conhecido, no 1º Ofício do Distrito Federal.

III. O traslado dos assentos lavrados no exterior é dispensável para produção de efeitos no território nacional.

IV. Os atos consulares relativos ao registro civil observarão as formalidades legais para sua eficácia no Brasil.

a) V – V – F – V

b) V – F – F – V

c) V – V – V – V

d) F – V – F – V

e) F – F – F – F

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Registro Civil de Pessoas Naturais.

O Item I está correto. De acordo com art. 32, caput, da Lei 6.015/73: “Art. 32. Os assentos de nascimento, óbito e de casamento de brasileiros em país estrangeiro serão considerados autênticos, nos termos da lei do lugar em que forem feitos, legalizadas as certidões pelos cônsules ou quando por estes tomados, nos termos do regulamento consular.”

O Item II está correto. De acordo com art. 32, § 1º, da Lei 6.015/73: “§ 1º Os assentos de que trata este artigo serão, porém, transladados nos cartórios de 1º Ofício do domicílio do registrado ou no 1º Ofício do Distrito Federal, em falta de domicílio conhecido, quando tiverem de produzir efeito no País, ou,

antes, por meio de segunda via que os cônsules serão obrigados a remeter por intermédio do Ministério das Relações Exteriores.”

O Item III está incorreto, de acordo com art. 32, § 1º, da Lei 6.015/73, transcrito acima. Vide explicação do Item II.

O Item IV está correto, de acordo com art. 32, caput, da Lei 6.015/73, já transcrito na explicação do Item I.

QUESTÃO 31. Conforme a Lei nº 6.015/73, os fatos concernentes ao registro civil ocorridos em viagem, a bordo de navios ou em campanha deverão ser comunicados para assentamento posterior. Assinale a alternativa correta:

a) Não admitem registro posterior.

b) Deverão ser comunicados, por cópia simples, sem necessidade de autenticações, às autoridades competentes, para que sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações e registros.

c) Dependem exclusivamente de sentença judicial.

d) São registrados apenas no local do fato.

e) Deverão ser comunicados, por cópia autêntica, às autoridades competentes, para que sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Registro Civil de Pessoas Naturais.

Especificamente no tocante aos fatos concernentes ao registro civil ocorridos em viagem, a bordo de navios ou em campanha, o artigo 31 da Lei 6.015/73 traz o regramento, vejamos: “Art. 31. Os fatos concernentes ao registro civil, que se derem a bordo dos navios de guerra e mercantes, em viagem, e no exército, em campanha, serão imediatamente registrados e comunicados em tempo oportuno, por cópia autêntica, aos respectivos Ministérios, a fim de que, através do Ministério da Justiça, sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações nos livros competentes das circunscrições a que se referirem.”

A alternativa E está correta. Conforme art. 32 da Lei de Registros Públicos, os fatos concernentes ao registro civil ocorridos em viagem, a bordo de navios ou em campanha deverão ser comunicados, por cópia autêntica, às autoridades competentes, para que sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações.

Devido ao fundamento da letra E, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 32. Nos termos da Lei nº 6.015/73, escolha a alternativa que preencha corretamente e de forma sequencial as lacunas do enunciado, conforme a legislação pátria: “Todo ____ que ocorrer no território nacional deverá ser dado a ____, no lugar em que tiver ocorrido o ____ ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de ____ dias, que será ampliado em até ____ meses para os lugares mais distantes mais de ____ quilômetros da sede do cartório.”

a) nascimento; registro; parto; quinze; três; trinta.

b) óbito; averbação; morte; vinte; três; trinta.

c) nascimento; registro; parto; trinta; seis; dez.

d) nascimento; registro; parto; quinze; trinta; três.

e) óbito; registro; morte; quinze; três; vinte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Registro Civil de Pessoas Naturais, mais precisamente sobre os Nascimentos.

O art. 50 da Lei 6.015/73 traz o seguinte: “Art. 50. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.” Portanto:

A alternativa A está correta. Tomando por base o art. 50 da Lei de Registros Públicos, preenchem as lacunas requeridas pelo enunciado, os termos: nascimento; registro; parto; quinze; três; trinta.

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 33. De acordo com a Lei nº 6.015/73, do matrimônio, logo depois de celebrado, será lavrado assento. Assinale a alternativa correta:

a) Será lavrado somente após o decurso de prazo legal, somente com assinatura dos cônjuges.

b) Depende de escritura pública.

c) Será assinado pelo presidente do ato, pelos cônjuges, pelas testemunhas e pelo oficial.

d) Depende de escritura pública e independe de assinatura das testemunhas.

e) Dispensa a assinatura das testemunhas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Registro Civil de Pessoas Naturais, mais precisamente sobre o Casamento.

Especificamente quanto a lavratura do assento de casamento, o art. 70 da Lei 6.015/73 determina o seguinte: “Art. 70. Do matrimônio, logo depois de celebrado, será lavrado assento, assinado pelo presidente do ato, os cônjuges, as testemunhas e o oficial, sendo exarados: (...) Parágrafo único. As testemunhas serão, pelo menos, duas, não dispondo a lei de modo diverso”. Portanto:

A alternativa C está correta. Conforme art. 70 da Lei de Registros Públicos, do matrimônio, logo depois de celebrado, será lavrado assento, a ser assinado pelo presidente do ato, pelos cônjuges, pelas testemunhas e pelo oficial.

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 34. Nos termos expressos da Lei nº 6.015/73, as certidões expedidas pelo Registro Civil das Pessoas Naturais não poderão ser retardadas por mais de:

- a) Cinco dias.
- b) Trinta dias.
- c) Dez dias.
- d) Quinze dias.
- e) Vinte e quatro horas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Lei de Registros Públicos e suas Disposições Gerais, mais precisamente sobre a Publicidade.

Sobre as certidões, o art. 19 da Lei 6.015/73 dispõe: “Art. 19. A certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 5 (cinco) dias”. Portanto:

A alternativa A está correta. Tomando por base o art. 19 da Lei de Registros Públicos, as certidões expedidas pelo Registro Civil das Pessoas Naturais não poderão ser retardadas por mais de cinco dias.

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 35. Sobre a apresentação de livros e documentos do registro civil, conforme a Lei nº 6.015/73, assinale a alternativa correta:

a) Basta autorização do titular para retirada dos livros.

b) É permitida a retirada para digitalização externa, após o fechamento do protocolo.

c) Somente o titular do cartório poderá andar com os livros livremente para fora das dependências da serventia, não sendo permitido aos substitutos.

d) Todas as diligências ocorrerão no cartório, e os livros somente sairão mediante autorização judicial.

e) Os livros podem sair livremente para diligências externas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre imutabilidade e custódia.

A alternativa A está incorreta. O titular (Oficial) é o guardião dos livros, mas ele não tem o poder de autorizar a saída deles por vontade própria. Ele deve zelar para que permaneçam na serventia. Vejamos: “Art. 24. Os oficiais devem manter em segurança, permanentemente, os livros e documentos e respondem pela sua ordem e conservação.”

A alternativa B está incorreta. Mesmo para fins de digitalização ou restauração, se o serviço não puder ser feito dentro da unidade, o oficial precisa de autorização judicial: “Art. 22. Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judicial.”

A alternativa C está incorreta. Ninguém, nem mesmo o titular, pode “circular livremente” com os livros. Os livros de registro não são propriedade pessoal do oficial, mas sim instrumentos públicos sob sua guarda.

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 23, L6015: “Art. 23. Todas as diligências judiciais e extrajudiciais que exigirem a apresentação de qualquer livro, ficha substitutiva de livro ou documento, efetuar-se-ão no próprio cartório.”

A alternativa E está incorreta. Diligências externas (como um casamento fora da sede do cartório) são realizadas com o uso de folhas soltas ou termos específicos que depois são integrados ao livro, ou em livros próprios para esse fim, mas a regra geral para os livros de registro é a permanência na sede.

QUESTÃO 36. A Lei nº 6.015/73 prevê a gratuidade de determinados atos do registro civil. Sobre a gratuidade, assinale a alternativa correta:

a) A gratuidade aplica-se ao nascimento e alcança todas as certidões posteriores, inclusive o casamento, em qualquer situação.

b) A gratuidade alcança todas as certidões posteriores.

c) A gratuidade aplica-se apenas ao nascimento.

d) A gratuidade depende de decisão judicial.

e) Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei de Registros Públicos e suas Disposições Gerais.

A alternativa A está incorreta. Não alcança todas as certidões posteriores, nem o casamento. Conforme art. 30, caput, da Lei 6.015/73: “Art. 30. Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.”

A alternativa B está incorreta. Não alcança todas as certidões posteriores, conforme art. 30, caput, da Lei 6.015/73, acima transcrito.

A alternativa C está incorreta. Aplica-se ao nascimento e ao óbito, conforme art. 30, caput, da Lei 6.015/73, acima transcrito.

A alternativa D está incorreta. A lei não traz tal condicionante no art. 30, caput, acima transcrito.

A alternativa E está correta. De acordo com art. 30 da Lei 6.015/73, acima transcrito, não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.

QUESTÃO 37. Para fins de gratuidade por pobreza no registro civil, conforme a Lei nº 6.015/73, assinale a alternativa correta:

a) A gratuidade depende de requerimento ao Ministério Público.

b) A pobreza somente poderá ser comprovada por laudo judicial e a certidão deverá conter menção expressa à condição de pobreza.

c) O estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo, tratando-se de analfabeto, neste caso acompanhada da assinatura de duas testemunhas.

d) A pobreza somente poderá ser comprovada por laudo judicial.

e) A certidão deverá conter menção expressa à condição de pobreza.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Lei de Registros Públicos e suas Disposições Gerais.

A alternativa A está incorreta. A lei não traz tal condicionante. Conforme art. 30, caput, da Lei 6.015/73: “Art. 30. Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.”

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 30, § 4º, da Lei 6.015/73: “§ 4º É proibida a inserção nas certidões de que trata o § 1º deste artigo de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes.”

A alternativa C está correta. Conforme art. 30, § 2º, da Lei 6.015/73: “§ 2º O estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo, tratando-se de analfabeto, neste caso, acompanhada da assinatura de duas testemunhas.”

A alternativa D está incorreta. É por declaração do próprio interessado ou a rogo, conforme art. 30, § 2º, da Lei 6.015/73, vide explicação da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. É proibida tal menção expressa, conforme art. 30, § 4º, da Lei 6.015/73, vide explicação da alternativa B.

QUESTÃO 38. A Lei nº 10.169/2000 estabelece normas gerais para a fixação de emolumentos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Os valores dos emolumentos constarão de tabelas e serão expressos em moeda corrente do País.**
- b) Os emolumentos poderão ser fixados por ato interno do cartório.**
- c) Os emolumentos serão fixados livremente pelo delegatário.**
- d) É permitida a cobrança de valores não previstos em tabela.**
- e) É permitida a cobrança de valores não previstos em tabela, somente em caso de diligências externas e em casos de urgência comprovada.**

Comentários

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Lei nº 10.169/2000 que estabelece normas gerais para a fixação de emolumentos.

A alternativa A está correta. é literalmente o que dispõe o inciso I do art. 2º da Lei nº 10.169/2000, vejamos: “os valores dos emolumentos constarão de tabelas e serão expressos em moeda corrente do País”. Portanto é o nosso gabarito.

A alternativa B está incorreta. Pois os valores dos emolumentos são fixados pelos Estados e o Distrito Federal e não por ato interno do cartório nos termos do art. 1º da Lei nº 10.169/2000.

A alternativa C está incorreta. Porque os valores fixados dos emolumentos são fixados pelo Estados e Distrito Federal, mediante lei estadual/distrital e não pelo delegatário (Lei nº 10.169/2000, art. 1º) e “O valor fixado para os emolumentos deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados” conforme estabelece o parágrafo único do art. 1º da citada norma.

A alternativa D está incorreta. Por vedação expressa prevista no inciso III do art. 3º da Lei nº 10.169/2000, portanto, é vedado: “cobrar das partes interessadas quaisquer outras quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos”.

A alternativa E está incorreta. Porque é vedada a cobrança das partes qualquer valor que não esteja previsto nas tabelas de emolumentos (Lei nº 10.169/2000, art. 3º, III). Lembrando que a sua fixação não é estabelecida pela serventia e sim pelo poder público estadual/distrital.

QUESTÃO 39. Conforme a Lei nº 10.169/2000, que regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, assinale a alternativa correta:

a) É permitida a cobrança de taxa de urgência.

b) É vedado cobrar das partes interessadas quaisquer outras quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos.

c) A cobrança de valores acessórios independe de previsão legal.

d) É permitida a cobrança de taxa administrativa não prevista em tabela.

e) É permitida a cobrança de taxa de urgência e a cobrança de valores acessórios independe de previsão legal, desde que autorizados pelo CNJ.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata sobre a Lei nº 10.169/2000 que estabelece normas gerais para a fixação de emolumentos.

A alternativa A está incorreta. Pois nos termos do inciso III do art. 3º da Lei nº 10.169/2000 é vedado: “cobrar das partes interessadas quaisquer outras quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos”.

A alternativa B está correta. Corresponde ao disposto no inciso III do art. 3º da Lei nº 10.169/2000. Assim, é vedado: “cobrar das partes interessadas quaisquer outras quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos”. Portanto, é nosso gabarito.

A alternativa C está incorreta. Por vedação expressa prevista no inciso III do art. 3º da Lei nº 10.169/2000, nenhuma quantia poderá ser cobrada das partes interessadas que não esteja estabelecida nas tabelas de emolumentos.

A alternativa D está incorreta. Como anteriormente citado, não é cabível qualquer cobrança de emolumentos valor das partes interessadas que não estejam estabelecidas nas tabelas de emolumentos, nem mesmo taxas administrativas.

A alternativa E está incorreta. A alternativa também cai perante o disposto no inciso III do art. 3º da Lei nº 10.169/2000 nem mesmo o CNJ poderá autorizar cobrança de taxa de urgência. Somente poderá ser fixada por lei estadual/distrital.

QUESTÃO 40. A Lei nº 6.015/73 disciplina os livros de proclamas e a publicação de editais no procedimento de habilitação para casamento. Assinale a alternativa correta:

a) A escrituração dos proclamas é facultativa e a publicação do edital é sempre dispensável, quando há urgência comprovada pelos nubentes.

b) A publicação do edital é sempre dispensável.

c) Os livros de proclamas serão escriturados cronologicamente com o resumo do que constar dos editais, todos assinados pelo oficial.

d) A escrituração dos proclamas é facultativa.

e) Os proclamas são registrados apenas em meio eletrônico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Lei de Registros Públicos e suas Disposições Gerais, mais precisamente sobre a Escrituração.

A alternativa A está incorreta. Não é facultativo. Conforme art. 33, VI, da Lei 6.015/73: “Art. 33. Haverá, em cada cartório, os seguintes livros: VI - “D” - de registro de proclama.”

A alternativa B está incorreta. Não há qualquer disposição nesse sentido na Lei 6.015/73.

A alternativa C está correta. Conforme art. 43 da Lei 6.015/73: “Art. 43. Os livros de proclamas serão escriturados cronologicamente com o resumo do que constar dos editais expedidos pelo próprio cartório ou recebidos de outros, todos assinados pelo oficial.”

A alternativa D está incorreta. Não é facultativo. Vide comentário da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. É possível a dispensa da publicação eletrônica. Conforme art. 66 da lei 6.015/73: “Art. 69. Para a dispensa da publicação eletrônica dos proclamas, nos casos previstos em lei, os contraentes, em petição dirigida ao oficial de registro, deduzirão os motivos de urgência do casamento, provando o alegado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com documentos.”

QUESTÃO 41. Sobre a habilitação para o casamento, conforme a Lei nº 6.015/73, assinale a alternativa correta:

- a) A habilitação dispensa apresentação de documentos e é válida por prazo indeterminado, desde que autorizada pelo presidente do ato.
- b) A habilitação dispensa apresentação de documentos.
- c) Os interessados apresentarão os documentos exigidos pela lei civil e requererão ao oficial a expedição da certidão de habilitação.
- d) A habilitação é válida por prazo indeterminado.
- e) A habilitação é realizada exclusivamente perante o tabelionato de notas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Registro Civil de Pessoas Naturais, mais precisamente sobre o Casamento.

A alternativa A está incorreta. É necessária a apresentação de documentos, conforme art. 67 da lei 6.015/73; vide comentário da letra C.

A alternativa B está incorreta. É necessária a apresentação de documentos, conforme art. 67 da lei 6.015/73; vide comentário da letra C.

A alternativa C está correta. Conforme art. 67 da lei 6.015/73: “Art. 67. Na habilitação para o casamento, os interessados, apresentando os documentos exigidos pela lei civil, requererão ao oficial do registro do distrito de residência de um dos nubentes, que lhes expeça certidão de que se acham habilitados para se casarem.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 67, § 1º, da Lei 6.015/73: “§ 1º Se estiver em ordem a documentação, o oficial de registro dará publicidade, em meio eletrônico, à habilitação e extrairá, no prazo de até 5 (cinco) dias, o certificado de habilitação, podendo os nubentes contrair matrimônio perante qualquer serventia de registro civil de pessoas naturais, de sua livre escolha, observado o prazo de eficácia do art. 1.532 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)”. Nesse sentido, confira texto do art. 1.532 do CC/02: “Art. 1.532. A eficácia da habilitação será de noventa dias, a contar da data em que foi extraído o certificado.”

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 1.526 do CC/02: “Art. 1.526. A habilitação será feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil, com a audiência do Ministério Público. Parágrafo único. Caso haja impugnação do oficial, do Ministério Público ou de terceiro, a habilitação será submetida ao juiz.”

QUESTÃO 42. A Lei Federal nº 8.560/1992 regula o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento. Sobre o reconhecimento, assinale a alternativa correta:

a) O reconhecimento é sempre revogável.

b) O reconhecimento somente pode ser feito por sentença judicial.

c) O reconhecimento é irrevogável e pode ser feito no registro de nascimento, por escritura pública ou escrito particular arquivado em cartório, por testamento ou por manifestação expressa perante o juiz.

d) O reconhecimento é sempre revogável, a qualquer tempo, sem formalidades, independente de sentença judicial.

e) O reconhecimento depende exclusivamente de escritura pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Filiação.

A alternativa A está incorreta. Tal reconhecimento é irrevogável, conforme art. 1º da Lei 8.560/92 e art. 1.609 do CC/02, vide comentário da letra C.

A alternativa B está incorreta. Há diversas outras formas, conforme art. 1º da Lei 8.560/92 e art. 1.609 do CC/02, vide comentário da letra C.

A alternativa C está correta. De acordo com art. 1º da Lei 8.560/92: “Art. 1º O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito: I - no registro de nascimento; II - por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório; III - por testamento, ainda que incidentalmente manifestado; IV - por manifestação expressa e direta perante o juiz, ainda que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.” Semelhante é o texto do art. 1.609 do CC/02, vejamos: “Art. 1.609. O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito: I - no registro do nascimento; II - por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório; III - por testamento, ainda que incidentalmente manifestado; IV - por manifestação direta e expressa perante o juiz, ainda que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.”

A alternativa D está incorreta. Tal reconhecimento é irrevogável, conforme art. 1º da Lei 8.560/92 e art. 1.609 do CC/02, vide comentário da letra C.

A alternativa E está incorreta. Há diversas outras formas, conforme art. 1º da Lei 8.560/92 e art. 1.609 do CC/02, vide comentário da letra C.

QUESTÃO 43. Conforme a Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro, conhecida como Lei dos cartórios, correto afirmar que é dever do notário e do registrador:

a) Manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia.

b) Arquivar documentos apenas em meio eletrônico.

c) Manter quantas sucursais forem necessárias ao pleno desenvolvimento do serviço delegado com eficiência, urbanidade e presteza.

d) Delegar a terceiros a guarda permanente dos livros.

e) Manter os livros fora da serventia, a critério próprio.

Comentários

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata sobre deveres do notário e do registrador segundo a Lei nº 8.935/94 (Lei dos cartórios).

A alternativa A está correta. Corresponde ao disposto no art. 30, I da Lei nº 8.935/94, que prevê esse dever aos notários e registradores de: “manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em locais seguros”.

A alternativa B está incorreta. Pois os arquivos e documentos a serem resguardados e arquivados pelo notário ou registrador não se limitam apenas aos documentos em meio eletrônico. Ainda sendo realidade a existência de documentos físicos como os livros.

A alternativa C está incorreta. Porque é vedada a abertura de sucursais. O art. 43 da Lei dos Cartórios veda expressamente tal possibilidade. Cada serviço notarial ou de registro, somente poderá ser instalado em um local.

A alternativa D está incorreta. Pois a guarda dos livros não pode ser delegada. É dever dos notários e dos oficiais de registro conforme estabelece o art. 30, I da Lei nº 8.935/94.

A alternativa E está incorreta. Obviamente pelo disposto, não poderá ocorrer. Os livros devem ser mantidos na serventia, guardados de forma segura. Assim, deverão permanecer sempre sob a guarda e responsabilidade do titular de serviço notarial ou de registro conforme estabelece o art. 46 da Lei nº 8.935/94.

QUESTÃO 44. Nos termos da Lei no 6.015/73, é correto afirmar que no Registro de Imóveis haverá os seguintes livros:

a) Livro no 1 – Protocolo; Livro no 2 – Registro Geral; Livro no 3 – Registro Auxiliar; Livro no 4 – Indicador Real; Livro no 5 – Indicador Pessoal.

b) Livro no 1 – Protocolo; Livro no 2 – Registro Geral; Livro no 4 – Indicador Pessoal.

c) Livro no 1 – Protocolo; Livro no 2 – Registro Geral; Livro no 3 – Registro Auxiliar; Livro no 4 – Indicador Pessoal; Livro no 5 – Indicador Real; Livro no 6 – Distribuição.

d) Livro no 1 – Protocolo; Livro no 2 – Registro Geral; Livro no 6 – Distribuição.

e) Livro no 1 – Protocolo; Livro no 2 – Registro Geral; Livro no 3 – Indicador Pessoal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre os livros do Registro de Imóveis.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 173, L6015: “Art. 173 - Haverá, no Registro de Imóveis, os seguintes livros: I - Livro nº 1 - Protocolo; II - Livro nº 2 - Registro Geral; III - Livro nº 3 - Registro Auxiliar; IV - Livro nº 4 - Indicador Real; V - Livro nº 5 - Indicador Pessoal. Parágrafo único. Observado o disposto no § 2º do art. 3º, desta Lei, os livros nºs 2, 3, 4 e 5 poderão ser substituídos por fichas.”

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 45. No Registro de Imóveis, a prenotação observará rigorosamente a ordem de apresentação dos títulos. Sobre a prenotação, assinale a alternativa correta:

a) A prenotação somente ocorre após o registro definitivo.

b) Todos os títulos tomarão, no Protocolo, o número de ordem que lhes competir em razão da sequência rigorosa de sua apresentação.

c) A prenotação depende de análise prévia do mérito do título.

d) Todos os títulos tomarão, no Registro Geral – Livro 3 Auxiliar, o número de ordem que lhes competir em razão da sequência rigorosa de sua apresentação.

e) A prenotação é facultativa em casos urgentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre prenotação.

A alternativa A está incorreta. A prenotação ocorre antes do registro (art. 183, Lei 6015).

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 182, L6015: “Art. 182 - Todos os títulos tomarão, no Protocolo, o número de ordem que lhes competir em razão da sequência rigorosa de sua apresentação.” Reflete a literalidade da lei. O número de ordem no Protocolo é imutável e segue o relógio do cartório.

A alternativa C está incorreta. Reflete a literalidade da lei. O número de ordem no Protocolo é imutável e segue o relógio do cartório (art. 184).

A alternativa D está incorreta. O erro aqui é o livro indicado. A numeração de ordem e a prioridade ocorrem no Livro nº 1 (Protocolo), e não no Livro nº 3 (Registro Auxiliar). Como vimos, o Protocolo é a chave de entrada do sistema.

A alternativa E está incorreta. A prenotação é obrigatória para todos os títulos que visam registro ou averbação. Não existe registro sem protocolo prévio, pois sem ele não haveria segurança jurídica sobre a ordem de preferência dos direitos reais.

QUESTÃO 46. Em relação ao tema “Nacionalidade” é correto afirmar:

a) A partir da Emenda Constitucional n. 131/2023, a renúncia da nacionalidade brasileira impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária.

b) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

c) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros a serviço de seu país, e, desse modo, não podem ser extraditados sob quaisquer circunstâncias.

d) É brasileiro naturalizado o estrangeiro de qualquer nacionalidade, desde que requeira a nacionalidade brasileira e seja residente na República Federativa do Brasil há, no mínimo, trinta anos ininterruptos e sem condenação penal por crime punido com reclusão.

e) É privativo de brasileiro nato o cargo de Senador

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda as regras de aquisição e perda da nacionalidade brasileira, tema que sofreu alterações significativas com a Emenda Constitucional nº 131/2023.

A alternativa B está correta. A Emenda Constitucional nº 131/2023 alterou profundamente as hipóteses de perda da nacionalidade. Antes, a aquisição voluntária de outra nacionalidade podia levar à perda automática da brasileira. Com a nova regra, a perda da nacionalidade só ocorre em duas situações taxativas: cancelamento da naturalização por sentença judicial ou por meio de um pedido expresso do próprio indivíduo. A assertiva descreve com precisão essa segunda hipótese, incluindo a ressalva importante de que o pedido pode ser negado se a perda da nacionalidade brasileira for resultar em apatridia (situação em que a pessoa não possui nenhuma nacionalidade), em conformidade com os tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário. A Constituição Federal dispõe: “Art. 12. [...] § 4º Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: [...] II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.”

Devido ao fundamento da letra B, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 47. Leia a notícia abaixo, publicada pela Agência Senado em 17/07/2025 (disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/07/17/lula-veta-aumento-do->

numero-de-deputadosfederais), intitulada “Lula veta aumento do número de deputados federais”: O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu vetar integralmente o projeto de lei complementar que aumenta o número de deputados federais de 513 para 531. A mensagem de veto ao PLP 177/2023 foi publicada na edição do Diário Oficial da União desta quinta-feira (17). A proposta foi apresentada pela Câmara dos Deputados e aprovada no Senado no final de junho. O texto também estabelece que a criação e a manutenção dos novos mandatos não poderão aumentar as despesas totais da Câmara entre 2027 e 2030. Na mensagem encaminhada ao Congresso Nacional, o chefe do Executivo alegou que a medida é inconstitucional e contraria o interesse público. O veto foi embasado em pareceres apresentados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Advocacia-Geral da União (AGU), do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento e Orçamento. Segundo o governo, a ampliação do número de parlamentares prevista no projeto implicaria aumento de despesas obrigatórias sem a devida estimativa de impacto orçamentário, fonte de custeio ou medidas de compensação, violando assim o artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025. O governo também destacou que a medida poderia impor encargos adicionais não apenas à União, mas também a estados e municípios, o que violaria o artigo 27 da Constituição Federal. Fonte: Agência Senado. E, de acordo com informações do sítio da Câmara dos Deputados, em reportagem assinada por Eduardo Piovesan e Tiago Miranda (disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/1172995-CAMARAAPROVA-PROJETO-QUE-AUMENTA-DE-513-PARA-531-O-NUMERO-DE-DEPUTADOS-FEDERAIS>), publicada em 26/06/2025, o projeto de lei complementar (que, como apontado acima, foi vetado) previa que o Estado do Pará ampliaria o número de cadeiras na Câmara dos Deputados de 17 para 21, o que acabou não ocorrendo.

Com base na regra constitucional que define o número de deputados estaduais à Assembleia Legislativa, se o veto presidencial (acima informado) não tivesse ocorrido e se o número de deputados federais do Estado do Pará houvesse sido ampliado de 17 para 21, o número de cadeiras para o cargo de deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Pará, a partir de 2027, seria de (assinale a alternativa correta):

- a) Não sofreria modificação, mantendo-se as 41 cadeiras.
- b) Aumentaria de 51 para 63 cadeiras.
- c) Aumentaria de 41 para 45 cadeiras.
- d) Aumentaria de 41 para 63 cadeiras.
- e) Não sofreria modificação, mantendo-se as 51 cadeiras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda a regra constitucional de proporcionalidade para a composição das Assembleias Legislativas estaduais, que vincula o número de deputados estaduais ao número de deputados federais que representam o respectivo estado.

A alternativa C está correta. A Constituição Federal, em seu artigo 27, estabelece um cálculo específico para determinar o número de deputados estaduais. A regra é: o número de deputados estaduais

corresponde ao triplo da representação do estado na Câmara dos Deputados, até o limite de 36 deputados. A partir daí, para cada deputado federal acima de 12, acrescenta-se um deputado estadual. No cenário hipotético, o Pará passaria a ter 21 deputados federais. Aplicando a regra: $(12 \text{ deputados federais} \times 3) + (21 - 12 \text{ deputados federais excedentes}) = 36 + 9 = 45$. Portanto, a Assembleia Legislativa do Pará passaria de seus atuais 41 deputados para 45. A Constituição Federal dispõe: “Art. 27. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.”

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 48. Em relação ao direito fundamental de inviolabilidade de domicílio (art. 5º, XI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), assinale a alternativa correta:

a) O morador que resiste ao cumprimento de mandado judicial durante o período noturno, impedindo, assim, a entrada de policiais no seu domicílio durante a noite, pratica crime de resistência.

b) Para os fins de proteção jurídica, o conceito normativo de “casa” deve ser interpretado de forma abrangente, estendendo-se, segundo o Supremo Tribunal Federal, a aposento ocupado de habitação coletiva, como os quartos de hotel.

c) Há súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, definindo como “dia” o período entre 5 (cinco) horas e 22 (vinte e duas) horas, quando, então, admite-se penetrar na casa sem consentimento do morador para cumprir mandado judicial.

d) Os escritórios profissionais, mesmo nas áreas internas não acessíveis ao público, não estão protegidos pela inviolabilidade de domicílio, já que não podem ser abrangidos pelo conceito de “casa”. Desse modo, o agente público da fiscalização tributária poderá ingressar, sem mandado judicial, em espaço privado não aberto ao público e apreender livros contábeis e documentos fiscais.

e) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador ou do proprietário. Em um contrato de locação residencial, na hipótese de divergência entre a manifestação de vontade do locatário (inquilino) e do locador (proprietário), deve prevalecer a vontade do locador (proprietário), que, então, poderá consentir que se adentre no domicílio mesmo diante da oposição do morador (locatário).

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o alcance e as exceções do direito fundamental à inviolabilidade de domicílio.

A alternativa B está correta. A proteção constitucional do domicílio não se restringe à residência em sentido estrito, mas abrange qualquer compartimento habitado ou espaço privado onde a pessoa exerça sua vida íntima e privada, mesmo que de forma temporária. A jurisprudência do Supremo Tribunal

Federal (STF) é consolidada nesse sentido, estendendo o conceito de "casa" para incluir, por exemplo, quartos de hotel, motel, pensão, ou qualquer outro aposento de habitação coletiva. O bem jurídico protegido pelo Art. 5º, XI, da Constituição não é a propriedade, mas sim a esfera de privacidade e intimidade do indivíduo. A Constituição Federal dispõe: "Art. 5º, XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;". No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal dispõe: STF — RHC 90376 RJ — Publicado em 03/04/2007 "O conceito de 'casa', para o fim da proteção jurídico-constitucional a que se refere o art. 5º, XI, da Lei Fundamental, reveste-se de caráter amplo, pois compreende '(a) qualquer compartimento habitado, (b) qualquer aposento ocupado de habitação coletiva e (c) qualquer compartimento privado não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade'."

Devido ao fundamento da letra B, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional (assinale a alternativa correta):

a) Aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.

b) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

c) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice- Presidente da República e os Ministros de Estado.

d) Eleger membros do Conselho da República.

e) Aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda as competências exclusivas do Congresso Nacional, listadas no artigo 49 da Constituição Federal.

A alternativa E está correta. A Constituição Federal atribui expressamente ao Congresso Nacional, em sua competência exclusiva, a deliberação sobre iniciativas do Poder Executivo que envolvam atividades nucleares. Essa é uma matéria de alta relevância e sensibilidade para a soberania e segurança nacional, justificando a necessidade de aprovação conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para tais atos. A Constituição Federal dispõe: "Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...] XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;"

Devido ao fundamento da letra E, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 50. Assinale a alternativa correta:

- a) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- b) Decretado o Estado de Defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Senado Federal, que decidirá pela maioria de 3/5 (três quintos) de seus membros.
- c) As leis ordinárias serão aprovadas por maioria absoluta.
- d) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como de suas comissões, serão tomadas pelos votos da maioria absoluta de seus membros, exigindo-se a presença da maioria absoluta de seus integrantes.
- e) Os membros do Congresso Nacional, desde a posse, não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, resolva sobre a prisão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda diversas regras do processo legislativo e das imunidades parlamentares, temas previstos na Constituição Federal.

A alternativa A está correta. A Constituição estabelece o princípio da irrepetibilidade, segundo o qual um projeto de lei que tenha sido rejeitado não pode ser reapresentado na mesma sessão legislativa. Contudo, o próprio texto constitucional prevê uma exceção a essa regra: a matéria poderá ser objeto de um novo projeto se a proposta for feita pela maioria absoluta dos membros de qualquer uma das Casas do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados ou Senado Federal). A alternativa descreve com exatidão essa exceção. A Constituição Federal dispõe: “Art. 67. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.”

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 51. De acordo com a Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa correta:

- a) Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme processo de classificação em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, são os seguintes: ultrassecreta (100 anos); secreta (25 anos); reservada (15 anos).
- b) Transcorrido o prazo de classificação da informação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a consulta dependerá de pedido de acesso à informação, cuja adequação será apreciada em processo administrativo, visto que a informação não se torna automaticamente disponível ao público.

c) As Cortes de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público não se subordinam ao regime da Lei de Acesso à Informação.

d) Para os efeitos da Lei de Acesso à Informação, considera-se primariedade a qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

e) A classificação do sigilo de informações no grau de ultrassecreto, no âmbito da administração pública federal, é de competência das seguintes autoridades: Presidente da República; Vice-Presidente da República; Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas; Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Lei de Acesso à Informação.

A alternativa A está incorreta. A alternativa está certa quanto à classificação, porém, erra quanto aos prazos. Para informações ultrassecretas o prazo será de 25 (vinte e cinco) anos; para as secretas, 15 (quinze) anos; e para as reservadas, 5 (cinco) anos. “Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. § 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos; II - secreta: 15 (quinze) anos; e III - reservada: 5 (cinco) anos.”

A alternativa B está incorreta. A informação se torna automaticamente disponível ao público, logo após transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final. “Art. 24. [...] § 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.”

A alternativa C está incorreta. Pelo contrário, por disposição expressa do art. 1º, parágrafo único, I, tanto as Cortes de Contas como o Poder Judiciário e o Ministério Público se subordinam ao regime da Lei de Acesso à Informação. “Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei: I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;”.

A alternativa D está incorreta. O conceito dado pela alternativa corresponde à “autenticidade” e não à “primariedade”, conforme art. 4º, incisos VII e IX. Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se: VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema; [...] IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

A alternativa E está correta. É a literalidade do art. 27 da Lei de Acesso à Informação. Art. 27. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência: I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades: a) Presidente da República; b) Vice-Presidente da

República; c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas; d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior;”.

QUESTÃO 52. De acordo com a Lei Anticorrupção, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, é correto afirmar:

a) A dissolução compulsória da pessoa jurídica é uma sanção que deve ser aplicada unicamente na esfera administrativa, conforme decisão proferida no processo administrativo de responsabilização.

b) A celebração do acordo de leniência eximirá a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano.

c) A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito. A responsabilidade civil dos dirigentes ou administradores pela prática de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, é objetiva.

d) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas subjetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos à administração pública praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

e) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Lei Anticorrupção.

A alternativa A está incorreta. Não será aplicada na esfera administrativa. Será aplicada na esfera judicial, após ajuizamento de ação pelos entes federativos. “Art. 19. Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras: [...] III - dissolução compulsória da pessoa jurídica;”.

A alternativa B está incorreta. Pelo contrário, o acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano, nos termos do §3º do art. 16 da Lei Anticorrupção. Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente

com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte: [...] § 3º O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

A alternativa C está incorreta. A responsabilização dos dirigentes ou administradores será analisada de forma subjetiva, na medida da sua culpabilidade, conforme determina o §2º do art. 3º da Lei Anticorrupção. “Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não. Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito. § 1º A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput. § 2º Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.”.

A alternativa D está incorreta. A responsabilidade será objetiva e não subjetiva. “Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.”.

A alternativa E está correta. É a literalidade do art. 14 da Lei Anticorrupção: “Art. 14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.”.

QUESTÃO 53. Assinale a alternativa correta, com fundamento da Lei n. 9.784/99:

a) É possível ocorrer a avocação de competência de forma definitiva, mesmo quando seja inexistente a relação hierárquica entre os órgãos ou os agentes envolvidos.

b) Não podem ser objeto de delegação: a edição de atos de caráter normativo; a decisão de recursos administrativos; as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

c) Um órgão público pode delegar sua competência na integralidade, com a transferência total de poderes e de forma definitiva, para um outro órgão público.

d) Admite-se a delegação de competência de um agente público para outro, desde que existente subordinação hierárquica.

e) O ato administrativo de delegação deve indicar a sua duração, não se admitindo a revogação pela autoridade delegante antes do prazo inicialmente estabelecido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o processo administrativo federal (Lei nº 9.784/99).

A alternativa A está incorreta. A avocação, assim como a delegação, sempre será temporária. Apesar da lei não estipular de forma expressa a temporariedade da avocação, esta se infere da leitura sistemática do capítulo VI – Da Competência da Lei nº 9.784/99. Além disso, a avocação somente ocorrerá quando existir relação hierárquica entre os órgãos ou os agentes envolvidos. “Art. 11. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos. Art. 15. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.”.

A alternativa B está correta. É a literalidade do art. 13 da Lei nº 9.784/99: “Art. 13. Não podem ser objeto de delegação: I - a edição de atos de caráter normativo; II - a decisão de recursos administrativos; III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.”.

A alternativa C está incorreta. Não há a possibilidade de delegar a competência de forma definitiva. Apenas parcialmente (nos casos da delegação. “Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.”.

A alternativa D está incorreta. Não é necessário, para a delegação, que o agente público delegante seja superior hierárquico do agente público delegado. “Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.”.

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 14, §2º da Lei 9.784/99 o ato de delegação é revogável a qualquer tempo. “Art. 14. O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial. §1º O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada. §2º O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.”.

QUESTÃO 54. Assinale a alternativa correta:

- a) O poder de polícia somente pode ser exercido pela Administração Pública direta.**
- b) Órgão público é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta.**
- c) O controle finalístico, ao qual as entidades administrativas da Administração Pública direta e indireta se submetem perante os Entes Federativos, é uma forma de controle hierárquico.**
- d) As autarquias são órgãos públicos e integram a Administração Pública direta.**

e) Os agentes públicos das empresas públicas submetem-se a um regime legal estatutário específico, equivalente ao aplicável às autarquias, não se admitindo o regime contratual celetista.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre organização da administração pública.

A alternativa A está incorreta. O poder de polícia é exercido por diversos órgãos e entidades administrativas de todos os entes da Federação (administração indireta), não apenas por um órgão ou entidade específica e é exercido sobre todos os particulares, tendo em vista que decorre da supremacia geral da Administração Pública.

A alternativa B está correta. De fato, corresponde ao conceito de órgãos públicos dado pela doutrina. Órgãos públicos são resultantes da desconcentração administrativa, em que um ente político (integrante da Administração Pública direta) ou uma entidade administrativa (integrante da Administração Pública indireta) decide repartir as suas atribuições internamente para formar centros especializados de competência, sem personalidade jurídica, integrados por agentes públicos que manifestam a vontade do Ente ou da entidade. Esses centros de competência especializada são denominados órgãos públicos.

A alternativa C está incorreta. Pelo contrário, o controle ou vinculação (tutela administrativa ou supervisão) decorre justamente dessa ausência de subordinação em relação ao Poder Público instituidor da entidade da Administração indireta. Não há relação de hierarquia entre o ente federado que editou a lei criando ou autorizando a criação e a entidade administrativa criada. A relação dessas entidades com o ente político instituidor é de vinculação. O ente político exerce apenas controle finalístico sobre as entidades de sua Administração indireta, também denominado tutela administrativa ou supervisão.

A alternativa D está incorreta. As autarquias integram a administração pública indireta. Autarquia é uma pessoa jurídica de Direito Público, criada diretamente por meio de lei, para desenvolver atividades típicas de Estado, integrando a Administração Público indireta. São dotadas de autonomia administrativa (autoadministração) e financeira e patrimônio próprio.

A alternativa E está incorreta. O regime de pessoal das empresas públicas e sociedades de economia mista, sejam exploradoras de atividade econômica ou prestadoras de serviços públicos, será sempre o regime trabalhista, ou seja, seus funcionários se sujeitam à CLT. Ademais, é imprescindível a contratação mediante concurso público, a teor do art. 37, II, CF. Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;”.

QUESTÃO 55. De acordo com as Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, no que se refere à responsabilidade administrativa disciplinar do agente público, é correto afirmar:

a) A prova emprestada não é admitida no processo administrativo disciplinar em nenhuma circunstância, exigindo-se, assim, que a prova seja produzida exclusivamente pela comissão disciplinar especificamente instaurada para a apuração da infração administrativa supostamente praticada pelo agente público acusado.

b) Com fundamento na vedação constitucional ao anonimato, não é admitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, ainda que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância.

c) O processo administrativo disciplinar não permite prorrogação do prazo, sendo a extrapolação do período legal para a sua conclusão causa imediata de nulidade insanável.

d) A portaria de instauração de processo administrativo disciplinar deve conter uma exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

e) O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre Processo Administrativo Disciplinar.

A alternativa A está incorreta. A Súmula 591 do STJ determina que a prova emprestada é permitida no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa. “Súmula 591. STJ. É permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.”.

A alternativa B está incorreta. Pelo contrário, é permitida a denúncia anônima para instaurar processo administrativo disciplinar, desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância. “Súmula 611. STJ. Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.”.

A alternativa C está incorreta. Não é causa imediata de nulidade a extrapolação do prazo para concluir o processo administrativo disciplinar. A nulidade somente ocorrerá se demonstrado prejuízo à defesa. “Súmula 592. STJ. O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa.”.

A alternativa D está incorreta. Pelo contrário, a portaria de instauração não precisa de exposição detalhada dos fatos a serem apurados. “Súmula 641. STJ. A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.”.

A alternativa E está correta. É a literalidade da Súmula 665 do STJ. “Súmula 665. STJ. O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível a incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.”.

QUESTÃO 56. Conforme a previsão da lei 8.134/1990, assinale a alternativa correta:

a) A base de cálculo do imposto, na declaração anual, será a diferença entre as somas dos seguintes valores de todos os rendimentos percebidos pelo contribuinte durante o ano-base, incluindo os isentos, os não tributáveis e os tributados exclusivamente na fonte.

b) As pessoas físicas não deverão apresentar anualmente declaração de rendimentos, na qual se determinará o saldo do imposto a pagar ou a restituir.

c) Pagamentos não obrigatórios do imposto, efetuados durante o ano-base poderão ser deduzidos do imposto apurado na declaração anual.

d) O contribuinte poderá comprovar a veracidade das receitas e das despesas, mediante documentação idônea, escrituradas em livro-caixa, que serão mantidos em seu poder, à disposição da fiscalização, mesmo ocorrendo a prescrição ou decadência.

e) Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda, poderão ser deduzidas as contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Impostos em Espécie, mais precisamente o Imposto de Renda.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 10, I, da Lei 8.134/90: “Art. 10. A base de cálculo do imposto, na declaração anual, será a diferença entre as somas dos seguintes valores: I - de todos os rendimentos percebidos pelo contribuinte durante o ano-base, exceto os isentos, os não tributáveis e os tributados exclusivamente na fonte;”

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 9º da Lei 8.134/90: “Art. 9º As pessoas físicas deverão apresentar anualmente declaração de rendimentos, na qual se determinará o saldo do imposto a pagar ou a restituir.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 5º, parágrafo único, da Lei 8.134/90: “Parágrafo único. Pagamentos não obrigatórios do imposto, efetuados durante o ano-base, não poderão ser deduzidos do imposto apurado na declaração (art. 11, I).”

A alternativa D está incorreta. Não é uma faculdade. O contribuinte deve – e não “pode” – comprovar a veracidade das receitas e despesas. De acordo com o art. 6º, § 2º, da Lei 8.134/90: “§ 2º O contribuinte

deverá comprovar a veracidade das receitas e das despesas, mediante documentação idônea, escrituradas em livro-caixa, que serão mantidos em seu poder, a disposição da fiscalização, enquanto não ocorrer a prescrição ou decadência.”

A alternativa E está correta. De acordo com o art. 7º, II, da Lei 8.134/90: “Art. 7º Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda, poderão ser deduzidas: II - as contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;”

QUESTÃO 57. Segundo a Súmula 331 do STF, é correto afirmar:

- a) Não é legítima a incidência do imposto de transmissão causa mortis no inventário.**
- b) É legítima a não incidência do imposto de transmissão causa mortis no inventário por morte presumida.**
- c) Não é legítima a incidência do imposto de transmissão causa mortis no inventário decorrente de testamento cerrado.**
- d) É legítima a incidência do imposto de transmissão causa mortis no inventário por morte presumida.**
- e) Não é legítima a incidência do imposto de transmissão causa mortis no inventário por morte presumida.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Impostos em Espécie, mais precisamente o Imposto de Transmissão Causa Mortis.

Especificamente sobre a incidência do ITCMD no inventário, é a Súmula 331 do STF que traz o regramento. Vejamos: “Súmula 331/STF: É legítima a incidência do imposto de transmissão causa mortis no inventário por morte presumida.” Portanto:

A alternativa D está correta. É legítima a incidência do imposto de transmissão causa mortis no inventário por morte presumida.

As alternativas A, B, C e E estão automaticamente incorretas, pois contradizem flagrantemente o texto da Súmula 331 do STF.

QUESTÃO 58. Conforme a lei 10.169/2000 assinale a alternativa correta:

- a) É permitido cobrar emolumentos em decorrência da prática de ato de retificação ou que teve de ser feito ou renovado em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro.**

b) Os valores dos emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro serão fixados por lei municipal.

c) É permitido fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.

d) É permitido cobrar das partes interessadas quaisquer outras quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos.

e) É vedado fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Emolumentos (Lei 10.169/2000).

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 3º, IV, da Lei 10.169/2000: “Art. 3º É vedado: IV – cobrar emolumentos em decorrência da prática de ato de retificação ou que teve de ser refeito ou renovado em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro;”

A alternativa B está incorreta. Tal fixação é vedada. De acordo com art. 3º, II, da Lei 10.169/2000: “Art. 3º É vedado: II – fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro;

A alternativa C está incorreta. Tal fixação é vedada, conforme art. 3º, II, da Lei 10.169/2000, vide comentário da letra B.

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 3º, III, da Lei 10.169/2000: “Art. 3º É vedado: III – cobrar das partes interessadas quaisquer outras quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos;”

A alternativa E está correta. De fato, tal fixação é vedada, conforme art. 3º, II, da Lei 10.169/2000, já transcrito na explicação da alternativa B.

QUESTÃO 59. Conforme a súmula 614 do STJ é correto afirmar que:

a) O locatário não tem legitimidade para discutir a relação tributária de ISS e ICMS do imóvel, pois não é o proprietário.

b) O locatário tem legitimidade para discutir a relação tributária de IPTU do imóvel, pois o fato de estar na posse lhe confere capacidade postulatória.

c) O locatário tem legitimidade para discutir a relação tributária de IPTU do imóvel por propositura de Mandado de Segurança.

d) O locatário não tem legitimidade para discutir a relação tributária de IPTU do imóvel, pois não é o proprietário.

e) O locatário não tem legitimidade para discutir a relação tributária de IPTU do imóvel, pois existe vedação legal para sua capacidade postulatória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Impostos em Espécie, mais precisamente o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

Especificamente sobre os contratos de locação, relativamente ao IPTU, a Súmula 614 do STJ determina: “O locatário não possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado nem para repetir indébito desses tributos.” Portanto:

A alternativa D está correta. O locatário não possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado nem para repetir indébito desses tributos

As alternativas A, B, C e E estão automaticamente incorretas, pois contradizem flagrantemente o texto da Súmula 614 do STJ.

QUESTÃO 60. Conforme a súmula 584 do STF, assinale a alternativa correta:

a) Ao imposto de renda calculado sobre os rendimentos do ano-base anterior, aplica-se a lei vigente no exercício financeiro em que deve ser apresentada a declaração.

b) O imposto sobre serviços não incide sobre os depósitos, as comissões e taxas de desconto, cobrados pelos estabelecimentos bancários.

c) O imposto sobre serviços incide sobre os depósitos, as comissões e taxas de desconto, cobrados pelos estabelecimentos bancários.

d) Ao imposto de renda calculado sobre os rendimentos do ano-base, aplica-se a lei vigente no exercício financeiro em que deve ser apresentada a declaração.

e) Ao imposto de renda calculado sobre os rendimentos obtidos no exterior do ano-base, aplica-se a lei vigente no país no qual foram obtidos os rendimentos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Impostos em Espécie, mais precisamente o Imposto de Renda.

Até 2020, o STF tinha entendimento fixado na Súmula 584 que dizia o seguinte: “Ao imposto de renda calculado sobre os rendimentos do ano-base, aplica-se a lei vigente no exercício financeiro em que deve ser apresentada a declaração”. Portanto:

A alternativa D está correta. De fato, o STF, na Súmula 584, entendia que o imposto de renda calculado sobre os rendimentos do ano-base, aplicava-se a lei vigente no exercício financeiro em que deve ser apresentada a declaração. Ressalte-se que, em 2020, a referida Súmula foi cancelada pelo Supremo, por ser incompatível com os princípios da irretroatividade e da anterioridade.

As alternativas A, B, C e E estão automaticamente incorretas, pois contradizem o texto da Súmula 584 do STF.

QUESTÃO 61. A lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro traz disposições sobre a aplicação da lei às relações jurídicas de bens e pessoas. De acordo com essa norma, leia as assertivas a seguir e responda:

I. Como regra geral, a lei do domicílio do herdeiro ou do legatário regula a capacidade para suceder.

II. Quando for realizada a sucessão de bens de estrangeiro situados no Brasil, e o falecido tenha deixado cônjuge brasileiro e filhos estrangeiros, será aplicada a lei mais favorável ao cônjuge brasileiro, independente de que seja a lei brasileira ou a lei estrangeira.

III. Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados, exceto quanto aos bens móveis que o proprietário trouxer ou se destinarem a transporte para outros lugares, situação em que será aplicada a lei do domicílio deste proprietário.

De acordo com o texto legal, assinale a alternativa correta:

- a) Está correta apenas a assertiva II.**
- b) Está correta apenas a assertiva I.**
- c) Todas as assertivas estão corretas.**
- d) Está correta apenas a assertivas III.**
- e) Estão corretas apenas as assertivas I e II.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou da Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro (**Decreto-Lei Nº 4.657**).

O Item I está correto, pois reproduz exatamente a regra de capacidade sucessória prevista na LINDB: “Art. 10. § 2º A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder”.

O Item II está correto. Embora a redação da assertiva seja um pouco simplificada, ela descreve o princípio da “lei mais favorável” estabelecido na LINDB. Se houver bens no Brasil, aplica-se a lei

brasileira, a menos que a lei estrangeira seja melhor para os brasileiros, nos termos da LINDB: “Art. 10. § 1º A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus”.

O Item III está correto, pois é a transcrição literal da LINDB, tratando da lei do país onde o bem está situado e a exceção para móveis em trânsito: “Art. 8º. Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados. § 1º Aplicar-se-á a lei do país em que for domiciliado o proprietário, quanto aos bens móveis que ele trouxer consigo, ou se destinarem a transporte para outros lugares”.

QUESTÃO 62. Os negócios jurídicos permitem aos particulares regularem os seus interesses, compondo a sua vontade, respeitando o objeto lícito. A respeito dos negócios jurídicos, responda de acordo com o previsto no Código Civil:

I. É possível às partes, por ato de vontade e segurança jurídica, convencionarem ao negócio celebrado a exigência de realização por meio de escritura pública, ainda que não prevista em lei.

II. As partes têm a faculdade de estabelecer, por mútuo acordo, regras específicas de interpretação, complementação de lacunas e integração dos negócios jurídicos, independentemente das disposições legais aplicáveis.

III. Ainda que o destinatário de manifestação de vontade tenha conhecimento da reserva mental do seu autor, a manifestação da vontade deve subsistir. De acordo com o texto legal, assinale a alternativa correta:

a) Está correta apenas a assertiva I.

b) Todas as assertivas estão corretas.

c) Estão corretas apenas as assertivas I e II.

d) Está correta apenas a assertiva III.

e) Está correta apenas a assertiva II.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou dos negócios jurídicos.

O Item I está correto, pois o Código Civil permite que as partes elevem a forma do negócio como condição para sua validade, mesmo que a lei não a exija para aquele ato específico: “Art. 109. No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato”.

O Item II está correto, pois reflete o princípio da autonomia da vontade, permitindo que as partes criem suas próprias regras de interpretação e preenchimento de lacunas, nos termos do Código Civil: “Art.

113, § 2º As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração do negócio jurídico diversas das previstas em lei”.

O Item III está incorreto, pois se o destinatário tinha conhecimento da reserva mental, a manifestação de vontade é invalidada. Ela só subsistiria se o destinatário ignorasse a reserva, nos termos do Código Civil: “Art. 110. A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento”.

QUESTÃO 63. Os artigos 1.359 e 1.360 do Código Civil regulamentam a propriedade resolúvel. De acordo com esses dispositivos legais, assinale a alternativa correta:

a) A resolução da propriedade em razão do implemento da condição ou advento do tempo, opera efeitos *ex tunc e erga omnes*; por sua vez, a resolução da propriedade por outra causa superveniente, opera efeitos *ex nunc e inter partes*.

b) A resolução da propriedade em razão do implemento da condição opera efeitos *ex tunc e erga omnes*; por sua vez, a resolução da propriedade em razão do advento do tempo ou por outra causa superveniente, opera efeitos *ex nunc e inter partes*.

c) A resolução da propriedade em razão do implemento da condição opera efeitos *ex tunc e erga omnes*; por sua vez, a resolução da propriedade em razão do advento do tempo ou por outra causa superveniente, opera efeitos *ex tunc e inter partes*.

d) A resolução da propriedade em razão do implemento da condição, advento do tempo ou por outra causa superveniente, opera efeitos *ex nunc e erga omnes*.

e) A resolução da propriedade em razão do implemento da condição, advento do tempo ou por outra causa superveniente, opera efeitos *ex tunc e erga omnes*.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou da propriedade resolúvel.

Para responder a esta questão, precisamos da inteligência do CC/2002: “Art. 1.359. Resolvida a propriedade pelo implemento da condição ou pelo advento do termo, entendem-se também resolvidos os direitos reais concedidos na sua pendência, e o proprietário, em cujo favor se opera a resolução, pode reivindicar a coisa do poder de quem a possuía ou detinha. Art. 1.360. Se a propriedade se resolver por outra causa superveniente, o possuidor, que a tiver adquirido por título anterior à sua resolução, será considerado proprietário perfeito, restando à pessoa, em cujo benefício houve a resolução, ação contra aquele cuja propriedade se resolveu para haver a própria coisa ou o seu valor”.

A alternativa A está correta, pois distingue as duas situações previstas na lei: quando a causa consta no título, a resolução retroage e atinge terceiros; quando a causa é imprevista/superveniente, preservam-se os direitos de terceiros, nos termos do Código Civil.

A alternativa B está incorreta, pois o "advento do tempo" produz os mesmos efeitos da condição, não se equiparando à causa superveniente, nos termos do art. 1.359 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta, já que o "advento do tempo" deveria gerar efeitos erga omnes e a "causa superveniente" deveria gerar efeitos ex nunc para proteger o terceiro de boa-fé, nos termos do art. 1.360 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta, pois mistura os conceitos. O implemento da condição e o termo operam efeitos *ex tunc*, e a causa superveniente opera efeitos *inter partes*, nos termos do art. 1.359 do Código Civil.

A alternativa E está incorreta, pois a causa superveniente é uma exceção legal que não permite o efeito erga omnes, visando proteger quem adquiriu o bem sem saber da futura causa resolutiva, nos termos do art. 1.360 do Código Civil.

QUESTÃO 64. Entre os direitos reais regulamentados pelo Código Civil está o direito de habitação, regulamentado nos artigos 1.414 a 1.416. A respeito desse direito real, leia as assertivas abaixo e responda:

I. O direito de habitação em imóvel alheio é de caráter gratuito, não sendo possível que o seu titular alugue o bem, podendo, no entanto, emprestar gratuitamente o uso a terceiros.

II. O direito de habitação, se conferido a mais de uma pessoa e exercido apenas por um dos titulares, gera aos demais o direito de cobrar aluguel pelo uso exclusivo.

III. Caso o direito real de habitação seja atribuído a mais de um indivíduo, nenhum deles poderá impedir que os outros exerçam, caso desejem, o mesmo direito de habitação que igualmente lhes assiste. De acordo com o texto legal, assinale a alternativa correta:

a) Está correta apenas a assertiva III.

b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.

c) Todas as assertivas estão corretas.

d) Está correta apenas a assertiva II.

e) Nenhuma das assertivas está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do direito de habitação.

O Item I está incorreto, pois o direito de habitação é restrito a morar. A lei veda expressamente tanto o aluguel quanto o empréstimo do imóvel, limitando o uso ao titular e sua família, nos termos do Código

Civil: “Art. 1.414. “Quando o uso consistir no direito de habitar gratuitamente casa alheia, o titular deste direito não a pode alugar, nem emprestar, mas simplesmente ocupá-la com sua família”.

O Item II está incorreto, já que a lei estabelece que, se o direito for conferido a mais de uma pessoa, aquela que habitar o imóvel sozinha não deve pagar aluguel às demais, nos termos do Código Civil: “Art. 1.415. Se o direito real de habitação for conferido a mais de uma pessoa, qualquer delas que sozinha habite a casa não terá de pagar aluguel à outra, ou às outras, mas não as pode inibir de exercerem, querendo, o direito, que também lhes compete, de habitá-la”.

O Item III está correto, pois reproduz a parte final do dispositivo legal que garante a coabitação entre os titulares do direito, nos termos do art. 1.415 do CC/2002, transcrito na alternativa acima.

QUESTÃO 65. A evicção e o vício redibitório constituem garantias legais conferidas ao adquirente. A respeito da evicção e do vício redibitório, responda de acordo com o disposto no Código Civil brasileiro.

I. O doador não é obrigado a pagar juros moratórios, nem é sujeito às consequências da evicção ou do vício redibitório.

II. Nas doações para casamento com certa e determinada pessoa, o doador ficará sujeito à evicção, salvo convenção em contrário.

III. Não podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção. De acordo com o texto legal, assinale a alternativa correta:

- a) Está correta apenas a assertiva I.**
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.**
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.**
- d) Nenhuma das assertivas está correta.**
- e) Todas as assertivas estão corretas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou da evicção e do vício redibitório.

O Item I está correto, pois a doação pura é um contrato gratuito e o doador não responde por esses encargos, salvo exceções específicas, nos termos do Código Civil: “Art. 552. O doador não é obrigado a pagar juros moratórios, nem é sujeito às consequências da evicção ou do vício redibitório. Nas doações para casamento com certa e determinada pessoa, o doador ficará sujeito à evicção, salvo convenção em contrário”.

O Item II está correto, pois reproduz a exceção legal à regra da irresponsabilidade do doador, prevista na segunda parte do artigo mencionado anteriormente, nos termos do Código Civil: “Art. 552. O doador não é obrigado a pagar juros moratórios, nem é sujeito às consequências da evicção ou do vício redibitório. Nas doações para casamento com certa e determinada pessoa, o doador ficará sujeito à evicção, salvo convenção em contrário”.

O Item III está incorreto, pois a lei permite expressamente que as partes modifiquem a responsabilidade pela evicção por meio de cláusula contratual, nos termos do Código Civil: “Art. 448. “Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.”

QUESTÃO 66. A fiança é uma obrigação de garantia prevista no Código Civil, por meio da qual uma pessoa se compromete a satisfazer obrigação assumida por terceiro, caso este não a cumpra. A respeito da fiança, leia as assertivas e responda de acordo com o disposto no Código Civil brasileiro.

I. A fiança pode ser estipulada independentemente do consentimento ou mesmo contra a vontade do devedor.

II. Quando várias pessoas prestam fiança para uma mesma dívida, não há presunção de solidariedade entre elas, devendo ser expressamente previsto.

III. A fiança pode ter valor inferior à obrigação principal e ser menos onerosa; se exceder o valor ou for mais onerosa, só é válida até o limite da dívida garantida. De acordo com o texto legal, assinale a alternativa correta:

a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.

b) Nenhuma das assertivas está correta.

c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

d) Está correta apenas a assertiva I.

e) Todas as assertivas estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou da fiança.

O Item I está correto, pois a fiança é um contrato celebrado entre o fiador e o credor, não exigindo a anuência do devedor principal para existir, nos termos do Código Civil: “Art. 820. Pode-se estipular a fiança, ainda que sem consentimento do devedor ou contra a sua vontade”.

O Item II está incorreto, pois, diferentemente da regra geral das obrigações, na fiança a solidariedade entre os cofiadores é a regra (presumida pela lei), a menos que se reservem o benefício de divisão, nos termos do Código Civil: “Art. 829. A fiança conjuntamente prestada a um só débito por mais de uma

pessoa importa o compromisso de solidariedade entre elas, se declaradamente não se reservarem o benefício de divisão”.

O Item III está correto, pois estabelece que a fiança é uma obrigação acessória e não pode ultrapassar os limites da obrigação principal, sob pena de redução, nos termos do Código Civil: “Art. 823. A fiança pode ser de valor inferior ao da obrigação principal e contraída em condições menos onerosas; quando exceder o valor da dívida, ou for mais onerosa que ela, não valerá senão até ao limite da obrigação afiançada”.

QUESTÃO 67. De acordo com o artigo 1.639 e seguintes do Código Civil, os cônjuges podem estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver. A respeito dos regimes de bens, leia as assertivas e responda:

I. No casamento em comunhão parcial de bens, é necessária a anuência do cônjuge para que o outro preste fiança. A ausência de anuência permite ao cônjuge a quem cabia concedê-la, ou aos seus herdeiros, que demandem a decretação da invalidade.

II. Os cônjuges são solidariamente responsáveis pelas dívidas resultantes de empréstimos para necessidades domésticas, ainda que contraídas sem autorização mútua.

III. O pacto antenupcial que escolha o regime de separação total de bens não pode excluir a obrigação de que ambos os cônjuges são obrigados a contribuir para as despesas do casal na proporção dos rendimentos de seu trabalho e de seus bens, prevista em lei como regra geral.

De acordo com o texto legal, assinale a alternativa correta:

- a) Está correta apenas a assertiva II.**
- b) Todas as assertivas estão incorretas.**
- c) Está correta apenas a assertiva III.**
- d) Nenhuma das assertivas está correta.**
- e) Estão corretas apenas as assertivas I e II.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou dos regimes de bens.

O Item I está correto, pois a fiança é um ato que pode comprometer o patrimônio comum, exigindo a chamada “vênia conjugal” (exceto no regime de separação absoluta), sob pena de anulabilidade, nos termos do Código Civil: “Art. 1.647. Ressalvado o disposto no art. 1.648, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta: III - prestar fiança ou aval; Art. 1.650. A decretação de invalidade dos atos praticados sem outorga, sem consentimento, ou sem suprimento do juiz, só poderá ser demandada pelo cônjuge a quem cabia concedê-la, ou por seus herdeiros”.

O Item II está correto, pois a lei estabelece que dívidas voltadas à economia doméstica obrigam ambos os cônjuges, independentemente de quem as assinou, nos termos do Código Civil: “Art. 1.643. Podem os cônjuges, independentemente de autorização um do outro: I - comprar, ainda a crédito, as coisas necessárias à economia doméstica; II - obter, por empréstimo, as quantias que a aquisição dessas coisas possa exigir. Art. 1.644. As dívidas contraídas para os fins do artigo antecedente obrigam solidariamente ambos os cônjuges”.

O Item III está incorreto, pois, embora a contribuição proporcional seja a regra geral, o próprio Código Civil permite que as partes disponham de forma diversa no pacto antenupcial, nos termos do Código Civil: “Art. 1.688. No regime de separação de bens, ambos os cônjuges são obrigados a contribuir para as despesas do casal na proporção dos rendimentos de seu trabalho e de seus bens, salvo estipulação em contrário no pacto antenupcial”.

QUESTÃO 68. O Código Civil prevê diversas possibilidades de instituição de direitos por meio do testamento, permitindo ao testador dispor de seu patrimônio e estabelecer efeitos jurídicos para após a sua morte, observados os limites legais.

A respeito disso, responda de acordo com o disposto no Código Civil brasileiro.

I. O terceiro pode criar um bem de família por testamento, independente da aceitação expressa dos cônjuges ou da entidade familiar beneficiada.

II. O testamento elaborado por um dos genitores pode conter cláusula nomeando tutor para o filho, caso o outro genitor não venha a sobreviver ou esteja impossibilitado de exercer o poder familiar.

III. É possível ao testador instituir multipropriedade em disposição testamentária, devendo constar daquele ato a duração dos períodos correspondentes a cada fração de tempo.

De acordo com o texto legal, assinale a alternativa correta:

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.**
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.**
- c) Todas as assertivas estão corretas.**
- d) Está correta apenas a assertiva I.**
- e) Nenhuma das assertivas está correta.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou do testamento.

A assertiva I está incorreta, pois a instituição de bem de família por terceiro requer a aceitação expressa dos beneficiários para que produza seus efeitos, nos termos do Código Civil: “Art. 1.711. Podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial. Parágrafo único. O terceiro poderá igualmente instituir bem de família por testamento ou doação, dependendo a eficácia do ato da aceitação expressa de ambos os cônjuges beneficiados ou da entidade familiar beneficiada”.

O Item II está correto, pois a nomeação de tutor pelos pais por meio de testamento é a forma clássica de tutela testamentária, nos termos do Código Civil: “Art. 1.729. O direito de nomear tutor compete aos pais, em conjunto. Parágrafo único. A nomeação deve constar de testamento ou de qualquer outro documento autêntico”.

O Item III está correto, uma vez que a multipropriedade pode ser instituída tanto por ato entre vivos quanto por disposição de última vontade, nos termos do Código Civil: “Art. 1.358-G. Além das cláusulas que os multiproprietários decidirem estipular, a convenção de condomínio em multipropriedade determinará: II - o número máximo de pessoas que podem ocupar simultaneamente o imóvel no período correspondente a cada fração de tempo;”.

QUESTÃO 69. O Estatuto da pessoa com deficiência/Lei brasileira de inclusão – Lei nº 13.146/2015 – trouxe em seu artigo 85 a regra geral dos efeitos da curatela. Assinale a alternativa correta, de acordo com o previsto no texto legal:

a) A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, e não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

b) A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial, negocial, o direito ao voto e ao trabalho e não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação e à saúde.

c) A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial, negocial, o direito ao voto, trabalho e matrimônio, e não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, à privacidade, à educação e à saúde

d) A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza negocial, e não alcança o direito patrimonial, ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

e) A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial, negocial e o direito ao trabalho, e não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, e ao voto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A alternativa A está correta, pois reproduz fielmente a limitação imposta pela lei para proteger a dignidade da pessoa com deficiência, garantindo que ela mantenha o controle sobre sua vida pessoal e cidadania, nos termos da Lei 13.146/2015: “Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. § 1º A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto”.

A alternativa B está incorreta, pois incluiu o "voto" e o "trabalho" como atos afetados pela curatela. Pelo contrário, o parágrafo primeiro do Art. 85 protege expressamente a liberdade de trabalhar e de votar.

A alternativa C está incorreta, pois o matrimônio é um direito existencial que não pode ser restringido pela curatela. A pessoa sob curatela pode casar ou constituir união estável livremente.

A alternativa D está incorreta, pois a curatela alcança sim o direito patrimonial. A exclusão feita pela alternativa contradiz o caput do Art. 85.

A alternativa E está incorreta, pois, novamente, tenta incluir o trabalho na esfera da curatela. O trabalho é um direito garantido e a pessoa com deficiência tem autonomia para exercê-lo.

QUESTÃO 70. Como regra geral, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14.08.2018) determina que o tratamento de dados pessoais poderá ser realizado em algumas hipóteses. De acordo com o previsto como regra geral na lei, assinale leia as assertivas e responda:

I. O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado para a proteção da vida ou da incolumidade física de terceiro.

II. O tratamento de dados pessoais poderá ser efetuado para a realização de estudos por órgão de pesquisa, independente da anonimização dos dados pessoais.

III. O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado para a proteção do crédito. De acordo com o texto legal, assinale a alternativa correta:

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Está correta apenas a assertiva I.

c) Nenhuma das assertivas está correta.

d) Estão corretas apenas as assertivas I e III.

e) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou da Lei Geral de Proteção dos Dados Pessoais (Lei 13.709/2018).

O Item I está correto, pois a proteção da vida é uma das bases legais que autorizam o tratamento de dados independentemente do consentimento do titular, nos termos da LGPD: “Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: VII - para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;”.

O Item II está incorreto, pois a lei exige que, para a realização de estudos por órgãos de pesquisa, os dados sejam anonimizados sempre que isso for possível, nos termos da LGPD: “Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;”.

O Item III está correto, pois a proteção do crédito é uma hipótese de tratamento incluída para garantir a segurança das operações financeiras e comerciais, nos termos da LGPD: “Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: X - para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente”.

QUESTÃO 71. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro vigente, assinale a alternativa correta:

I. O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais não poderá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz.

II. Em qualquer caso, a constituição do estabelecimento secundário deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.

III. O incapaz não poderá continuar a empresa antes exercida por ele, ainda que por meio de representante ou devidamente assistido.

IV. A associação que desenvolva atividade futebolística em caráter habitual e profissional, caso requeira e obtenha sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, atendidas as formalidades legais, será considerada empresária, para todos os efeitos.

a) Somente a assertiva IV está correta.

b) Apenas a assertiva I está correta.

c) Todas as assertivas corretas.

d) Somente a assertiva III está incorreta.

e) Apenas assertivas II e IV estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O item I está incorreto, pois, ao contrário do que afirma o item, o Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais deverá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, desde que todos os pressupostos do art. 974, §3º sejam atendidos. Vejamos: “I – o sócio incapaz não pode exercer a administração da sociedade; II – o capital social deve ser totalmente integralizado; III – o sócio relativamente incapaz deve ser assistido e o absolutamente incapaz deve ser representado por seus representantes legais.”.

O item II está correto, pois é mesmo no registro da sede onde deve ser feito o registro de constituição do estabelecimento secundário, não havendo exceção, conforme disposto pelo art. 969, parágrafo único, CC. Vejamos: “Parágrafo único. Em qualquer caso, a constituição do estabelecimento secundário deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.”.

O item III está incorreto, pois desde que cumpra os requisitos legais, o incapaz pode continuar empresa antes exercida por ele enquanto capaz, conforme literalidade do art. 974, CC. Vejamos: “Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.”.

O item IV está correto, pois coaduna-se com a redação do art. 971, parágrafo único, CC. Vejamos: “Art. 971. O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro. Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo à associação que desenvolva atividade futebolística em caráter habitual e profissional, caso em que, com a inscrição, será considerada empresária, para todos os efeitos.”.

QUESTÃO 72. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe a lei 8.934/94 (Lei Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins), assinale a alternativa INCORRETA:

a) Os vogais das juntas comerciais e os respectivos suplentes, atendidas as condições legais, serão nomeados, salvo disposição em contrário, pelos governos dos Estados e do Distrito Federal.

b) É vedado às juntas comerciais desconcentrar os seus serviços mediante convênios com órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos.

c) As juntas comerciais, nos termos da lei, subordinam-se, administrativamente, ao governo do respectivo ente federativo.

d) As juntas comerciais, nos termos da lei, subordinam-se, tecnicamente, ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.

e) O Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins será exercido em todo o território nacional, de forma sistêmica, por órgãos federais, estaduais e distrital, atendidas as formalidades legais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou do Registro Público de Empresas Mercantis.

A alternativa A está correta, pois está em conformidade com o disposto no art. 11 da Lei nº 8.934/1994. Vejamos: “Art. 11. Os vogais e os respectivos suplentes serão nomeados, salvo disposição em contrário, pelos governos dos Estados e do Distrito Federal, dentre brasileiros que atendam às seguintes condições: I - estejam em pleno gozo dos direitos civis e políticos; II - não estejam condenados por crime cuja pena vede o acesso a cargo, emprego e funções públicas, ou por crime de prevaricação, falência fraudulenta, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a propriedade, a fé pública e a economia popular; III - sejam, ou tenham sido, por mais de cinco anos, titulares de firma mercantil individual, sócios ou administradores de sociedade mercantil, valendo como prova, para esse fim, certidão expedida pela junta comercial; IV - estejam quites com o serviço militar e o serviço eleitoral.”.

A alternativa B está incorreta e, portanto, é o gabarito da questão, pois a desconcentração dos serviços é facultada às juntas comerciais, e não vedada, em conformidade com o disposto no art. 7º da Lei nº 8.934/1994, “Art. 7º As juntas comerciais poderão desconcentrar os seus serviços, mediante convênios com órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos, preservada a competência das atuais delegacias.”.

A alternativa C está correta, pois é a redação literal da parte inicial do art. 6º da Lei nº 8.934/1994. Vejamos: “Art. 6º As juntas comerciais subordinam-se, administrativamente, ao governo do respectivo ente federativo [...]”.

A alternativa D está correta, pois é a redação literal da parte final do art. 6º da Lei nº 8.934/1994. Vejamos: “Art. 6º As juntas comerciais subordinam-se [...] tecnicamente, ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, nos termos desta Lei.”.

A alternativa E está correta, pois reproduz o disposto pelo art. 1º da Lei nº 8.934/1994. Vejamos: “Art. 1º O Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, observado o disposto nesta Lei, será exercido em todo o território nacional, de forma sistêmica, por órgãos federais, estaduais e distrital.”.

Assim, a única alternativa que não está em conformidade com disposições da Lei nº 8.934/1994 é a alternativa B, que é o gabarito da questão, tendo em vista que o comando pede a alternativa incorreta.

QUESTÃO 73. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro vigente acerca da Sociedade Limitada, assinale a alternativa correta:

I. Os sócios respondem solidariamente pela integralização social.

II. A sociedade deve ser constituída por 2 (dois) ou mais sócios.

III. A contribuição dos sócios pode consistir em bens ou em serviços, de acordo com o que for regulado no contrato social.

IV. É vedada a nomeação de administradores não sócios.

- a) Todas as assertivas corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Todas as assertivas estão incorretas.
- d) Somente a assertiva IV está incorreta.
- e) Apenas a assertiva I está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou da Sociedade Limitada.

O item I está correto, pois de fato os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social na sociedade limitada, conforme redação do Art. 1.052, CC. Vejamos: “Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.”.

O item II está incorreto, pois desde 2019 a sociedade limitada pode ser unipessoal, em conformidade com o disposto pelo Art. 1.052, §1º, CC. Vejamos: “§ 1º A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas.”.

O item III está incorreto, pois a prestação de serviços não pode ser forma de contribuição dos sócios, de acordo com o § 2º do Art. 1.055, CC. Vejamos: “Art. 1.055. O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio. §2º É vedada contribuição que consista em prestação de serviços.”.

O item IV está incorreto, pois desde que aprovada por 2/3 dos sócios, é possível a designação de administradores não sócios, conforme literalidade do Art. 1.061, CC. Vejamos: “Art. 1.061. A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, após a integralização.”.

QUESTÃO 74. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe a lei 6.404/76 (lei das sociedades anônimas) vigente acerca da Sociedade Anônima, assinale a alternativa correta:

I. O capital social poderá ser formado com contribuições em serviços, dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.

II. Quando a integralização do capital social consistir em crédito, o subscritor ou acionista responderá pela solvência do devedor.

III. É vedada a emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal.

IV. As ações do capital social poderão ser nominativas, ao portador ou endossáveis.

- a) Apenas assertiva II está correta.
- b) Apenas as assertiva I e III estão incorretas.
- c) Apenas assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas a assertiva II e IV estão incorretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou das Sociedades Anônimas.

O item I está incorreto, pois o capital social não pode ser integralizado com contribuições em serviços, apenas em dinheiro ou bens, conforme disposto pelo Art. 7º da Lei nº 6.404/1976. Vejamos: “Art. 7º O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.”.

O item II está correto, pois a lei nº 6.404/1976 traz, em seu Art. 10, parágrafo único, a possibilidade de o subscritor ou acionista responderem pela solvência do devedor, e não a obrigação. Vejamos: “Art. 10. A responsabilidade civil dos subscritores ou acionistas que contribuírem com bens para a formação do capital social será idêntica à do vendedor. Parágrafo único. Quando a entrada consistir em crédito, o subscritor ou acionista responderá pela solvência do devedor.”.

O item III está correto, pois é a redação literal do Art. 13 da Lei nº 6.404/1976. Vejamos: “Art. 13. É vedada a emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal.”.

O item IV está incorreto, pois ao contrário do que afirma o item, as ações do capital social não podem ser ao portador ou endossáveis, pois existe a obrigatoriedade de que sejam nominativas, de acordo com o Art. 20 da Lei nº 6.404/1976. Vejamos: “Art. 20. As ações devem ser nominativas.”.

QUESTÃO 75. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe a legislação vigente, assinale a alternativa correta:

- I. É obrigatório o protesto do título para execução do devedor principal da Nota Promissória.**
- II. O credor pode executar os avalistas da Nota Promissória independentemente do protesto do título.**
- III. A duplicata pode, conforme o caso, ser protestada por falta de pagamento, falta de aceite ou falta de devolução.**
- IV. A duplicata aceita pelo devedor pode ser executada independentemente de protesto.**

- a) Apenas a assertiva IV está correta.

b) Todas as assertivas estão corretas.

c) Apenas a assertiva III está correta.

d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

e) Todas as assertivas estão incorretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre protesto.

O Item I está incorreto, pois não é obrigatório, sendo facultativo. REsp 740356, STJ: “Não é necessário o protesto para se promover a execução contra o aceitante da letra de câmbio ou contra o emitente da nota promissória, bem como contra seus respectivos avalistas. Isso porque, nesses casos, tem-se uma ação direta, e não de regresso.”

O Item II está incorreto, pois é obrigatório o protesto para o direito de regresso. Entretanto, é cabível a interposição de recurso com base na jurisprudência do STJ com ação direta contra os respectivos avalistas do emitente. A saber: “REsp 740356, STJ: “Não é necessário o protesto para se promover a execução contra o aceitante da letra de câmbio ou contra o emitente da nota promissória, bem como contra seus respectivos avalistas. Isso porque, nesses casos, tem-se uma ação direta, e não de regresso.”

O Item III está correto. Lei 5474/1968 - Art. 13. A duplicata é protestável por falta de aceite de devolução ou pagamento.

O Item IV está correto. Lei 5474/1968 - Art 15 - A cobrança judicial de duplicata ou triplicata será efetuada de conformidade com o processo aplicável aos títulos executivos extrajudiciais, de que cogita o Livro II do Código de Processo Civil, quando se tratar: I - de duplicata ou triplicata aceita, protestada ou não;

QUESTÃO 76. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro vigente acerca da Sociedade Simples, assinale a alternativa correta:

I. É permitido o contrato social prever que a contribuição de sócio consista em serviços.

II. A responsabilidade dos sócios é limitada à integralização do capital social.

III. Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.

IV. É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.

a) Todas as assertivas corretas.

b) Apenas a assertiva II está incorreta.

c) As assertivas II e IV estão incorretas.

d) Apenas a assertiva IV está incorreta.

e) Todas as assertivas estão incorretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou das Sociedades Simples.

O item I está correto, pois está em consonância com o disposto pelo Art. 977, parágrafo único, CC. Vejamos: “Art. 977. A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará: V - as prestações a que se obriga o sócio, cuja contribuição consista em serviços;”.

O item II está incorreto, pois em regra, na sociedade simples “pura”, a responsabilidade dos sócios é ilimitada e subsidiária, isto é, o patrimônio social responde primeiro pelas dívidas sociais e, de forma subsidiária, o patrimônio dos sócios responderá pelo restante, nos moldes do art. 1.024, do CCB. Vejamos: “Art. 1.024. Os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais.”.

O item III está correto, pois trata-se da redação literal do parágrafo único do Art. 1.003, CC. Vejamos: “Art. 1.003. A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade. Parágrafo único. Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.”.

O item IV está correto, pois de fato o Código Civil dispõe, em seu Art. 1.008, ser nula qualquer estipulação contratual nesse sentido. Vejamos: “Art. 1.008. É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.”.

QUESTÃO 77. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro vigente acerca de Sociedades, assinale a alternativa INCORRETA:

a) No caso de dissolução de sociedade, se não estiver designado no contrato social, o liquidante será eleito por deliberação dos sócios, podendo a escolha recair em pessoa estranha à sociedade.

b) O contrato social poderá prever outras causas de dissolução da sociedade, além daquelas previstas em lei, que serão verificadas judicialmente quando contestadas.

c) O exaurimento do fim social é causa de dissolução de pleno direito da sociedade, independentemente de decisão judicial.

d) Dissolvida de pleno direito a sociedade, pode o sócio requerer, desde logo, a liquidação judicial.

e) O liquidante poderá ser indicado pelos sócios no contrato social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou das Sociedades.

A alternativa A está correta, pois de fato, para a dissolução da sociedade, caso não esteja designado no contrato social, os sócios deliberarão para eleger o liquidante, nos termos do Art. 1.038, CC. Vejamos: “Art. 1.038. Se não estiver designado no contrato social, o liquidante será eleito por deliberação dos sócios, podendo a escolha recair em pessoa estranha à sociedade.”.

A alternativa B está correta, pois é a redação literal do Art. 1.035, CC. Vejamos: “Art. 1.035. O contrato pode prever outras causas de dissolução, a serem verificadas judicialmente quando contestadas.”.

A alternativa C está incorreta e, portanto, é o gabarito da questão, pois a dissolução da sociedade pelo exaurimento do fim social deve ocorrer judicialmente, não sendo uma causa de dissolução de pleno direito como as contidas no art. 1.033, CC. Conforme disposto pelo art. 1.034, II, CC: “Art. 1.034. A sociedade pode ser dissolvida judicialmente, a requerimento de qualquer dos sócios, quando: [...] II - exaurido o fim social, ou verificada a sua inexecutabilidade.”.

A alternativa D está correta, pois “Art. 1.036. Ocorrida a dissolução, cumpre aos administradores providenciar imediatamente à investidura do liquidante, e restringir a gestão própria aos negócios inadiáveis, vedadas novas operações, pelas quais responderão solidária e ilimitadamente. Parágrafo único. Dissolvida de pleno direito a sociedade, pode o sócio requerer, desde logo, a liquidação judicial.”.

A alternativa E está correta, pois de fato, a designação do liquidante pelos sócios no contrato social é uma faculdade, em conformidade com o disposto pelo Art. 1.038, CC. Vejamos: “Art. 1.038. Se não estiver designado no contrato social, o liquidante será eleito por deliberação dos sócios, podendo a escolha recair em pessoa estranha à sociedade.”.

Assim, a única alternativa que não está em conformidade com disposições do CC é a alternativa C, que é o gabarito da questão, tendo em vista que o comando pede a alternativa incorreta.

QUESTÃO 78. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro vigente, assinale a alternativa correta:

a) Constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

b) O reconhecimento da desconsideração da personalidade jurídica impõe a responsabilidade ilimitada de todos os sócios.

c) A transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, mesmo aqueles de valor proporcionalmente insignificante, configura confusão patrimonial passível de desconsideração da personalidade jurídica.

d) A demonstração da existência de grupo econômico, por si só, autoriza a desconsideração da personalidade jurídica.

e) A desconsideração da personalidade jurídica, conforme o caso concreto, pode atingir os bens particulares dos sócios, ainda que beneficiados indiretamente pelo abuso da personalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou da responsabilidade dos sócios.

As assertivas foram baseadas no Art. 50, CC. Vejamos: “Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. §1º Para os fins do disposto neste artigo, desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza. §2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa; II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; e III - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial. §3º O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo também se aplica à extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica. §4º A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o caput deste artigo não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica. §5º Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.”.

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com o Art. 50, §5º, CC, acima transcrito, a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica não constitui desvio de finalidade, sendo necessário, para tanto, a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores, conforme disposto no §1º do Art. 50, CC, acima transcrito.

A alternativa B está incorreta, pois a responsabilidade ilimitada não recairá sobre os bens particulares de todos os sócios, mas tão-somente dos administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso, conforme redação do Art. 50, caput, CC, acima transcrito.

A alternativa C está incorreta, pois a transferência de ativos ou de passivos de valor proporcionalmente insignificante não configura confusão patrimonial, conforme redação do Art. 50, §2º, II, CC, acima transcrito.

A alternativa D está incorreta, pois a demonstração da existência de grupo econômico, por si só, não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica, conforme disposto no art. 50, §4º, CC, acima transcrito, sendo necessária a existência de desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

A alternativa E está correta, pois de fato o patrimônio de sócios beneficiados, mesmo que indiretamente, pelo abuso, podem ser atingidos na desconsideração da personalidade jurídica, em conformidade com o disposto na parte final do caput do Art. 50, CC, acima transcrito.

QUESTÃO 79. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro vigente, assinale a alternativa correta:

I. Considera-se gerente o preposto permanente no exercício da empresa, na sede desta, ou em sucursal, filial ou agência.

II. Considera-se administrador o preposto permanente no exercício da empresa, na sede desta, ou em sucursal, filial ou agência.

III. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.

IV. Na falta de estipulação diversa, consideram-se solidários os poderes conferidos a dois ou mais gerentes.

a) Todas as assertivas estão incorretas.

b) Apenas as assertivas I e II estão incorretas.

c) Apenas assertivas I e III estão incorretas.

d) Apenas as assertivas II e IV estão incorretas.

e) Apenas a assertiva II está incorreta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O item I está correto, pois essa é a definição de gerente trazida pelo art. 1.172, CC. Vejamos: “Art. 1.172. Considera-se gerente o preposto permanente no exercício da empresa, na sede desta, ou em sucursal, filial ou agência.”.

O item II está incorreto, pois essa não é a definição de administrador, e sim de gerente, conforme redação do Art. 1.172, CC. Vejamos: “Art. 1.172. Considera-se gerente o preposto permanente no exercício da empresa, na sede desta, ou em sucursal, filial ou agência.”.

O item III está correto, pois é a redação literal do Art. 1.178, CC. Vejamos: “Art. 1.178. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.”.

O item IV está correto, pois de fato, conforme Art. 1.173, parágrafo único, CC, os poderes conferidos a dois ou mais gerentes são considerados solidários na falta de disposição contrária. Vejamos: “Art. 1.173. Quando a lei não exigir poderes especiais, considera-se o gerente autorizado a praticar todos os atos necessários ao exercício dos poderes que lhe foram outorgados. Parágrafo único. Na falta de estipulação diversa, consideram-se solidários os poderes conferidos a dois ou mais gerentes.”.

QUESTÃO 80. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro vigente sobre Sociedades, assinale a alternativa incorreta:

a) Na Sociedade em Comum todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e, portanto, todos são excluídos do benefício de ordem.

b) A constituição da Sociedade em Conta de Participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito.

c) Na Sociedade em Comum, os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.

d) Na Sociedade em Conta de Participação, o sócio participante não pode tomar parte nas relações do sócio ostensivo com terceiros, sob pena de responder solidariamente com este pelas obrigações em que intervier.

e) A Sociedade em Conta de Participação não adquire personalidade jurídica mediante a inscrição de seu instrumento no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou das Sociedades.

A alternativa A está incorreta e, portanto, é o gabarito da questão, pois de acordo com o disposto no Art. 990, CC, apenas aquele que contratou pela sociedade será excluído do benefício de ordem previsto no Art. 1.024, CC. Vejamos: “Art. 990. Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, previsto no art. 1.024, aquele que contratou pela sociedade.”.

A alternativa B está correta, pois está em conformidade com o disposto no Art. 992, CC. Vejamos: “Art. 992. A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito.”.

A alternativa C está correta, pois o Art. 988, localizado no Capítulo I do Código Civil, o qual trata da sociedade em comum, estipula exatamente o que está na alternativa. Vejamos: “Art. 988. Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.”.

A alternativa D está correta, pois o parágrafo único do Art. 993, localizado no Capítulo II do Código Civil, o qual trata da sociedade em conta de participação, estipula exatamente o que está na alternativa. Vejamos: “Parágrafo único. Sem prejuízo do direito de fiscalizar a gestão dos negócios sociais, o sócio

participante não pode tomar parte nas relações do sócio ostensivo com terceiros, sob pena de responder solidariamente com este pelas obrigações em que intervier.”.

A alternativa E está correta, pois de fato, conforme Art. 993, CC, a personalidade jurídica da sociedade em conta de participação não é adquirida por meio da inscrição do seu instrumento em RPEM. Vejamos: “Art. 993. O contrato social produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.”.

Assim, a única alternativa que não está em conformidade com disposições do CC é a alternativa A, que é o gabarito da questão, tendo em vista que o comando pede a alternativa incorreta.

QUESTÃO 81. Quanto à organização na prestação de serviços, segundo o Provimento CNJ 149/2023, é INCORRETO afirmar:

a) A adoção do teletrabalho é facultativa aos escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro.

b) Não se enquadram no conceito de teletrabalho as atividades notariais e de registro executadas externamente em razão da natureza do ato a ser praticado.

c) A atividade notarial e de registro na modalidade teletrabalho está limitada a 50% da força de trabalho da serventia extrajudicial, desde que seja mantida a capacidade plena de funcionamento dos setores de atendimento ao público externo.

d) É vedada a realização de teletrabalho pelos titulares delegatários, bem como pelos interinos e interventores nomeados para responder pelo serviço notarial e de registro.

e) O titular do serviço notarial e de registro que decidir implementar ou alterar o regime de teletrabalho na serventia extrajudicial deverá comunicar ao órgão correcional local o nome, CPF, e-mail e telefone dos escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro incluídos no sistema de teletrabalho, bem como os meios de controle das atividades dos escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro incluídos no sistema de teletrabalho.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata o Teletrabalho na prestação dos serviços das serventias, de acordo com o Provimento nº 149 do CNJ.

A alternativa A está correta. A adoção do teletrabalho é facultada aos escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro conforme estabelece o art. 58 do Provimento nº 149.

A alternativa B está correta. Corresponde literalmente ao disposto no §1º do art. 59 do Provimento nº149, vejamos: “Não se enquadram no conceito de teletrabalho as atividades notariais e de registro executadas externamente em razão da natureza do ato a ser praticado”.

A alternativa C está incorreta. Portanto nosso gabarito. O limite do teletrabalho na atividade notarial e de registro é de 30%, conforme estipula o art. 61 do Provimento nº 149 e não 50% como assevera a alternativa.

A alternativa D está correta. É o que prevê expressamente o parágrafo único do art. 58 do Provimento nº 149, vejamos: “É vedada a realização de teletrabalho pelos titulares delegatários, bem como pelos interinos e interventores nomeados para responder pelo serviço notarial e de registro”.

A alternativa E está correta. Porque narra justamente o que é disposto no art. 62, I a II do Provimento nº 149. Vejamos: “O titular do serviço notarial e de registro que decidir implementar ou alterar o regime de teletrabalho na serventia extrajudicial deverá comunicar ao órgão correcional local: I - o nome, CPF, e-mail e telefone dos escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro incluídos no sistema de teletrabalho; e II - os meios de controle das atividades dos escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro incluídos no sistema de teletrabalho”.

QUESTÃO 82. Quanto ao disposto na Lei 8.245/91, é INCORRETO afirmar:

a) É livre a convenção do aluguel, vedada a sua estipulação em moeda estrangeira e a sua vinculação à variação cambial ou ao salário-mínimo.

b) Se o imóvel for alienado durante a locação, o adquirente poderá denunciar o contrato, com o prazo de noventa dias para a desocupação, salvo se a locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel.

c) Seja qual for o fundamento do término da locação, a ação do locador para reaver o imóvel é a de despejo.

d) O contrato de locação pode ser ajustado por qualquer prazo, dependendo de vênua conjugal se igual ou superior a quinze anos.

e) Havendo mais de um locador ou mais de um locatário, entende-se que são solidários se o contrário não se estipulou.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**. A questão tratou da Lei de Locações (Lei 8.245/91).

A alternativa A está correta, pois a lei proíbe a indexação do aluguel ao salário-mínimo ou moedas estrangeiras para evitar instabilidade econômica, nos termos da Lei 8.245/91: “Art. 17. É livre a convenção do aluguel, vedada a sua estipulação em moeda estrangeira e a sua vinculação à variação cambial ou ao salário-mínimo”.

A alternativa B está correta, pois descreve a cláusula de vigência, que protege o inquilino em caso de venda do imóvel se os requisitos forem cumpridos, nos termos da Lei 8.245/91: “Art. 8º. Se o imóvel for alienado durante a locação, o adquirente poderá denunciar o contrato, com o prazo de noventa dias para

a desocupação, salvo se a locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel”.

A alternativa C está correta, pois a ação de despejo é o instrumento processual único e específico para o locador retomar a posse direta do imóvel locado, nos termos da Lei 8.245/91: “Art. 5º. Seja qual for o fundamento do término da locação, a ação do locador para reaver o imóvel é a de despejo”.

A alternativa D está incorreta, pois o erro está no prazo mencionado. A exigência de vênua conjugal ocorre em contratos com prazo igual ou superior a dez anos, nos termos da Lei 8.245/91: “Art. 3º. O contrato de locação pode ser ajustado por qualquer prazo. Parágrafo único. Ausente a vênua conjugal, se igual ou superior a dez anos, o cônjuge não estará obrigado a observar o prazo excedente”.

A alternativa E está correta, pois na locação a solidariedade é presumida por lei quando há pluralidade de partes, invertendo a regra geral do Código Civil onde a solidariedade não se presume, nos termos da Lei 8.245/91: “Art. 2º. Havendo mais de um locador ou mais de um locatário, entende-se que são solidários se o contrário não se estipulou”.

QUESTÃO 83. Quanto ao disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar:

a) O documento público faz prova apenas da sua formação, dependendo de ratificação judicial os fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declararem que ocorreram em sua presença.

b) Não dependem de prova os fatos notórios; afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária; admitidos no processo como incontroversos; e, em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

c) A data do documento particular, quando a seu respeito surgir dúvida ou impugnação entre os litigantes, provar-se-á unicamente por prova documental.

d) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais não guarda nenhum valor probatório, ainda que subscrito

pelas partes.

e) A nota escrita pelo credor em qualquer parte de documento representativo de obrigação, desde que assinada, faz prova em benefício do devedor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou da prova.

A alternativa A está incorreta, pois o documento público faz prova não apenas de sua formação, mas também dos fatos assim declarados pelo escrivão, chefe de secretaria, tabelião ou servidor, não sendo necessária ratificação judicial, em conformidade com a redação do art. 405, CPC. Vejamos: “Art. 405. O

documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua presença.”.

A alternativa B está correta, pois contém a literalidade do art. 374, CPC, o qual trata sobre os fatos que não dependem de prova. De acordo com o referido dispositivo: “Art. 374. Não dependem de prova os fatos: I - notórios; II - afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária; III - admitidos no processo como incontroversos; IV - em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade”.

A alternativa C está incorreta, pois a prova documental não é a única hábil para provar a data do documento particular, conforme art. 409, CPC, o qual dispõe: “Art. 409. A data do documento particular, quando a seu respeito surgir dúvida ou impugnação entre os litigantes, provar-se-á por todos os meios de direito”.

A alternativa D está incorreta, pois o documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais não é totalmente desprovido de valor probatório, uma vez que possui a mesma eficácia probatória do documento particular, em consonância com o disposto no art. 407, CPC. Vejamos: “Art. 407. O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento particular.”.

A alternativa E está incorreta, pois nota escrita pelo credor em qualquer parte de documento representativo de obrigação faz prova em benefício do devedor independentemente de estar assinada, conforme disposto no art. 416, CPC. Vejamos: “Art. 416. A nota escrita pelo credor em qualquer parte de documento representativo de obrigação, ainda que não assinada, faz prova em benefício do devedor”.

QUESTÃO 84. Quanto ao disposto no Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

a) A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida ou liquidável e exigível.

b) São títulos executivos extrajudiciais a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque; a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas; a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei; o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas; a certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei.

c) Nos títulos executivos constituídos ou atestados por meio eletrônico, é admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunhas quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura.

d) Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro não dependem de homologação para serem executados.

e) A propositura de qualquer ação relativa a débito constante de título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou dos títulos executivos.

A alternativa A está incorreta e, portanto, é o gabarito da questão, pois o título em que se funda a cobrança de crédito deve ser relativo à obrigação líquida, certa e exigível, não havendo previsão quanto a título de obrigação liquidável. De acordo com o art. 783, CPC: “A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.”.

A alternativa B está correta, pois transcreve os incisos I, II, III, IX, X e XI do art. 784, CPC. Vejamos: “Art. 784. São títulos executivos extrajudiciais: I - a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque; II - a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; III - o documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas; IX - a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei; X - o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas; XI - a certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei;”.

A alternativa C está correta, pois refere-se à previsão do art. 784, § 4º, CPC. Vejamos: “§4º Nos títulos executivos constituídos ou atestados por meio eletrônico, é admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunhas quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura.”.

A alternativa D está correta, pois de fato, a execução de título extrajudicial estrangeiro não depende de homologação, conforme redação do art. 784, § 2º. Vejamos: “§2º Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro não dependem de homologação para serem executados.”.

A alternativa E está correta, pois o CPC de fato prevê que não existe tal restrição em seu art. 784, §1º. Vejamos: “§1º A propositura de qualquer ação relativa a débito constante de título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução.”.

Assim, a única alternativa que não está em conformidade com disposições do CPC é a alternativa A, que é o gabarito da questão, tendo em vista que o comando pede a alternativa incorreta.

QUESTÃO 85. Quanto ao disposto no Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

a) O juiz nomeará curador especial ao incapaz se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade;

b) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito pessoal e direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

c) Nas ações possessórias a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado.

d) A autarquia e a fundação de direito público serão representadas em juízo, ativa e passivamente, por quem a lei do ente federado designar.

e) O juiz nomeará curador especial ao réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está correta, pois é o que dispõe o art. 72, I, CPC. Vejamos: “Art. 72. O juiz nomeará curador especial ao: I - incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade”;

A alternativa B está incorreta e, portanto, é o gabarito da questão, pois o consentimento do cônjuge é exigido para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, mas não para propor ação que verse sobre direito pessoal. Conforme disposto no art. 73, CPC: “Art. 73. O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens”.

A alternativa C está correta, pois é a disposição literal do art. 72, §2º, CPC. Vejamos: “§2º. Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado”.

A alternativa D está correta, pois está em conformidade com a redação do art. 75, IV, CPC. Vejamos: “Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente: IV - a autarquia e a fundação de direito público, por quem a lei do ente federado designar;”.

A alternativa E está correta, pois está em consonância com o disposto pelo art. 72, II, CPC. Vejamos: “Art. 72. O juiz nomeará curador especial ao: II - réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.”.

Assim, a única alternativa que não está em conformidade com disposições do CPC é a alternativa B, que é o gabarito da questão, tendo em vista que o comando pede a alternativa incorreta.

QUESTÃO 86. O crime de lavagem de dinheiro se encontra previsto no artigo 1º da Lei 9.613 de 1998. Sobre esse delito, é correto afirmar:

a) Segundo a jurisprudência majoritária, a autolavagem de dinheiro não é punível no direito penal brasileiro, por força da proibição de bis in idem.

b) O crime de furto não pode ser considerado antecedente de lavagem pois é cometido sem violência.

c) Para a persecução penal do crime de lavagem de dinheiro, é essencial a condenação, em processo apartado ou no mesmo processo, do responsável pelo delito considerado antecedente.

d) O delito de lavagem de dinheiro só se consuma com a completude das três fases previstas para sua realização, quais sejam, colocação, integração e ocultação, nessa mesma ordem.

e) Após alteração realizada pela Lei n. 12.683 de 2012, não há previsão de rol de crimes antecedentes ao delito de lavagem de dinheiro. Atualmente, contravenções penais também podem ser consideradas infrações antecedentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois O STF e o STJ já consolidaram entendimento de que a autolavagem é punível, haja vista que o crime de lavagem possui autonomia em relação ao crime antecedente. Assim, mesmo o autor do crime antecedente pode responder pela lavagem, pois se trata de conduta distinta (ocultar/dissimular a origem ilícita). Nesse sentido, decidiu o STJ, na APn 989/DF. Vejamos: “Embora a tipificação da lavagem de capitais dependa da existência de um crime antecedente, é possível a autolavagem, isto é, a imputação simultânea, ao mesmo réu, do delito antecedente e do crime de lavagem, desde que sejam demonstrados atos diversos e autônomos daquele que compõe a realização do primeiro crime, circunstância em que não ocorrerá o fenômeno da consunção.”.

A alternativa B está incorreta, pois após o advento da Lei nº 12.683/2012, não há mais rol taxativo de crimes antecedentes. Qualquer infração penal pode ser antecedente, inclusive furto simples, ainda que sem violência. Nesse sentido decidiu o STJ, em sede de Recurso em HC nº 109.122/DF. Vejamos: “Antes da alteração trazida pela Lei n. 12.683/2012, o crime de lavagem de dinheiro estava adstrito a certas e determinadas infrações penais, segundo rol taxativo previsto no art. 1.º da Lei n. 9.613/1998. A partir do advento da nova legislação, não mais existe um rol de crimes antecedentes e necessários para a configuração do delito de lavagem de capital, que poderá ocorrer diante de qualquer “infração penal”.”.

A alternativa C está incorreta, pois o art. 2º, §1º, da Lei nº 9.613/1998 dispõe que a ação penal por lavagem independe da ação penal relativa ao crime antecedente, basta que haja indícios da infração antecedente, não sendo necessária, portanto, a condenação. Vejamos: “§1º A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente.”. Ademais, o STJ também já decidiu nesse sentido, em sede de RHC n. 94.233/RN. Vejamos: “Para configuração do crime do artigo art. 1º da Lei n. 9.613/98, não é necessário que o acusado tenha sido condenado pelo delito antecedente, pois embora derivado ou acessório, o delito de lavagem de dinheiro é autônomo, também não se exigindo processo criminal ou condenação pelo prévio delito, nem mesmo que o acusado seja o autor do delito, bastando, para tanto, a presença de indícios suficientes de

sua existência, o que se verifica da peça acusatória que ora se analisa, bem como porque a ação penal que apura o delito de peculato não foi trancada em relação aos demais denunciados. Precedentes.”.

A alternativa D está incorreta, pois a consumação do delito de lavagem de dinheiro se dá com a prática de quaisquer dos atos previstos no art. 1º da Lei nº 9.613/1998, não existindo nenhuma disposição na lei que estipule a necessidade de completude das três fases. Tais fases, em verdade, constituem modelos teóricos utilizados para explicar o ciclo da lavagem de capitais, e não requisitos cumulativos para a sua consumação. Vejamos: “Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.”. Nesse sentido, já decidiu o STJ na APn 923/DF. Vejamos: “O tipo penal do art. 1º da Lei n. 9.613/1998 é de ação múltipla ou plurinuclear, consumando-se com a prática de qualquer dos verbos mencionados na descrição típica e relacionando-se com qualquer das fases do branqueamento de capitais (ocultação, dissimulação, reintrodução), não exigindo a demonstração da ocorrência de todos os três passos do processo de branqueamento.”.

A alternativa E está correta, pois foi precisamente essa a mudança trazida pela Lei nº 12.683/2012. Após tal alteração, o art. 1º passou a prever que a lavagem pode ter como antecedente qualquer infração penal (gênero), inclusive contravenções penais (espécie). Nesse sentido decidiu o STJ, em sede de Recurso em HC nº 109.122/DF. Vejamos: “Antes da alteração trazida pela Lei n. 12.683/2012, o crime de lavagem de dinheiro estava adstrito a certas e determinadas infrações penais, segundo rol taxativo previsto no art. 1.º da Lei n. 9.613/1998. A partir do advento da nova legislação, não mais existe um rol de crimes antecedentes e necessários para a configuração do delito de lavagem de capital, que poderá ocorrer diante de qualquer “infração penal”.”.

QUESTÃO 87. Sobre os crimes contra a fé pública, é correto afirmar que:

- a) A denúncia caluniosa é considerada um delito contra a fé pública.**
- b) O crime de falsificação de documento público é considerado próprio, pois o agente deve agir em concurso com alguém que ostente a característica de funcionário público, o qual será responsável por dar fé pública ao documento falsificado.**
- c) Apenas o cartão de crédito de banco privado se equipara a documento privado para o fim dos crimes de falsidade documental.**
- d) No caso de agente que falsifica e usa o mesmo documento, nas mesmas circunstâncias de lugar e tempo, se aplicará o benefício da continuidade delitiva, que provoca a exasperação da pena na terceira fase da dosimetria.**
- e) No delito de falsidade ideológica, o falso recai sobre o conteúdo do objeto material, podendo sua forma ser verdadeira.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois a denúncia caluniosa (“Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente”) está inserida no “Título XI – Dos Crimes contra a Administração da Justiça” do Código Penal, e não no “Título X – Dos Crimes contra a Fé Pública”, que contém os tipos penais previstos nos arts. 289 a 311, CP.

A alternativa B está incorreta, pois o crime de falsificação de documento público (art. 297 do CP) é crime comum, ou seja, pode ser praticado por qualquer pessoa. Vejamos: “Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro.”. Conforme se observa da redação do dispositivo, não há qualquer exigência legal no sentido de que o crime deva ser praticado por ou em concurso com agente público. Assim, não há a exigência de concurso com funcionário público. Todavia, se o agente for funcionário público e se valer do cargo para falsificar documento público, haverá causa de aumento de pena (art. 297, §1º, CP).

A alternativa C está incorreta, pois tanto o cartão de crédito quanto o de débito se equiparam a documento privado para o fim dos crimes de falsidade documental, conforme disposto pelo Art. 298, parágrafo único, CP. Além disso, não há na lei qualquer restrição a bancos privados. Vejamos: “Parágrafo único. Para fins do disposto no **caput**, equipara-se a documento particular o cartão de crédito ou débito.”.

A alternativa D está incorreta, pois quando o agente falsifica e usa o mesmo documento, aplica-se o princípio da consunção: o uso é considerado mero exaurimento da falsificação. Assim, não há continuidade delitiva nem concurso de crimes, mas sim crime único, conforme disposto no art. 304, CP. Vejamos: “Art. 304 - Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302. Pena - a cominada à falsificação ou à alteração.”. Ademais, esse também é o entendimento consolidado pela 5ª Turma do STJ no AgRg no AgRg no AREsp 2.077.019-RJ. Vejamos: “Na relação de consunção, prevalece o crime de uso de documento falso, crime-fim, sobre a falsidade ideológica, delito-meio. A falsidade ideológica foi o crime-meio, que fica absorvido pelo crime-fim (uso de documento falso).”.

A alternativa E está correta, pois é precisamente sobre o conteúdo do objeto material que recai o falso, e não sobre a forma do documento, conforme se depreende da redação do art. 299, CP, a qual não exige falsidade no que tange à forma do documento. Vejamos: “Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”.

QUESTÃO 88. Sobre a dosimetria da pena, é correto afirmar que:

a) As atenuantes do artigo 65 devem necessariamente implicar a redução de um quantum de pena correspondente a um sexto, e são valoradas na terceira fase do método dosimétrico.

b) As majorantes são aplicadas na segunda fase da dosimetria da pena, devendo obedecer a rol taxativo disposto na parte geral do Código Penal.

c) O rol de agravantes previsto no artigo 61 é taxativo, o que significa que admite complementação judicial de acordo com as nuances do caso concreto.

d) A mesma condenação utilizada para agravar a pena por reincidência não poderá ser utilizada para valorar negativamente os maus antecedentes, na primeira fase da dosimetria penal.

e) Quem pratica fato típico, ilícito e culpável deve ter a pena automaticamente aumentada na primeira fase da dosimetria, uma vez que está presente a circunstância judicial da “culpabilidade”.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois as atenuantes previstas no artigo 65, CP não implicam em uma redução obrigatória de um sexto da pena. Não existe fração legalmente determinada para a diminuição; o juiz deve aplicar a atenuante de forma proporcional e razoável, dentro da segunda fase da dosimetria, juntamente com as agravantes previstas no artigo 61, CP. A terceira fase é reservada às causas de aumento e diminuição de pena, conforme o artigo 68, CP.

A alternativa B está incorreta, pois as majorantes não são aplicadas na segunda fase da dosimetria, mas sim na terceira fase, conforme o método trifásico estabelecido pelo artigo 68, CP. Vejamos: “Art. 68 - A pena-base será fixada atendendo-se ao critério do art. 59 deste Código; em seguida serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento.”. Além disso, não há rol taxativo apenas na parte geral do Código Penal, já que diversas causas de aumento e diminuição estão previstas na parte especial e em legislações extravagantes, como na Lei de Drogas.

A alternativa C está incorreta, pois de fato o rol de agravantes previstos no art. 61, CP é taxativo, e justamente por isso não admite complementação judicial. O princípio da legalidade penal impede que o juiz crie novas agravantes fora das hipóteses previstas em lei, sob pena de violação ao artigo 5º, inciso XXXIX, CF: “XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;”.

A alternativa D está correta, pois a mesma condenação não pode ser utilizada para agravar a pena por reincidência e, ao mesmo tempo, para valorar negativamente os maus antecedentes na primeira fase da dosimetria, sob pena de bis in idem. Esse entendimento está consolidado na jurisprudência do STJ, especialmente na Súmula 241, que dispõe que “a reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.”.

A alternativa E está incorreta, pois a culpabilidade como circunstância judicial prevista no artigo 59, CP não se confunde com a culpabilidade como elemento do crime. Na dosimetria, a culpabilidade só pode ser valorada negativamente quando houver maior reprovabilidade da conduta, como em casos de frieza ou premeditação, não havendo aumento automático da pena pelo simples fato de o crime ser típico, ilícito e culpável. Nesse sentido, Guilherme de Souza Nucci explica que “não se pode valorar negativamente a culpabilidade apenas pelo fato de o crime ser típico, ilícito e culpável, pois isso é inerente ao delito; somente quando houver maior censura, como frieza ou premeditação, é que se justifica a majoração da pena”

QUESTÃO 89. Sobre os crimes contra a Administração pública e a Administração da justiça, é correto afirmar que:

a) O delito de peculato, que é um crime próprio, prevê uma causa de extinção de punibilidade pelo pagamento do valor desviado antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, o que se aplica independentemente do elemento subjetivo do tipo.

b) O delito de denúncia caluniosa se processa mediante ação penal pública condicionada à representação da vítima que teve a falsa investigação instaurada contra si. A representação deve ser apresentada no prazo prescricional de seis meses da ciência da autoria.

c) O crime de falso testemunho deixa de ser punível com a retratação do agente, mesmo que esta ocorra após a sobrevinda de sentença condenatória no processo em que o ilícito ocorreu. A retratação então servirá de base para eventual revisão criminal.

d) O delito de corrupção passiva e de corrupção ativa não são de concurso necessário.

e) O crime de descaminho se encontrava previsto no rol de delitos contra a Administração Pública, porém, atualmente, foi deslocado para a legislação especial que tutela os crimes contra a Ordem Tributária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois embora o peculato seja um crime próprio previsto no artigo 312, CP, não há extinção da punibilidade pelo simples ressarcimento do valor desviado. Essa hipótese só existe no caso de peculato culposo, conforme art. 312, §3º, CP, em que a reparação do dano antes da sentença extingue a punibilidade. Vejamos: “§2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano. §3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.”. No peculato doloso, o ressarcimento pode atenuar a pena, mas não existe previsão legal no sentido de extinguir a responsabilidade penal.

A alternativa B está incorreta, pois a denúncia caluniosa, prevista no artigo 339, CP, é crime de ação penal pública incondicionada. Isso significa que o Ministério Público pode promover a ação independentemente de representação da vítima. Não há prazo de seis meses para representação, já que esta sequer é exigida.

A alternativa C está incorreta, pois o falso testemunho, previsto no artigo 342, CP, admite retratação como causa de extinção da punibilidade apenas se ocorrer antes da sentença no processo em que foi prestado o depoimento, conforme previsto no art. 342, §2º, CP. Se a retratação ocorrer após a sentença, não há extinção da punibilidade, de modo que não pode servir de base para revisão criminal. Vejamos: “§2º O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.”.

A alternativa D está correta, pois tanto a corrupção passiva (art. 317, CP) quanto a corrupção ativa (art. 333, CP) são delitos autônomos e independentes, não configurando concurso necessário. Isso significa

que cada crime pode ser praticado isoladamente, sem que a existência de um dependa do outro. Nesse sentido, o STJ decidiu no AgRg no RHC n. 160.947/CE. Vejamos: “Os crimes de corrupção passiva e ativa configuram uma exceção à teoria monista do concurso de pessoas, sendo tipos penais autônomos”.

A alternativa E está incorreta, pois o crime de descaminho continua previsto no art. 334, CP, dentro do título dos crimes contra a Administração Pública. Ele não foi deslocado para a legislação especial de crimes contra a ordem tributária, permanecendo no Código Penal.

QUESTÃO 90. Sobre a ação penal, é correto afirmar que:

a) A queixa crime e a representação devem ser apresentadas no prazo prescricional de um ano, a contar da ciência da autoria.

b) No caso de ação penal pública incondicionada, o representante do Ministério Público poderá oferecer a denúncia independentemente da vontade da vítima.

c) No caso da ação penal privada, a parte poderá optar pelo oferecimento da queixa-crime por advogado contratado ou da denúncia pelo promotor de justiça; no primeiro caso, no entanto, serão cobradas custas processuais.

d) A representação da vítima, no caso de ação penal condicionada, é sempre irretratável.

e) Caso ocorra o indiciamento por parte do delegado de polícia no inquérito policial, o promotor de justiça deve obrigatoriamente realizar o oferecimento da denúncia, o que, no caso de réu preso, ocorrerá no prazo máximo de 30 dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois tanto a queixa-crime quanto a representação devem ser apresentadas no prazo de seis meses, e não de um ano. Esse prazo é contado da ciência da autoria do fato pelo ofendido, conforme dispõe o artigo 38, CPP. Vejamos: “Art. 38. Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.”.

A alternativa B está correta, pois na ação penal pública incondicionada, o Ministério Público pode oferecer a denúncia independentemente da vontade da vítima, pois a titularidade da ação penal é do Estado. Essa é a essência da ação penal pública incondicionada, prevista no artigo 24, CPP: “Art. 24. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo”, e no artigo 129, I, CF: “Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;”.

A alternativa C está incorreta, pois na ação penal privada, a iniciativa é exclusiva do ofendido ou de seu representante legal, mediante queixa-crime subscrita por advogado. Não existe a possibilidade de o Ministério Público oferecer denúncia em ação penal privada, conforme depreende-se da redação do artigo 30, CPP. Vejamos: “Art. 30. Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada.”. Além disso, embora haja custas processuais na ação penal privada, a redação da alternativa mistura conceitos e cria uma falsa opção inexistente.

A alternativa D está incorreta, pois a representação da vítima, nos casos de ação penal pública condicionada, é retratável até o oferecimento da denúncia. O artigo 25 do CPP prevê expressamente que a representação é irretratável apenas após o oferecimento da denúncia. Vejamos: “Art. 25. A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.”.

A alternativa E está incorreta, pois o indiciamento feito pelo delegado não obriga o Ministério Público a oferecer denúncia. O MP pode pedir arquivamento se entender que não há justa causa para a ação penal, conforme artigo 28, CPP. Vejamos: “Art. 28. Ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público comunicará à vítima, ao investigado e à autoridade policial e encaminhará os autos para a instância de revisão ministerial para fins de homologação, na forma da lei.”. Além disso, o prazo para oferecimento da denúncia, no caso de réu preso, é de cinco dias, conforme artigo 46 do CPP, e não de 30 dias. Vejamos: “Art. 46. O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado. No último caso, se houver devolução do inquérito à autoridade policial (art. 16), contar-se-á o prazo da data em que o órgão do Ministério Público receber novamente os autos.”.

QUESTÃO 91. Com base na Lei Federal nº 10.169/2000 (Normas gerais de emolumentos) e na Lei Estadual nº 10.257/2023 (Normas específicas de emolumentos do Estado do Pará), analise as afirmativas a seguir:

I. A Lei Federal nº 10.169/2000 estabelece, como norma geral, que os Estados e o Distrito Federal têm a competência para fixar o valor dos emolumentos por meio de lei específica.

II. A Lei Estadual nº 10.257/2023 assegura a gratuidade dos emolumentos e de quaisquer acréscimos para o registro civil de nascimento e óbito, e para a primeira via da respectiva certidão.

III. Segundo a lei federal de normas gerais, nº 10.169/2000, a fixação dos emolumentos devidos pelos atos notariais e de registro deve observar, entre outros fatores, o custeio e a remuneração adequada dos serviços prestados, bem como o caráter social desses serviços.

IV. A Lei nº 10.169/2000 veda expressamente a previsão de isenções, descontos ou reduções em quaisquer atos praticados, devendo todos os emolumentos serem cobrados em sua integralidade, exceto nos casos de gratuidade constitucionalmente previstos.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

b) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.

c) Todas as afirmativas estão corretas.

d) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.

e) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata dos temas Normas Gerais de Emolumentos e Normas Específicas de Emolumentos do Estado do Pará.

O Item I está correto. Conforme art. 1º da Lei 10.169/2000: “Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal fixarão o valor dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos respectivos serviços notariais e de registro, observadas as normas desta Lei.”

O Item II está correto. Conforme art. 14, I, da Lei 10.257/2023: “Art. 14. São gratuitos: I - os atos assim previstos em lei;”. Nesse sentido, é o art. 30 da Lei 6.015/73: “Art. 30. Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.”

O Item III está correto. Conforme art. 2º, caput e inciso II, da Lei 10.169/2000: “Art. 2º Para a fixação do valor dos emolumentos, a Lei dos Estados e do Distrito Federal levará em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro, atendidas ainda as seguintes regras: II – os atos comuns aos vários tipos de serviços notariais e de registro serão remunerados por emolumentos específicos, fixados para cada espécie de ato;”.

O Item IV está incorreto. Não há qualquer vedação nesse sentido na Lei 10.169/2000.

QUESTÃO 92. Sobre o Provimento nº 149, de 30/08/2023, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta:

I. O provimento estabelece diretrizes nacionais para os serviços do foro extrajudicial.

II. O provimento é aplicável a todos os estados brasileiros.

III. O provimento visa uniformizar procedimentos para maior eficiência.

IV. Busca, entre outras considerações, concentrar todos os provimentos da Corregedoria Nacional de Justiça, em um único ato, para evitar os transtornos decorrentes da dispersão de atos normativos.

a) Apenas a III está correta.

b) II e IV estão corretas.

c) Todas estão corretas.

d) I, II e III estão corretas.

e) I e IV estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Código Nacional de Normas (Provimento nº 149/2023 do CNJ).

O Item I está correto. Conforme art. 1º do Provimento nº 149/2023 do CNJ: “Art. 1.º Fica aprovado o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça — Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra).”

O Item II está correto. A aplicação é nacional. Conforme art. 3º do Provimento nº 149/2023 do CNJ, as Corregedorias Gerais dos Estados devem adaptar suas normas locais para seguir as diretrizes do Provimento, confirmando seu caráter nacional e vinculante. Vejamos: “Art. 3.º Serão obrigatórios o cadastramento e a prestação do serviço de apostilamento por todos os serviços de notas e de registro das capitais dos estados e do Distrito Federal.”

O Item III está correto. De fato, o principal objetivo do Provimento nº 149 do CNJ é uniformizar procedimentos e consolidar as normas relativas aos serviços notariais e de registro em um único documento, visando maior eficiência e segurança jurídica. Nas considerações do Provimento nº 149/2023 do CNJ, inclusive, encontra-se o seguinte trecho: “CONSIDERANDO a importância de concentrar todos os provimentos, presentes e futuros, da Corregedoria Nacional de Justiça, em um único ato, para evitar os transtornos decorrentes da dispersão de atos normativos;”.

O Item IV está correto. Vide comentário do Item III.

QUESTÃO 93. A respeito da hierarquia e da aplicação das normas que regem os serviços extrajudiciais no Estado do Pará, considerando o Provimento nº 149/2023 (CNN/CN/CNJ-Extra) e o Provimento Conjunto nº 002/2019-CURMB/CICJ (Código de Normas do Pará), avalie as seguintes proposições:

I. O Provimento nº 149/2023, que instituiu o Código Nacional de Normas do CNJ para o Foro Extrajudicial, prevalece sobre as normas estaduais dos Provimentos Conjuntos do TJPA, em caso de divergência ou antinomia normativa.

II. O Provimento Conjunto nº 002/2019-CJRMB/CICJ (Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará) aplica-se de forma supletiva ou específica, desde que haja compatibilidade com o Código Nacional de Normas (Provimento nº 149/2023) e com a legislação federal aplicável.

III. As Corregedorias de Justiça dos Tribunais são as responsáveis por fiscalizar os serviços notariais e de registro, devendo zelar pelo cumprimento do Código Nacional e das normas locais compatíveis, como determina o Provimento nº 149/2023.

IV. O Provimento nº 006/2023-CGJ, da Corregedoria Geral de Justiça do TJPA, por ser superveniente ao Provimento nº 149/2023 do CNJ, revoga as disposições deste último que tratem de matérias de interesse restrito do Estado do Pará.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.**
- b) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.**
- c) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.**
- d) Todas as afirmativas estão corretas.**
- e) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Código Nacional de Normas (Provimento nº 149/2023 do CNJ) e Código de Normas do Pará (Provimento Conjunto nº 002/2019-CURMB/CICJ).

O Item I está correto. A relação entre as normas é regida pela repartição de competências estabelecida na Constituição Federal. De acordo com seu art. 24: “§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. § 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. § 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.”

O Item II está correto. Vide comentário do Item I.

O Item III está correto. De fato, as Corregedorias de Justiça dos Tribunais de Justiça de cada estado são as instâncias competentes para fiscalizar os serviços notariais e de registro. Elas têm o dever de garantir que os cartórios sigam as diretrizes do Código Nacional de Normas. Nesse sentido, por exemplo, é o art. 37 da lei 8.935/94: “Art. 37. A fiscalização judiciária dos atos notariais e de registro, mencionados nos arts. 6º a 13, será exercida pelo juízo competente, assim definido na órbita estadual e do Distrito Federal, sempre que necessário, ou mediante representação de qualquer interessado, quando da inobservância de obrigação legal por parte de notário ou de oficial de registro, ou de seus prepostos.”

O Item IV está incorreto. Prevaecem as disposições do Código Nacional de Normas naquilo em que os Provimentos estaduais forem contrários. Vide explicação do item I.

QUESTÃO 94. A Lei Estadual nº 10.538, de 20 de maio de 2024, que dispõe sobre a reorganização do foro extrajudicial, juntamente com a Lei Estadual nº 10.539/2024, que trata dos serviços do foro extrajudicial, representam um marco regulatório. Qual é o efeito principal da Lei nº 10.538/2024 no tocante à estrutura administrativa dos serviços notariais e de registro no Estado do Pará?

a) A reestruturação do foro extrajudicial, com a definição da nova classificação das serventias extrajudiciais em entrâncias e o estabelecimento de critérios para a criação, acumulação, desacumulação, desmembramento e extinção desses serviços.

b) A extinção total da gratuidade dos emolumentos para o registro civil de pessoas naturais, em razão da criação de um novo fundo de custeio por via indireta.

c) A obrigatoriedade de que todos os notários e registradores do Estado do Pará utilizem, para fins de publicidade, exclusivamente a denominação 'Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais'.

d) A unificação da natureza jurídica de todos os acréscimos (taxas, selos, Fundo etc.) incidentes sobre os emolumentos para torná-los todos de natureza tributária de competência estadual.

e) A criação de um novo Código de Processo Civil Estadual, aplicável exclusivamente aos procedimentos de jurisdição voluntária que tramitam nas serventias extrajudiciais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Lei Estadual nº 10.538/2024 e Lei Estadual nº 10.539/2024.

Conforme o art. 1º da Lei 10.538/2024: “Art. 1º Ficam reorganizados os serviços extrajudiciais de tabelionatos e de registros no Estado do Pará, com as anexações, desanexações, acumulações, desacumulações, atribuições, transferências, criações, consolidações e extinções de serviços, em conformidade com as nomenclaturas dispostas no anexo único, o qual é parte integrante desta Lei.”

A alternativa A está correta. De fato, o efeito da Lei 10.538/2024 é de reorganização dos serviços extrajudiciais de tabelionatos e de registros no Estado do Pará, com as anexações, desanexações, acumulações, desacumulações, atribuições, transferências, criações, consolidações e extinções de serviços.

As alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas, pois a Lei Estadual nº 10.538/2024 não trata de tais assuntos, nem faz tais imposições.

QUESTÃO 95. Analisando a Lei Complementar Estadual nº 21/1994 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis) e a Lei nº 6.831/2006 (Fundo de Apoio ao Poder Judiciário - FUNJUR), bem como o Regime Interno do TJPA, assinale a correta:

I. A Lei Complementar Estadual nº 21/1994, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará, aplica-se, no que couber, aos servidores dos serviços auxiliares da Justiça, não titulares de cargos notariais ou de registro.

II. O Fundo de Apoio ao Poder Judiciário (FUNJUR), criado pela Lei nº 6.831/2006, tem como uma de suas finalidades específicas a garantia da modernização, do reaparelhamento e da informatização do Poder Judiciário do Estado do Pará.

III. Conforme o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), compete ao Conselho da Magistratura processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança contra ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

IV. A Lei Complementar Estadual nº 38/2001, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 42/2002, dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará.

Assinale a alternativa correta.

a) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

b) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

c) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.

d) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.

e) Todas as afirmativas estão corretas.

Comentários

A alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar da banca é a **letra C**. No entanto, entende-se que a questão deve ser NULA, pois não há resposta correta. A questão trata do tema Lei Complementar Estadual nº 21/1994 e Lei Estadual nº 6.831/2006.

O item I, apesar de apontado como correto pelo gabarito preliminar da banca, na verdade está incorreto. A Lei Complementar Estadual nº 21/1994 trata do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário – FRJ do Estado do Pará. A Lei que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará, na verdade, é a Lei Estadual nº 5.810/94.

O item II, apesar de apontado como correto pelo gabarito preliminar da banca, na verdade está incorreto. A Lei 6.831/2006 cria o Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará. Suas finalidades estão dispostas em seu art. 2º, vejamos: “Art. 2º O Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará - FRC, criado por esta Lei, tem as seguintes finalidades: I - prover a gratuidade dos atos praticados pelos Registradores Civis de Pessoas Naturais na forma da lei; II - captar recursos financeiros, destinados a assegurar a gratuidade dos atos de Registro Civil de Pessoas Naturais no Estado do Pará. III - assegurar renda mínima aos titulares dos Offícios de Registro Civil das Pessoas Naturais considerados deficitários para manutenção dos respectivos serviços.

O item III está incorreto. É competência do Tribunal Pleno, conforme art. 24, XIII, alínea “b”, do Regimento Interno do TJ-PA: “Art. 24. O Tribunal Pleno é constituído pela totalidade dos Desembargadores e Juízes convocados, enquanto perdurar a convocação, instalado pelo Presidente do Tribunal e, nos seus impedimentos, sucessivamente, pelo Vice-Presidente e na ausência deste, segundo a ordem de antiguidade na Corte, competindo-lhe: XIII - processar e julgar os feitos a seguir enumerados: b) os mandados de segurança, os habeas data e os mandados de injunção contra atos ou omissões do Governador do Estado, da Mesa e do Presidente da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal, de seu Presidente e Vice-Presidente, do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios, inclusive de seus Presidentes, do Procurador-Geral de Justiça e do Procurador-Geral do Estado.”

O item IV, apesar de apontado como correto pelo gabarito preliminar da banca, na verdade está incorreto. A LC 38/2001 introduz modificações na LC nº 21/1994, que trata do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário – FRJ do Estado do Pará. A Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, na verdade, é a Lei Complementar nº 57/2006.

Assim, apesar de o gabarito preliminar da banca ter apontado a letra C como a alternativa correta, na verdade a questão deve ser NULA. Não há resposta correta, pois todos os itens estão errados.

QUESTÃO 96. O avanço das tecnologias de inteligência artificial tem suscitado debates relevantes no campo jurídico e institucional. Considerando o contexto atual, é correto afirmar que:

a) A regulação da inteligência artificial limita-se exclusivamente à proteção de direitos autorais.

b) O uso de inteligência artificial é plenamente neutro, inexistindo impactos sociais ou jurídicos relevantes decorrentes de sua adoção.

c) A inteligência artificial substituiu integralmente a atuação humana nos serviços públicos essenciais.

d) A principal preocupação regulatória em torno da inteligência artificial está relacionada à proteção de direitos fundamentais, à transparência algorítmica e à responsabilização pelo uso de sistemas automatizados.

e) O desenvolvimento tecnológico prescinde de qualquer marco ético ou normativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre inteligência artificial.

A alternativa A está incorreta. Embora a proteção de direitos autorais seja importante, a regulação é muito mais ampla. Ela abrange desde a proteção de dados (LGPD) até a segurança nacional e a integridade física de pessoas (como em carros autônomos). Vale lembrar que a Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98) exige a autoria humana para uma obra ser protegida. Ou seja, quando uma obra é gerada

100% por IA (sem intervenção criativa substancial de uma pessoa) não podem ser registrados sendo considerados de domínio público.

A alternativa B está incorreta. IAs podem herdar vieses (preconceitos) dos dados com os quais foram treinadas, gerando impactos sociais graves, como discriminação em concessão de crédito ou em sistemas de reconhecimento facial.

A alternativa C está incorreta. A IA atua como suporte e ferramenta, e não como substituta integral. Nesse sentido, conforme (MARQUES, Rutelly p. 49) “A aplicação de princípios éticos não é, contudo, uma tarefa trivial, pois os casos concretos ilustram choques entre esses princípios e nem todas as ciências contam com um código de ética. Por isso, Ekmekci e Arda (2020) propõem que a ética a guiar uma tecnologia específica de Inteligência Artificial seja o resultado da ética do domínio no qual ela é aplicada, da ética da tecnologia, da ética da tecnologia da Inteligência Artificial como um todo, dos direitos humanos fundamentais e do bom senso, e da supervisão humana.”

A alternativa D está correta. Este é o pilar das principais preocupações regulatórias, devendo garantir que a máquina não viole a dignidade humana e como o algoritmo chegou àquela decisão. No âmbito jurídico, a IA tem sido progressivamente incorporado às atividades jurisdicionais, proporcionando celeridade na análise de dados e na produção de documentos legais. No entanto, a falta de transparência dos processos algorítmicos levanta preocupações quanto à imparcialidade das decisões e à manutenção das garantias processuais (Cavalcante; Pereira, 2023). A introdução dessas ferramentas exige um arcabouço regulatório robusto que assegure a conformidade com os princípios constitucionais, evitando riscos de vies decisórios e distorções interpretativas que possam comprometer a isonomia e a justiça material.” (Ribeiro, A., Eloí, D. L. C., & Rodrigues, R. V. M. (2025). TRANSPARÊNCIA E ÉTICA NO USO DE IA GENERATIVA. Revista Base Científica, 3.)

A alternativa E está incorreta. Pelo contrário! O desenvolvimento tecnológico sem marcos éticos e normativos pode levar a riscos catastróficos. A Ética Digital é hoje uma das áreas mais importantes para garantir o desenvolvimento sustentável das tecnologias.

QUESTÃO 97. O contexto econômico global recente tem sido marcado por instabilidades e transformações estruturais. Nesse cenário, é correto afirmar que:

- a) As crises econômicas contemporâneas são fenômenos exclusivamente internos de cada país.**
- b) Inflação, cadeias produtivas globais e políticas monetárias restritivas têm impactado de forma significativa as economias nacionais.**
- c) As economias nacionais tornaram-se totalmente independentes dos fluxos internacionais.**
- d) A política monetária deixou de ser instrumento relevante de controle econômico.**
- e) O comércio internacional perdeu completamente sua importância estratégica.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre economia global.

A alternativa A está incorreta. No mundo globalizado, existe o chamado "efeito contágio". Uma crise no setor imobiliário da China ou uma alteração nos juros dos EUA afeta o mundo inteiro. Crises raramente são exclusivamente internas hoje em dia.

A alternativa B está correta. Esta alternativa resume os principais desafios econômicos dos últimos anos. O aumento de custos de energia e alimentos gera uma pressão inflacionária mundial. E para combater a inflação, os Bancos Centrais elevam os juros (política restritiva), encarecendo o crédito e desacelera o crescimento, impactando diretamente as economias nacionais.

A alternativa C está incorreta. Pelo contrário, as economias estão cada vez mais interdependentes. O Brasil, por exemplo, depende fortemente da exportação de commodities para a Ásia e da importação de tecnologia e fertilizantes.

A alternativa D está incorreta. A política monetária (controle da taxa de juros e da quantidade de dinheiro em circulação) é, talvez, o instrumento mais relevante e utilizado atualmente pelos governos para tentar estabilizar a economia.

A alternativa E está incorreta. O comércio internacional é o motor do PIB de muitos países. Mesmo com movimentos de "nacionalismo econômico", a troca de bens, serviços e capitais entre as nações continua sendo estratégica para o abastecimento e o desenvolvimento tecnológico.

QUESTÃO 98. O conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente debatido nos últimos anos, pressupõe:

- a) A substituição integral das atividades produtivas por áreas de conservação.**
- b) A priorização absoluta do crescimento econômico, ainda que com degradação ambiental.**
- c) A preservação ambiental desvinculada de qualquer atividade econômica.**
- d) A exclusão das dimensões sociais do processo de desenvolvimento.**
- e) A conciliação entre crescimento econômico, proteção ambiental e justiça social.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre sustentabilidade.

A alternativa A está incorreta. O desenvolvimento sustentável não prega a paralisação da economia, mas sim a sua adaptação. Substituir toda a produção por áreas de conservação seria inviável para a sobrevivência e o progresso da humanidade.

A alternativa B está incorreta. Essa é a visão antiga de "crescer a qualquer custo". O conceito moderno entende que um crescimento que destrói o meio ambiente é um "tiro no pé", pois esgota os recursos necessários para o futuro.

A alternativa C está incorreta. É impossível desvincular o ambiente da economia. O objetivo da sustentabilidade é justamente criar uma interdependência positiva, onde a economia utiliza recursos de forma renovável e inteligente.

A alternativa D está incorreta. A dimensão social é um dos pilares mais importantes. Não existe desenvolvimento sustentável se houver pobreza extrema, desigualdade ou falta de direitos humanos.

A alternativa E está correta. Esta alternativa define o famoso Triângulo da Sustentabilidade. De acordo com o LASSU - Laboratório de Sustentabilidade (USP), "Para tratar das questões relacionadas à sustentabilidade, assim como foi definido em 2002, é necessária maior integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. A imagem do tripé é perfeita para entender a sustentabilidade. No tripé estão contidos os aspectos econômicos, ambientais e sociais, que devem interagir, de forma holística, para satisfazer o conceito. Sem estes três pilares a sustentabilidade não se sustenta. Ainda são discutidos novos pilares, como a questão cultural, tecnológica, para complementar a sustentação da questão como um todo."

QUESTÃO 99. A chamada transição energética tem ocupado posição central nos debates contemporâneos. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) O debate energético não possui relação com mudanças climáticas.**
- b) A transição energética busca reduzir a dependência de combustíveis fósseis e ampliar o uso de fontes renováveis.**
- c) As fontes renováveis são inviáveis técnica e economicamente.**
- d) A transição energética elimina, a curto prazo, todas as formas tradicionais de geração de energia.**
- e) A política energética é irrelevante para o desenvolvimento econômico.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre transição energética.

A alternativa A está incorreta. O debate energético é o pilar central do combate às mudanças climáticas. Conforme já declarado na COP 28 de forma explícita, os combustíveis fósseis são os principais causadores da crise climática e a necessidade de diminuir seu consumo gradativamente, dando início a uma transição rumo a fontes mais limpas de energia, como a eólica e a solar.

A alternativa B está correta. Este é o conceito fundamental. A transição energética visa substituir fontes emissoras de carbono por fontes de baixa emissão ou nulas, como solar, eólica, biomassa e hidrogênio verde, garantindo a segurança energética com menor impacto ambiental.

A alternativa C está incorreta. Pelo contrário! O custo das tecnologias solar e eólica caiu drasticamente na última década, tornando-as, em muitos casos, mais baratas que as fontes fósseis. O Brasil é um exemplo mundial de viabilidade, com uma das matrizes elétricas mais limpas do planeta.

A alternativa D está incorreta. Não há como eliminar todas as formas tradicionais a curto prazo sem causar um colapso econômico; o que ocorre é a substituição progressiva e o aprimoramento tecnológico.

A alternativa E está incorreta. A política energética é um dos maiores motores de desenvolvimento. Países que dominam tecnologias de energia limpa atraem mais investimentos (através do mercado de crédito de carbono) e garantem maior soberania nacional.

QUESTÃO 100. A incorporação de tecnologias digitais aos serviços públicos, incluindo os serviços extrajudiciais, tem como objetivo principal:

- a) Substituir a legalidade pelo critério exclusivamente tecnológico.**
- b) Restringir o acesso da população aos serviços públicos.**
- c) Ampliar a eficiência, a transparência e o acesso do cidadão aos serviços.**
- d) Tornar os procedimentos mais complexos e burocráticos.**
- e) Eliminar completamente o controle humano das atividades administrativas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre tecnologia nos serviços públicos.

A alternativa A está incorreta. A tecnologia nunca substitui a Legalidade. No Direito extrajudicial, vigora o princípio da legalidade estrita; o sistema digital é apenas a ferramenta que o Tabelião ou Registrador utiliza para aplicar a lei de forma mais ágil.

A alternativa B está incorreta. O objetivo é exatamente o oposto: a universalização. Ferramentas digitais permitem que um cidadão em uma cidade remota acesse serviços de um grande centro sem precisar viajar, promovendo a inclusão.

A alternativa C está correta. Este é o tripé da modernização administrativa que consiste em eficiência, transparência e acesso. Vamos entender um pouco melhor: a) Eficiência: redução de prazos (o que levava dias agora leva segundos). b) Transparência: possibilidade de rastrear atos e conferir selos digitais de autenticidade. c) Acesso: serviços disponíveis 24h por dia via centrais eletrônicas (e-Notariado, ONR, etc.).

A alternativa D está incorreta. A meta da digitalização é justamente a desburocratização. O foco é eliminar etapas redundantes, como o deslocamento físico e o uso excessivo de papel, simplificando a vida do usuário.

A alternativa E está incorreta. Nos serviços extrajudiciais, a figura do Delegatário (o titular do cartório) é indispensável para garantir a Segurança Jurídica. A IA e os sistemas automatizados auxiliam, mas a responsabilidade final e o juízo de qualificação permanecem humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreiraJuridica)